



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOÃO SILVEIRA MUNIZ NETO

DESDE VIENA A CHICAGO: A NOVA PSICOLOGIA

FORTALEZA

2022

JOÃO SILVEIRA MUNIZ NETO

DESDE VIENA A CHICAGO: A NOVA PSICOLOGIA

Tese submetida ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M935d Muniz Neto, João Silveira.
Desde Viena a Chicago: a nova Psicologia / João Silveira Muniz Neto.
– 2022.113 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

1. Filosofia da educação. 2. Neoliberalismo. 3. Economia comportamental. I. Título.
CDD 370

JOÃO SILVEIRA MUNIZ NETO

DESDE VIENA A CHICAGO: A NOVA PSICOLOGIA

Tese submetida ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em 27/10/2022.

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará – UFC (Orientador)

Profª. Dra. Fatima Maria Nobre Lopes
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profª. Dra. Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira – UNILAB

*À memória de meu pai, Manuel Hermeto Vasconcelos,
o semianalfabeto que um dia sonhou ver o filho Doutor.*

*Faremos aqui uma observação que tem sua importância.
Muitos críticos do neoliberalismo tratam com enorme
desprezo o objeto de seus ataques, como se não tivessem
nada para aprender com seus adversários teóricos.
Evidentemente essa é uma atitude muito contrária à que Marx
adotou em relação aos defensores do capitalismo liberal,
assim como a de Foucault com relação aos neoliberais.*

Pierre Dardot & Christian Laval, teóricos franceses.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradecimentos ao meu Sol:

À minha mãe, *Isabel Odila*, coluna de afeto maior da minha vida; à melhor, mais doce e mais bela “fiscal de Tese” do mundo, minha companheira de sempre (e para sempre), *Emanuely Ribeiro*; ao meu irmão, *Hermeto Vasconcelos*, impavidamente disposto a colaborar com meu crescimento, seja pessoal, seja intelectual; à minha cunhada Carolina Marchi, por ser exemplo tão digno de dedicação; ao pequeno Heitor, nossa mais perfeita síntese – ou melhor, síntese dos nossos mais fantásticos sonhos, daquilo que gostaríamos de ser, mas que nunca seremos plenamente – ele que “*é tudo o que nós não temos; que é tudo o que nós não somos!*”.

Agradecimentos aos satélites que orbitam meu Sol:

Aos meus amigos de hoje e de outrora, que por relações de respeito mútuo, sempre me fizeram acreditar (ainda que erroneamente) que poderia produzir uma tese de doutorado com maestria.

A todos que compõem, material e simbolicamente, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – PPGE/ UFC, em especial aos alunos ingressos na turma 2017 pela festividade, pelo companheirismo e pelo compartilhamento na produção de saberes.

Um particular parágrafo de agradecimento, gratidão, reconhecimento e respeito à extraordinária figura do professor doutor *Francisco Ari de Andrade*, por sua generosidade ofertada a este pesquisador no momento mais difícil da escrita desta Tese. O senhor, professor Ari, sempre o terei em altíssima conta. Minha eterna admiração.

RESUMO

Este estudo apresenta uma apreciação crítica acerca da *Economia Comportamental*, unidade discursiva surgida nos anos EUA através do diálogo entre a Teoria Econômica Neoliberal e a Psicologia Comportamental nos anos 1970. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma genealogia (FOUCAULT, 1995) que consiste, resumidamente, em investigar e reconstruir as condições de possibilidade histórico-políticas para a emersão de determinado campo discursivo. A genealogia apresentada neste trabalho constituiu-se em analisar o deslocamento epistêmico-político da reflexão neoliberal sobre o comportamento humano até sua culminância, a criação de uma nova disciplina, qual seja, a Economia Comportamental. Inicia-se a análise com as obras *Princípios de Economia Política* (MENGER, 1983); *Ação Humana – um tratado de economia* (MISES, 1995); *O Caminho da Servidão* (HAYEK, 2010) e *Economia e Conhecimento* (HAYEK, 2019) a fim de se traçar o percurso epistêmico-político que forneceu as condições de possibilidade para a emergência da disciplina Economia Comportamental como um campo discursivo emancipado. Uma vez realizada esta análise mais ampla, a pesquisa problematiza os fundamentos teórico-metodológicos da Economia Comportamental através das seguintes obras: *Nudge – como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade* (THALER, 2008); *Misbehaving – a construção da Economia Comportamental* (THALER, 2015); *Rápido & Devagar – duas formas de pensar* (KAHNEMAN, 2008); *Ruído – uma falha no julgamento humano* (KAHNEMAN, 2021). A relevância desta Tese reside na sua contribuição para a Filosofia da Educação, sobretudo no que diz respeito à reflexão da educação neoliberal.

Palavras-chave: filosofia da educação; neoliberalismo; economia comportamental.

ABSTRACT

This study presents a critical appreciation of Behavioral Economics, which is a discursive unit that emerged in the US from the dialogue between Neoliberal Economic Theory and Behavioral Psychology in the 1970s. From a methodological point of view, this research is a genealogy (FOUCAULT, 1995), which consists, summarily, in investigating and reconstructing the historical-political conditions that allowed the emergence of a highlighted discursive realm. The genealogy presented in this work consisted in analyzing the epistemic-political displacement of neoliberal reflection on human behavior until its culmination: the creation of a new discipline, namely, Behavioral Economics. The analysis begins with the following works: *Principles of Political Economy* (MENGER, 1983); *Human Action – a treatise on economics* (MISES, 1995); *O Caminho da Servidão or The Path of Slavery* (HAYEK, 2010) and *Economy and Knowledge* (HAYEK, 2019). The idea is to trace the epistemic-political path that created adequate conditions for the discipline of Behavioral Economics to become an emancipated discursive field. Once this broader analysis has been carried out, the research problematizes the theoretical-methodological foundations of Behavioral Economics through the following works: *Nudge – how to make better decisions about health, money and happiness* (THALER, 2008); *Misbehaving – the construction of the Behavioral Economy* (THALER, 2015); *Fast & Slow – two ways of thinking* (KAHNEMAN, 2008); *Noise – a flaw in human judgment* (KAHNEMAN, 2021). The relevance of this Thesis lies in its contribution to the Philosophy of Education, especially with regard to the reflection on neoliberal education.

Keywords: philosophy of education; neoliberalism; behavioral economic.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO OU A SEMPRE ESCORREGADIA PRODUÇÃO DO OBJETO DE UMA PESQUISA	12
1.1	História da invenção desta pesquisa	12
1.2	A produção do objeto desta pesquisa	14
1.3	Procedimentos Metodológicos	20
1.3.1	<i>A pesquisa genealógica foucaultiana</i>	22
1.3.2	<i>A análise do discurso foucaultiana</i>	23
2.	AS ARTES DE GOVERNAR (NEO)LIBERAIS: FLORESCIMENTO DO INTERESSE DA ECONOMIA POLÍTICA À NOÇÃO DE COMPORTAMENTO HUMANO	25
2.1	A analítica do poder em Michel Foucault	26
2.2	A Razão de Estado como princípio do governo através do Estado	28
2.3	A nova arte de governar: o Liberalismo Clássico	31
2.3.1	<i>O sujeito de interesses: o homo oeconomicus</i>	35
2.4	A arte de governar Neoliberal: a nova razão do mundo	39
2.4.1	<i>A crise da arte de governar liberal</i>	39
2.4.2	<i>O neoliberalismo como um ethos</i>	41
2.4.3	<i>A centralidade discursiva da Economia por outros domínios de pensamento além da noção foucaultiana de “artes de governar”</i>	47
3.	A ESCOLA AUSTRIACA: CARL MENGER & LUDWIG VON MISES	50
3.1	A Escola Austríaca de Economia: o homem, o método	51
3.2	Carl Menger, o fundador	56
3.2.1	<i>A obra Princípios de Economia Política</i>	57
3.2.2	<i>Noções subjetivas de bem econômico, preço e valor</i>	58
3.3	Ludwig von Mises, o difusor	61

3.3.1	<i>A obra Ação Humana</i>	62
3.3.2	<i>A Praxeologia e o alargamento epistemológico da Economia</i>	66
3.3.3	<i>Sociologia miseniana</i>	71
3.3.3.1	<i>Sobre a categoria Trabalho</i>	73
4.	A ESCOLA DE CHICAGO I: O PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK & A TEORIA DO CAPITAL HUMANO	75
4.1	Friedrich Hayek: de economista “puro” a economista político	77
4.1.1	<i>O pensamento econômico de Hayek: Economia e Conhecimento (1937).</i>	78
4.1.2	<i>O pensamento político de Hayek: O Caminho da Servidão (1944)</i>	80
4.2	Teoria do Capital Humano e implicações à Filosofia da Educação	82
4.2.1	<i>Teoria do Capital Humano e Filosofia da Educação</i>	86
5.	A ESCOLA DE CHICAGO II: ECONOMIA COMPORTAMENTAL – A CORREÇÃO DA CONDUTA HUMANA	90
5.1	A Economia Comportamental, campo de saber autônomo	91
5.1.1	<i>O ambiente comportamental</i>	92
5.1.2	<i>A noção de ambiente para a Psicologia Comportamental</i>	93
5.2.	Morte e Vida do <i>Homo Oeconomicus</i>	97
5.2.1	<i>Razão, a humana capacidade</i>	100
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
7.	REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

Ou a sempre escorregadia invenção do objeto de estudo de uma Pesquisa

*A economia é o método.
O objetivo, transformar corações e almas.*

Margareth Thatcher (Primeira-ministra britânica 1979-90)

1.1 História da invenção desta pesquisa

Este trabalho é decorrência de um incômodo. Incômodo como uma narrativa contemporânea que tem sido naturalizada. Esta se baseia na seguinte tríade: o empreendedorismo como método; a Psicologia como caução acadêmica; e a felicidade como fim último de toda e qualquer forma de vida humana.

De um modo mais claro, o incômodo é sobre um suposto *consenso neoliberal* na governabilidade ocidental e a conseqüente elevação deste discurso ao *status* de moderno, de sofisticação, enfim, sua ascensão ao caráter de verdadeiro. Trocando em miúdos: modernizar o Estado nada mais seria do que neoliberalizá-lo.

É com o objetivo de dar alguma contribuição, ainda que mínima, para a construção de um estranhamento ao discurso neoliberal contemporâneo que emerge esta pesquisa.

Em 2006, entrei na recém-inaugurada Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC no *Campus* de Sobral. Em todo o território cearense, estava sendo o *quarto* Curso desta modalidade a ser aberto.

Dez anos depois, eu coordenava um Curso de Graduação em Psicologia em uma Instituição particular na mesma cidade. Para além da burocracia – e da ética! – inerente a ocupar um cargo como este, passei a estranhar um fato: a súbita abertura de Cursos de Psicologia em nosso estado – de leste a oeste, do litoral ao sertão. Em 2016 o Ceará

contava com nada menos que *vinte e duas* (!) formações em Psicologia – sendo *dezoito* abertas em 10 anos, portanto. Destes, apenas *um* Curso aberto em IES pública (UECE) e *dezessete* em IES particulares.

O desassossego produzia perguntas, inquietações. Quais jogos de força sustentam esta abertura desenfreada e repentina de Cursos de Graduação em Psicologia no Estado do Ceará? Sendo um tanto mais percuciente, o que a lógica empresarial passou a ver na Psicologia para esta ascender à crista da onda? Sendo um pouco mais primaz, que profissional de Psicologia estaria no *bildung* das sociedades contemporâneas para justificar este pulular de Cursos de Psicologia?

Primeiro ponto de inflexão. Foi quando decidi fazer o doutorado para justamente potencializar esta inquietação, este incômodo. A ideia inicial era pesquisar os Projetos Pedagógicos de Curso desta infinidade de graduações citadas e analisá-los à luz do método genealógico de Michel Foucault (1926-1984). Até perceber (admitir?) o que qualquer desavisado já o fizera antes de mim: não tinha objeto de estudo. Tinha uma temática – tradução do incômodo – mas não tinha um tema. Faltava-me, solene ironia, um *problema* de pesquisa. O objeto do estudo ainda carecia de ser inventado.

Com o decorrer do Doutorado, fui me acercando de leituras mais densas acerca do neoliberalismo – minha hipótese era que o saber psicológico estava em nítido compasso com o *ethos* neoliberal e, seguindo-a, cheguei a uma disciplina criada nos anos 1970 no âmbito da Escola de Chicago: a Economia Comportamental, espécie de esquina entre a microeconomia e a psicologia comportamental.

Segundo ponto de inflexão. Então existia um saber que utilizava as técnicas psicológicas no seio do pensamento neoliberal? Tornava-se mais claro compreender porque a Psicologia ganhara tanta luminosidade na educação superior particular deste país de um modo geral e, deste estado, em particular.

Meu objeto ganhou contornos mais robustos, assim como o método para caçá-lo: investigar quais foram as condições de possibilidade para este encontro, para esta insidiosa convergência entre a Economia e a Psicologia passou a ser o tema desta Tese. Especificamente colocando, *esta Tese analisará, do ponto de vista genealógico de Michel Foucault (1995), as condições de possibilidade para a emergência de uma disciplina intitulada Economia Comportamental.*

1.2 A produção do objeto desta pesquisa

O presente estudo trata de uma apreciação crítica acerca da *Economia Comportamental*, unidade discursiva surgida nos anos EUA fruto do diálogo entre a Teoria Econômica Neoliberal e a Psicologia Comportamental nos anos 1970 na orientação da educação contemporânea.

Esta Tese inclina-se sobre a Economia Política, não tanto em sua forma epistemológica, da lógica interna de sustentação de seu saber, mas de seus efeitos políticos, ou seja, sobre aquilo que, no externo de seu saber, ela provoca, ela faz disparar. Como ferramenta analítica principal, utilizo-me de dois cursos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) proferidos no *Collège de France*, a saber, *Segurança, Território, População*, em 1978 e *Nascimento da Biopolítica*, em 1979.

Adepto ao seu método genealógico de fazer uma história do presente, Foucault confere um estatuto ontológico à História. O pensador francês, na maior parte de suas pesquisas, comumente curva-se sobre documentos históricos, o mais das vezes textos – livros, tratados, regulamentos vários, mas também plantas arquitetônicas, *etc.* Trata-se de fontes primárias que, o mais das vezes, pouco ou nada receberam a atenção do pensamento ocidental, mas que o francês admite-as como fundamentais para sua tarefa maior: empreender uma ontologia do presente – ou seja, compreender a pura atualidade, este tempo que é o nosso (FOUCAULT, 2003).

Apesar da inegável inclinação foucaultiana à História, nos cursos do *Collège de France* citados, temos, com efeito, pela primeira e única vez um Foucault analisando textos e autores contemporâneos. Uma vez que empreende análises sobre a doutrina neoliberal, em suas duas expressões mais conhecidas: o ordoliberalismo alemão e o anarcocapitalismo americano. Segundo seu exame, a Economia Política, ao longo do século XX, vem sofrendo uma dilatação na sua episteme, na sua grade analítica:

Ou seja, em outras palavras, a aplicação da grade econômica a um campo que, no fundo, desde o século XIX (...) havia sido definido em oposição à economia, em todo caso, em complemento à economia, como aquilo que em si, por suas próprias estruturas e por seus próprios processos, não pertence à economia (FOUCAULT, 2008, p. 329-330).

Embora Foucault (*idem*) coloque que os saberes econômicos têm se dedicado a intervir em dimensões inimagináveis para um economista do século XVIII, como o

ordenamento jurídico ou mesmo o clima de um país, esta Tese se delimitará a um domínio específico desta expansão analítica: o interesse da economia pelo *comportamento humano*¹. Este, no correr do século XX, tem gradativamente se revestido de importância para a reflexão dos economistas.

O eminente economista inglês Lionel Robbins², por exemplo, bradava em 1932 que a *economia é a ciência do comportamento humano* (WHASPOST, 2016). De modo complementar, a principal obra de uma das grandes vozes do (neo)liberalismo do século XX, o austríaco Ludwig von Mises, é intitulada *Ação Humana – um tratado de economia* - publicada em 1949.

Concebida em seu movimento neoclássico como uma ciência natural dedicada a estudar os fatores político-sociais que afetam as relações de trocas que os homens fazem no interior de dado sistema (HUNT & SHERMAN, 2011; NASAR, 2012), à Economia moderna tem sido crescentemente interessante conhecer – no sentido de *decifrar* – como age o homem. Aquilo que se nomeia, aqui, de *alargamento político-epistemológico dos saberes econômicos em direção ao comportamento humano*.

Mas uma pergunta insinua-se: seria toda a economia, todo o empreendimento do saber econômico que voltou seu interesse teórico e intelectual para a atividade humana ou isso se reduziria a apenas algumas escolas econômicas? Diz-se que não. Tal como a *Psicologia* no singular não passa de uma abstração linguística, com a expressão *a Economia*, grafada assim no singular, sucede algo semelhante. Sublinha-se que é especificamente sobre a reflexão econômica (neo)liberal que trata esta investigação.

Inclusive há que se deixar claro, de já, o que se entende por “Economia” e por “Economia Política” neste estudo. Manuais clássicos de História do Pensamento Econômico colocam a Economia Política como mais antiga que a Economia (GÉLÉDAN e BREMONT, 1988; BRUE e GRANT, 2017). A diferença básica entre as

¹ A Economia Comportamental compreende “comportamento” a partir de um prisma bastante específico: o do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner (THALER, 2017; KAHNEMMAN, 2021). O psicólogo estadunidense B. F. Skinner (1904-1990) oferece uma notável influência acerca do pensamento da neoliberal da Escola de Chicago, de onde advém sua concepção de comportamento. Como Skinner não concebe diferença, do ponto de vista da *natureza dos fenômenos*, entre, por exemplo, a ação de andar (pública) e a ação de pensar (privada), quando houver a palavra *comportamento* ou a expressão *comportamento humano* neste texto não se leia, destarte, apenas ações manifestas, mas também ações que ocorrem *sob a pele* do indivíduo (SKINNER, 2003; 2011).

² Lionel Robbins (189-1984) foi um economista inglês fundador da *London School Economics* (LSE), responsável por levar Friedrich Hayek para Londres e, durante os anos 1930, ajudar a promover a rivalidade intelectual deste com John Maynard Keynes, professor de economia da *Cambridge University*. Na “época de ouro do keynesianismo” (pós-guerra até os anos 1970), entretanto, aderiu à doutrina deste (WHAPSHOTT, 2016).

disciplinas seria que a Economia Política lida com as questões relativas à riqueza dos Estados-Nação; e a Economia com finanças pessoais/ institucionais (BRESSER-PEREIRA, 1970).

Explicado de outro modo, interessa a esta pesquisa desenhar as linhas – talvez pouco precisas – das artes de governar (FOUCAULT, 2008a) liberal e neoliberal que tiveram como um de seus efeitos a expansão da grade de racionalidade dos economistas em direção ao comportamento humano. Com efeito, o objetivo deste estudo é problematizar as pistas deixadas por Michel Foucault sobre a aproximação econômica, operada pelo ordoliberalismo alemão e pelo neoliberalismo americano, ao *comportamento dos vivos*.

Trata-se, precisamente, de fotografar este deslocamento da Economia³ em direção à subjetividade humana. Tal alargamento analítico possibilitou à reflexão econômica neoliberal uma aproximação cada vez mais vigorosa aos saberes sobre o comportamento humano produzidos nos EUA, ou seja, o Behaviorismo Radical de B. F. Skinner – o que vai redundar na criação de um campo de saber intitulado Economia Comportamental.

Mas por que todo esse investimento de tempo, de afetos e, porque não dizê-lo, de dinheiro público, para este particular? O que justificaria esta pesquisa de Doutorado, considerando que este pressuporia uma investigação inédita e intelectualmente robusta? Uma formação acadêmica – qualquer que seja seu nível – deve inventar novos possíveis, não apenas fazer o possível, mas *inventar* novos possíveis. A invenção é algo de *absoluta necessidade*, não pertencente ao campo da transcendência, mas inerente ao campo da imanência. A invenção, pois, é condição *sine qua non* do mundo acadêmico e a nossa tarefa ética é justamente fazer pesquisas que não sirvam apenas para o pesquisador alcançar um título. É necessário que, efetivamente, produza-se algo – seja no campo reflexivo, seja no campo pragmático. E este estudo pretende introduzir algo contributivo, ainda que mínimo, no domínio da reflexão crítica acerca do pensamento neoliberal procurando efetuar uma genealogia da Economia Comportamental.

³ Pontua-se que a análise empreendida na obra em questão por M. Foucault é dedicada ao(s) neoliberalismo(s), e não propriamente às correntes em teoria econômica. Portanto, mais acertado seria dizer um *alargamento epistemológico que o neoliberalismo apresenta durante o século XX* e não uma adição epistemológica da Economia enquanto campo de saber. Ademais, como o próprio Foucault defende, o neoliberalismo é algo maior que uma corrente econômica – configurando um *ethos* normativo – resta ainda menos preciso falar-se em alargamento da Economia. A dilatação epistemológica a que se faz referência nesta Tese, portanto, é justamente à transformação do *neoliberalismo econômico* em um *neoliberalismo regulamentador-prescritivo do comportamento humano* – espécie de prática discursiva julgadora das condutas, que indica e que produz nossos modos de ser e de estar no mundo.

Curto mas nevrálgico adendo: uma vez que nos anos 1970 a Economia Comportamental apenas ensaiava seus primeiros passos, Foucault não desenvolveu análise sobre este campo de saber quando analisou a dilatação epistemológica da economia em direção à subjetividade humana em seus Cursos de 1978 e 1979. O que faço nessa investigação, então, é uma tentativa de *atualizar* a proposta foucaultiana presente em *Nascimento da Biopolítica* no que concerne ao alargamento epistêmico-político da economia em direção à subjetividade, acrescentando a Economia Comportamental à análise.

Para quem tem familiaridade com os cursos de Foucault do *Collège de France* é muito factível lembrar o sem número de vezes que o filósofo começa a desenvolver determinados temas que não estavam previstos no início do Programa; bem como deixar alguns temas a serem desenvolvidos em pesquisas posteriores que nunca chegavam; e, especialmente, provocar, insinuar, sugerir instigantes temas de investigação para outras pesquisadoras e outros pesquisadores para além de si mesmo. Importante lembrar, inclusive, as palavras do próprio Foucault quando, em uma aula no *Collège de France* em 1976, explicava que sua atividade ali não era ensino, mas uma espécie de prestação de contas públicas das pesquisas que desenvolveu no último ano. Cito-o:

Nesta medida considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que ponto estou, em que direção vai este trabalho; e, nesta medida, igualmente, *considero-os livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem*. São pistas de pesquisas, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: *façam com isso o que quiserem* (FOUCAULT, 2010, p. 01 – grifos meus).

Parto, portanto, da premissa de que ser fiel a Foucault é ser infiel a Foucault (VEIGA-NETO, 2007). O pensador francês não tinha a intenção de ser doutrinário nem de criar uma malta de seguidores que levassem seu pensamento ao mundo. O *ide e evangelizai* tão presente no pensamento ocidental não faz parte do repertório foucaultiano. Importa, *com e a partir de* Michel Foucault pensar sobre o presente. Problematizar esse tempo que é o nosso. Pensar, arguir, desnaturalizar, refletir, perguntar, duvidar, problematizar... eis a seiva foucaultiana!

Do ponto de vista da forma, esta Tese tem o intuito de enveredar-se sobre duas escolas econômicas do século XX – neoliberalismo de expressão germânica e americana – a fim de traçar as condições de possibilidade para o campo de saber denominado *Economia Comportamental*. Este estudo, então, realizará uma jornada que repetirá o

periódico trajeto de Apolo e, portanto, seguirá desde o leste para o oeste: tem sua foz em Viena, na Áustria; um de seus poderosos afluentes passando em Friburgo, na Alemanha; e, atravessando o Atlântico, deságua em Chicago, nos EUA. É, em uma palavra, a trajetória da fúria marítima que nos arrasta atualmente, o neoliberalismo⁴. Eis a cartografia, o mapa a partir do qual me desloco.

No primeiro capítulo, faz-se uma volta histórica na ciência política europeia dos últimos 04 séculos através da noção foucaultiana de *Artes de Governar*. O objetivo é apreender como se deu a gradativa centralidade que a Economia ocupou no debate político e, sobretudo, no governo da população e dos homens. *Governo* será entendido não como uma instituição, mas como uma atividade. Governar, neste sentido, é conduzir condutas (FOUCAULT, 2009). Apresenta-se as três artes de governar que Foucault traz em seus cursos de 1978 e 1979: a razão de estado, o liberalismo e o neoliberalismo. Sobre esta última aponta-se concepções alternativas no campo do pensamento francês (Raymond Aron, Pierre Rosanvallon) para evidenciar a singularidade da visão foucaultiana acerca do neoliberalismo. No âmbito desta investigação, o capítulo se justifica porque traz o panorama geral do casamento da Economia Política com a prática governamental, aquilo que se convencionou chamar, partir de Foucault (2008b) de *governamentalidade neoliberal*. E não se governa, senão homens, pessoas.

No segundo capítulo há um mergulho na cidade de Viena do final do século XIX – então capital do Império Austro-Húngaro e uma das cidades mais importantes da Europa – para analisar as ideias de dois teóricos da Escola Austríaca de Economia. Inicialmente, Carl Menger. Este é um dos primeiros a ampliar o escopo de análise da Economia Política em direção à subjetividade, ao comportamento humano. Na obra analisada, “Princípios de Economia Política”, seu principal intento é lançar bases metodológicas para a compreensão do comportamento humano também a partir da perspectiva de quem compra, prescindindo da praxe reflexiva da época, o enfoque apenas no produtor. Ou seja, Menger interessa-se por quem ambos os elementos que se comportam dentro de um ciclo de negócios (produtor e consumidor) e não apenas por quem produz a mercadoria. Menger inaugura a concepção *omnes et sigulatim* no

⁴ Embora autores como Reginaldo Moraes (2001) indiquem que a Escola da Virgínia (EUA) – com o expoente James M. Buchanan Jr – como um dos *locus* privilegiados de gestação, teorização e produção de conhecimento referente ao neoliberalismo na contemporaneidade, esta não será objeto desta Tese. O trabalho conduz suas teias reflexivas acerca destas duas Escolas de Economia: a Escola Austríaca e a Escola de Chicago.

pensamento econômico: é a motivação comportamental de todos *mas também de cada um* sua ideação analítica. Espécie de *empatia perversa*. Em seguida, apresenta-se uma análise das principais ideias de Ludwig von Mises contidas em sua obra “Ação Humana: um tratado de economia” (1949). Para aquilo que esta pesquisa tenta incidir luminosidade o título do livro é demonstrativamente generoso, evidenciando o quanto sua análise está interessada na compreensão do comportamento humano.

No **terceiro capítulo** analisa-se outro economista político nascido na Áustria, Friedrich Hayek. Do ponto de vista da teoria econômica, chamar Hayek de “austríaco” é algo comprometedor. No limite, nem von Mises é puramente austríaco. Entretanto, “gente como Hayek e von Mises, que vão ser os intermediários entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano que produzirá o anarcocapitalismo da Escola de Chicago” (FOUCAULT, 2008b, p.222-3). No contexto desta pesquisa, a análise do pensamento hayekiano se justifica porque este promove uma modificação significativa na matriz reflexiva econômica. Em “Economia e Conhecimento”, publicado em 1937, Hayek vai, de modo definitivo, fornecer à Economia Política uma novidade epistemológica: a ideia de que *é impossível uma análise econômica plena*, precisamente porque ninguém possui a totalidade das informações disponíveis na sociedade (e necessárias) para uma análise desta natureza. Portanto, as análises econômicas devem ser locais e localizadas – o que, se por um lado faz a matriz reflexiva do campo de saber perder em precisão, por outro, promove a extensão da reflexão econômica. Michel Foucault (2008), na penúltima aula de *Nascimento da Biopolítica*, ao analisar essa ideia de Hayek – fartamente aceita na reflexão do ordoliberalismo alemão desde então – vai dizer que a Economia é uma *ciência ateia*, uma ciência sem Deus, porque lhe falta a força centrípeta à disciplina. Em face da impossibilidade epistemológica de proposições macroeconômicas plenas⁵, o neoliberalismo se torna, em definitivo, uma corrente de pensamento que foca na microeconomia – nos comportamentos de cada sujeito, portanto.

Ainda no **terceiro capítulo**, atravessando o Atlântico e aportando em Chicago, EUA, faz-se uma breve incursão acerca da Teoria do Capital Humano, criada e desenvolvida, respectivamente, pelos americanos Theodor Schultz e Gary Stanley

⁵ Oportuno pontuar que Hayek expõe esta ideia, primeiramente numa palestra na *London Scholl of Economics* (LSE), em Cambridge, Inglaterra. Semanas depois foi publicada como livro, ainda em 1937. Ou seja, precisamente um ano após a publicação de “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, por parte de seu rival teórico, John Maynard Keynes (1893-1946). Esta última é considerada a obra inaugural da Macroeconomia no âmbito epistemológico da Economia (WAPSHOTT, 2016).

Becker. Porque esta toca no âmago do objeto desta pesquisa – qual seja, apresentar a trajetória econômico-reflexiva que gradativamente interessou-se pelo estudo do comportamento humano, reverberando na possibilidade de nascimento da Economia Comportamental – não se poderia deixar de contemplá-la nesta Tese. Entretanto, a Teoria do Capital Humano é amplamente debatida por Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica*, donde justifica-se a brevidade da análise apresentada. Aqui se faz a necessária concatenação desta Tese com o campo da Filosofia da Educação.

Uma vez realizada a demonstração das condições históricas, teóricas e políticas que possibilitaram a emergência da disciplina Economia Comportamental, o **quarto capítulo** refletirá acerca dos principais pressupostos teórico-metodológicos desta disciplina. Eis as obras utilizadas para este particular: *Nudge – como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade* (2008) além de *Misbehaving – a construção da Economia Comportamental* (2015), de Richard Thaler e colaboradores; *Rápido & Devagar – duas formas de pensar* (2008) e *Ruído – uma falha no julgamento humano* (2021), de Daniel Kahneman e colaboradores. Importante registrar que, dos quatro maiores nomes da Economia Comportamental – Amos Tversky, Daniel Kahneman, Robert Shiller e Richard Thaler – três foram laureados com Nobel de economia neste século. O único não laureado, Amos Tversky, faleceu relativamente jovem, aos 59 anos de idade.

1.3 Procedimentos metodológicos

Trabalhar com Michel Foucault é trabalhar com *acontecimentos* e não com conceitos. Acontecimento compreendido não como um mero termo semântico, mas como uma noção (FOUCAULT, 1995a). Até porque, *conceitos*, no sentido estrito do termo, não vão existir dentro das proposições foucaultianas (VEIGA-NETO, 2007). Compreende-se que uma pesquisa que pretende ser alicerçada no pensamento deste filósofo é algo intempestivo, algo que não esteja propenso a enunciar verdades *ad aeternum* – uma atitude de humildade epistemológica.

Uma vez pautado pelo pensamento de Foucault para o suporte “teórico” desta pesquisa; considerando o caráter produtivo da linguagem em um referencial baseado na análise discursiva foucaultiana; compreendendo *acontecimentos* a partir das estratégias de governamentalidade de determinado contexto histórico, realiza-se neste estudo uma genealogia do campo de saber oriundo do encontro entre a Economia e a Psicologia –

ou melhor, entre o neoliberalismo econômico e a psicologia behaviorista – a saber, a Economia Comportamental.

Compreende-se, ainda, que “ser foucaltiano” não é simplesmente citar Foucault ou utilizar-se de seus conceitos. Trata-se de assumir uma postura de pesquisador que esteja sempre aberta ao novo, de um pensamento que esteja, de fato, disposto a pensar, inclusive sobre o próprio pensamento. Ainda assim, descreve-se abaixo as concepções de *pesquisa genealógica e práticas discursivas* na obra do filósofo.

1.3.1 A pesquisa genealógica foucaltiana

A pesquisa genealógica é fragmentária, e exclui de si a pretensão à totalidade, a dizer algo mais acertado e categórico sobre determinado assunto. A genealogia, em Foucault, não cuida de buscar verdades absolutas, unas e incorrigíveis: não se trata da produção de um método geral e válido em definitivo. A atitude genealógica funciona como uma postura de negação às verdades fáceis e indubitáveis produzidas. Segundo o próprio Foucault, “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária” (FOUCAULT, 1995a, p. 15), não pretendendo estabelecer-se como uma metodologia melhor ou mais municiada para *coletar dados*.

Opor-se a um método de buscar verdades históricas e precisas, bem como negar uma única fonte para a origem dos acontecimentos: eis a genealogia! Entretanto, não se faz genealogia para, com um olhar mais apurado e melhor preparado, achar, de todo, as origens e os inícios das coisas. Trata-se de compreender os acontecimentos como invenções, preterindo suas origens quiméricas. Negação de uma busca mítica do tempo originário, do início imaginário dos acontecimentos, da grande criação ou do grande nascimento, do fator casuístico único a causar efeitos até hoje existentes: “a história ensina também a rir das solenidades da origem” (FOUCAULT, 1995a, p. 17). A história como descontinuidades, abarcando (e sendo abarcada por) rupturas internas. História não-linear, portanto.

A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da "origem" (FOUCAULT, 1995a, p. 16).

A genealogia não consiste em tirar o véu da aparência e mostrar com maior e melhor precisão a realidade. Não se busca a apreensão das representações sociais, pois

não se parte da pressuposição de uma existência auto evidente, apenas embaraçada pelo senso comum. Para a genealogia foucaultiana, não há o que se buscar atrás das aparências, pois a realidade pode até ter uma essência, contudo essa essência é produzida:

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas *o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça* a partir de figuras que lhe eram estranhas. A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente "desrazoável" – do acaso (FOUCAULT, 1995a, p. 17-18 – grifos meus).

Portanto, não se trata de um método melhor municiado para achar as origens das coisas, mas uma negação desse tipo de pesquisa teleológica. Uma perspectiva de pesquisa que é menos uma metodologia a ser utilizada que um *estilo* do pesquisador que opera a partir do olhar genealógico. A perspectiva genealógica diz de uma tomada de atitude do sujeito que pratica a investigação.

1.3.2 A análise do discurso foucaultiana

Para Foucault, não é qualquer enunciado que pode ser dito em qualquer lugar e em qualquer tempo histórico: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1998, p. 9). Até porque as condições que permitem a emergência de determinado enunciado são inúmeras e incontáveis, produzindo situações, imagens de pensamento e modos de vida.

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que se possa dele dizer algo [...] são numerosas e pesadas. O que significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época [...]. Não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência para que novos objetos se iluminem [...]. Ele [*o discurso*] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Estas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação [...]. *Elas não definem sua condição interna, mas o que lhes permite aparecer* (FOUCAULT, 1998, p. 61-62 – grifos meus).

Trabalhar com formações discursivas a partir de Foucault é questionar porque determinado enunciado pôde emergir em detrimento de outros enunciados. Tentativa de

analisar as condições histórico-sociais que possibilitaram a emergência de um acontecimento discursivo, “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Donde se depreende que falar não é simplesmente o ato de combinar signos em determinada sintaxe, nem puramente relacionar palavras e coisas. *Falar é produzir uma situação*. Portanto, assume-se nesta Tese a concepção do discurso como uma *dimensão produtora de realidades*, politicamente interferente naquilo que diz, naquilo que efetiva no mundo. O discurso como uma prática! *A linguagem não é a mera representação simbólica do mundo ou da realidade, mas a construção destes*. A estrutura social admite a aparição/ manutenção de valores ritualísticos que permitem a validação e a disseminação de certos discursos, que torna um pronunciamento aceito “oficialmente” em detrimento de outros tantos – seja pela qualificação dos autores, seja pelas solenidades que envolvem os discursos ou que permitem determinados sujeitos e saberes pronunciarem-se como verdadeiros.

A “análise do discurso”, em Foucault, não se ocupa de frases ou qualquer outra entidade gramatical, mas de *enunciados*. O que seria um enunciado? Didaticamente, a menor unidade de análise de um discurso. Diferindo, ato contínuo, de uma frase gramatical ou de uma proposição do tipo linguística ou filosófica. A distinção ocorre por conta das concepções clássicas de frase como uma construção que encerra um *sentido completo*, e de proposição filosófica como um enunciado que pode ser traduzível para outras linguagens (*e.g.* numérica) e estabelecida a partir da pretensão de ser verdadeira ou falsa. Enunciado seria diferente por comportar, também, elementos como fórmulas matemáticas, declinações latinas, frases sem sentido gramatical, etc. – inaptas a serem qualificadas como proposições filosóficas ou frases gramaticais. Importa, portanto, mais a função política do que a topografia para que um dado elemento seja qualificado como um enunciado ou não.

Desta maneira, trabalhar discursos a partir da ferramenta Foucault não supõe uma análise discursiva daquilo que não foi explicitamente dito e que de algum modo estaria presente no texto. Não um descobrimento do texto em busca de limpá-lo de suas ideologias profundas e sub-reptícias. A apreensão não é fazer uma análise das entrelinhas de um discurso. Senão compreendê-lo a partir de suas consequências políticas, de suas condições de possibilidade de aparecimento e de seus *efeitos de verdade*.

Trata-se, nesta pesquisa, portanto, de problematizar o campo de saber-poder da reflexão econômica no último século que deu condições de possibilidades para o

surgimento de uma disciplina autônoma como a Economia Comportamental no âmbito do pensamento neoliberal da Escola de Chicago. Outrossim, quais seriam os efeitos de verdade que a esquina Economia-Psicologia, materializada na Economia Comportamental, têm sobre o nosso cotidiano, sobre a nossa vida? Quais as consequências em nossos processos de subjetivação são estimuladas quando há um unidade discursiva neoliberal que, além de interessar-se especificamente pelo comportamento humano, se apresenta a si mesma como científica? Há que se lembrar, inclusive, a desconcertante provocação de Foucault na primeira aula do Curso de 1976 (Em Defesa da Sociedade) do *College de France*, acerca dos discursos científicos: “que tipos de saber vocês querem *desqualificar* no momento que vocês dizem ser esse saber uma ciência?” (FOUCAULT, 2010, p. 11 – grifos meus).

CAPÍTULO I

AS ARTES (NEO)LIBERAIS DE GOVERNAR:

florescimento do interesse da Economia Política à noção de comportamento humano

A maneira como tentam (...) utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar relações não mercantis, para decifrar fenômenos que não são fenômenos propriamente econômicos.

Michel Foucault (Nascimento da Biopolítica)

Esta Tese parte de um princípio epistemológico-político: atualmente *a Economia Política não reflete apenas sobre o econômico*. Dito de outro modo, a produção de conhecimento neoliberal vem sofrendo um alargamento na sua grade de análise reflexiva de tal sorte que passou a abarcar domínios gradativamente amplos ou mesmo estranhos às clássicas ideias econômicas. Um dos efeitos deste engrandecimento epistêmico-político foi justamente a Economia Comportamental, objeto temático desta investigação. Ora, se o *objetivo precípua deste estudo é realizar uma genealogia da disciplina Economia Comportamental*, torna-se prudente analisar mais de perto esta dilatação no seio da problematização epistemológica da Economia.

Inserido neste contexto, este capítulo consiste em apresentar o conceito de *artes de governar* presente nos cursos de Michel Foucault de 1979 no *Collège de France* “Nascimento da Biopolítica” – em particular as aulas 03 a 11 – e “Segurança, Território, População” – em especial as aulas 09 a 13. Estes dois Cursos de modo geral, e as aulas elencadas⁶ em particular, compõem o *locus* especulativo por intermédio do qual o pensador francês expôs sua hipótese do alargamento político-epistemológico da Economia, bem como a noção de artes de governar. Tal dilatação colocará a economia em centralidade discursiva na governamentalidade contemporânea.

É com o propósito de extrair destes Cursos uma análise genealógica no que tange à *dilatação da grade reflexiva da Economia Política em direção ao comportamento humano* que surge este capítulo.

⁶ Em se considerando tão somente estes dois Cursos que as aulas indicadas são as mais importantes para realizar uma genealogia desta natureza.

2.1 A Analítica do poder em Michel Foucault

A proposta de Michel Foucault acerca do alargamento epistêmico da Economia se dá por meio da sua analítica do poder. Entretanto, a própria noção de poder em Foucault é dinâmica e, como tal, apresenta variações, certas modulações no decurso do pensamento do filósofo. Especificamente voltado ao objeto desta pesquisa, diz-se que Foucault apresenta sua análise da dispersão epistêmica dos saberes econômicos por meio da noção de *artes de governar*.

Segundo Avelino (2008) a noção de poder – considerado pelo próprio pensador francês como um termo ambíguo⁷ – vai sendo gradativamente substituída pela noção de “governo” no final dos anos 1970, especificamente a partir do curso *Segurança, Território, População*. A partir do conceito de governo, o francês empenha-se em compreender como a “arte de governar” reconfigurou os dispositivos jurídicos e administrativos dos séculos XVIII e XIX na Europa – e tal empresa não poderia ser levado a cabo apenas com a noção de “poder” (AVELINO, 2008).

Um dos capítulos componentes de *Microfísica do Poder* é uma aula dada no referido curso, quando o autor defende que “[...] a partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que se apresentam não mais como conselho aos príncipes, nem ainda como ciência da política, mas como *arte de governar*” (FOUCAULT, 1995b, p. 277 – grifos meus). Donde a matiz para as noções de *governo* e *governamentalidade* no pensamento do filósofo francês:

[...] a crítica de Michel Foucault à razão política foi desenvolvida – e vem sendo desdobrada por muitos outros autores – na contramão das teorizações mais difundidas da Politicologia. Seguindo Nietzsche e dando as costas para qualquer fundamentação transcendental, o filósofo escolheu o, digamos, método genealógico para examinar como o poder se “organizou” de modo a engendrar certas práticas discursivas e não-discursivas. Trata-se de práticas que funcionaram como condições de possibilidade para a emergência da noção moderna de Estado e de tudo o mais que se implica tanto na vida política de hoje, quanto nas próprias tentativas de instituir o sujeito moderno (VEIGANETO, 2005, p. 81).

⁷ É somente a partir do curso de 1980 “Do Governo dos Vivos” que Foucault definitivamente abandona o uso do termo “poder” para fazer sua analítica do poder em favor das noções de “artes de governo”; “governo” e “governamentalidade”.

Governo será compreendido a partir de um sentido amplo, designando “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 1994, p. 101). Governo como uma atividade inerente ao exercício do poder; governo, portanto, não concebido como uma instituição que deveria ser tomada, mantida ou abolida. Governam-se as atitudes humanas, dirá Foucault, não um Estado. *Governar, enfim, é conduzir condutas.*

Importante que fique bem claro que a noção de “governo” em Foucault não diz respeito *exclusivamente* ao Estado – ou a práticas administrativas advindas deste ou exercidas através deste – visto que segue a mesma linha da sua noção de “poder”: sem centro, sem local privilegiado, sem essência, sem pertencimento. A noção de governo é entendida como as estratégias de condução da conduta alheia: numa palavra, *governamentalidade*. A “governamentalidade” seria o caráter governamental assumido pelo Estado moderno, contornando um caráter mais amplo e, inclusive, anterior, à noção de *governo*⁸ produzida pela reflexão da Ciência e da Economia Política a partir do século XVII na Europa (FOUCAULT, 1995a).

Para não perder o fio da meada, reitera-se a pretensão fundamental deste capítulo: percorrer as aulas dos Cursos acima citados para lançar luz sobre algo perfeitamente demonstrável no nosso contemporâneo, a centralidade que a ciência econômica assumiu, por meio do interesse em compreender o comportamento humano, na arte de governar (neo)liberal, na reflexão sobre a forma de governar. Fato só tornado possível por intermédio da ampliação da grade de análise e reflexão da Economia no último século.

Exposto por meio de outras palavras, como a ciência econômica tornou-se o centro da arte de governar num tempo em que boa parte do *governo da conduta dos homens* ainda passa pelo Estado e num momento em que (ainda) chamamos esse Estado de Democrático *de Direito*? Como a Economia ultrapassou o Direito? Quais são os efeitos de subjetivação de um modo de governar conduzido pela lógica do saber da Economia? É o que se tenta responder nas próximas páginas.

Como acima indicado, Foucault patenteia a noção de *artes de governar* – que, esquematicamente falando, seria o melhor método possível para se alcançar a melhor maneira de governar em determinado período. O filósofo distingue especificamente três

⁸ As noções de governo, governamentalidade, artes de governar e governo são bastante próximas e não serão expostas de modo exaustivo nesta investigação. Para maior aprofundamento de tais concepções teóricas, cf. (VEIGA-NETO, 2005).

artes de governar, que serão o alvo de cada subsecção deste capítulo. São elas: *Razão de Estado* – século XVI; *Arte de Governar Liberal* – meados do sec. XVIII e extensão do século XIX; e *Arte de Governar Neoliberal* – a partir dos anos 1930 até a contemporaneidade.

Antes delas, um último adendo: o que se faz aqui é um recurso didático-estilístico de tentar evidenciar a centralidade da economia para a arte de governar neoliberal. Não é a intenção, de modo algum, indicar que apenas a economia (política) tem a hegemonia de conduzir nossas condutas, mas que esta certamente estabeleceu-se como um dos atores principais neste teatro.

2.2 A Razão de Estado como princípio do governo através do Estado

Certa literatura que visava a fornecer conselhos aos príncipes é facilmente encontrada na Europa medieval. O que Foucault vai lançar luz é sobre o fato de haver algo novo a partir do século XVI: uma nova *ratio* que estaria direcionada a governar através e a partir do Estado. É o que chama de *arte de governar*. Em suas palavras uma arte de governar seria “a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar” (FOUCAULT, 2008b, p. 4).

Segundo o pensador francês, a primeira arte de governar é a *Razão de Estado*, que tem no Estado de Polícia e no mercantilismo suas principais tecnologias. A razão de Estado tem por principal função estabelecer as regras de governar com base em algo que se chama *Estado*. Estamos no século XVI e a definição deste último era ainda mais utópica e abstrata do que temos hoje. A razão de Estado é justamente o modo de governar que a Europa inventa para instalar... o Estado. Onde Foucault vai dizer que *o Estado não passa de um produto de certo modo de governar*. O Estado é nada mais que o correlato da razão de Estado, princípio de governamentalidade que objetiva instalar o próprio Estado. Trata-se de uma ontologia circular:

O estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então colocar suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever ser do Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado (FOUCAULT, 2008b, p. 6).

Pela extensão do século XVI um tema sobrevoava o debate da arte de governar mercantilista: o problema da escassez dos alimentos – o mercantilismo, segundo Foucault (2008a, p. 43), é “essencialmente um sistema antiescassez alimentar”. Inicialmente tratada a partir da noção de *má sorte*, a escassez de comida era fenômeno contra o qual nada se podia fazer a não ser sofrer seus efeitos passivamente, pois consequência de fenômenos naturais: a seca, a intempérie, a geada, o excesso de umidade. Conceito cosmológico-político.

Posteriormente à ideia de má sorte, entra no debate europeu dos seiscentos a noção de *má natureza humana*, na qual se tem a escassez alimentar como fruto da má conduta do homem. Seria um castigo divino. A avareza e o egoísmo dos homens faziam com que se adiasse ao máximo a distribuição no mercado a safra de gêneros alimentícios esperando, justamente, a escassez para a obtenção mais robusta de lucros. Conceito jurídico-moral.

Deste modo, a análise foucaultiana do mercantilismo não o vê como uma doutrina econômica mas como um cálculo econômico, uma tática de governo. É justamente um modo de intervenção na economia para impedir que existam novamente episódios de escassez alimentar a mais precisa definição do mercantilismo. É a inauguração, na reflexão das artes de governo, do estabelecimento de um saber oriundo do Estado apto a ser utilizado para as táticas de governar: é “a primeira racionalização do exercício do poder como prática do governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 7).

Três são os princípios de um governo mercantilista: 1. enriquecimento do Estado por meio de acumulação de metais preciosos (metalismo); 2. crescimento de sua população e de suas Forças Armadas; 3. balança comercial favorável.

Foucault vai dizer que a *noção de Estado* somente faz sentido de ser se for pensada no plural, os Estados, contrariamente à ideia singular de *Império*. A ideia de Império, o império dos últimos dias, rui-se desde a assinatura dos Tratados da Vestefália⁹ (1648). Os estados europeus aceitam um princípio de autolimitação em suas políticas externas, estabelecendo certo pacto de convivência pacífica: “admite-se que

⁹ Também conhecido como *Paz de Vestefália* foi uma série de Tratados assinados pelos grandes reinos europeus na região da Vestefália (atual Alemanha) entre 1648-59 que visavam, basicamente, conservar a paz no continente depois de um período pleno em instabilidades políticas e conflitos bélicos. Seu principal efeito foi fazer com que os principais Estados reconhecessem a soberania dos demais por meio dos princípios da territorialidade e da não intervenção. Trata-se de um marco nas relações internacionais, sendo considerado como o precursor tanto do Congresso de Viena (1815) como da própria Organização das Nações Unidas – ONU (SARAIVA, 2008).

cada Estado tem seus interesses” (FOUCAULT, 2008b, p. 9). É precisamente esta aceitação tácita do princípio da autolimitação externa o que caracteriza a razão de Estado de ordem mercantilista. É o que Foucault denomina de *dispositivo diplomático-militar*: para que não haja a guerra, a diplomacia deve ser engrandecida enquanto tecnologia de governo e cada Estado há de reconhecer a soberania dos demais. Para isso, o manancial bélico de cada Estado deve estar suficientemente treinado e à mão.

O grande problema é que o mercantilismo é um jogo comercial de resultado nulo para a Europa, visto que o padrão de aferição de riqueza válido então é o metalismo. Ora, se há determinada e certa quantidade de metais preciosos disponível no continente, logo se conclui que uma nação enrica quando se apodera dos metais das demais. Daí advém a proposta de uma *balança europeia*, um mecanismo para se estabelecer e garantir a paz perpétua entre os estados europeus: “quando a diferença entre os jogadores puder se tornar grande demais, para-se a partida” (FOUCAULT, 2008b, p. 73). Desta sorte, nenhum Estado prevalecerá sobre os demais.

Se há um princípio de limitação na política externa, internamente a atuação é ilimitada. É o que o pensador francês denomina de *estado de polícia*. Antes do mais, é preciso dizer que *polícia* tinha uma significação bastante distinta do modo com que hoje a entendemos: “ela é uma nova tecnologia de poder que possibilita o governo dos indivíduos, por meio do Estado, a fim de integrá-los à sociedade” (FONTENELE E SILVA, 2017, p. 66). Temos, portanto, a polícia como uma tecnologia política que se encarna no âmbito da razão de Estado. Seu principal objetivo é operar efeitos de individualização e de sujeição:

Ao contrário do poder feudal, que lidava com sujeitos de direito, o Estado de polícia se encarregará, naturalmente, dos homens enquanto sujeitos de direito, mas também, por exemplo, como trabalhadores e, de maneira geral, como seres vivos. O Estado de polícia é o governo dos vivos (FONTENELE E SILVA, 2017, p. 68).

É sempre a vida aquilo sobre o qual o Estado de polícia pretende agir. E efetivamente age. A polícia se incumbe, por exemplo, da educação dos jovens, da repressão às greves, do recrutamento aos novos soldados. Doravante, não se poderá falar de arte de governar sem se falar da vida, e de um duplo modo: a vida de todos, mas também a vida de cada um. Interessa a felicidade de um indivíduo ao Estado de polícia? Sim, interessa. Mas interessa também a vida em coletivo, da massa humana, os movimentos populacionais, enfim. A tarefa da polícia é “encarregar-se da atividade dos

indivíduos no mais t \hat{e} nu \hat{e} gr \hat{a} o” (FOUCAULT, 2008b, p. 10). A vida, doravante, ser \hat{a} enla \hat{c} ada de vez ao modo de governar.

Como se percebe, apesar de considerar-se que no mercantilismo h \hat{a} o primado do com \hat{e} rcio, pode-se at \hat{e} apontar a economia como uma das grandes for \hat{c} as de governo na reflex \hat{a} o da raz \hat{o} de Estado, entretanto n \hat{a} o se deve ver ainda o saber dos economistas como ocupando o centro da arte de governar. As cidades gradativamente v \hat{a} o tornando-se cidades-mercado. O Direito, *princ \hat{i} pio de limita \hat{c} o da ilimita \hat{c} o* da atua \hat{c} o do Estado de pol \hat{i} cia, vai perdendo centralidade, embora n \hat{a} o de todo, na governamentalidade. Vejamos agora como se encontra o saber econ \hat{o} mico no exerc \hat{i} cio da nova arte de governar que emerge, a arte de governar liberal.

2.3 A nova arte de governar: o Liberalismo Cl \hat{a} ssico

A segunda arte de governar que Foucault apresenta \acute{e} o liberalismo. Fruto da crise do modelo anterior, o liberalismo converte-se, na \acute{o} ptica foucaultina, em um tipo de arte de governo que emerge para substituir a ent \hat{a} o existente. \acute{E} precisamente a fal \hat{e} ncia do modelo feudal europeu – mercantilismo ancorado no metalismo – o que possibilitar \hat{a} a emerg \hat{e} ncia do pensamento liberal.

Enquanto arte de governar o que melhor qualificar \hat{a} o liberalismo \acute{e} sua frequente pergunta-reflex \hat{a} o sobre a possibilidade de o governante estar *governando em demasia ou em excesso*. Porque governar demais, na verdade, seria n \hat{a} o governar. Segundo Foucault, o que d \hat{a} condi \hat{c} oes de possibilidade para o surgimento da racionalidade liberal \acute{e} justamente o entendimento de que um governo excessivo representa uma pr \hat{a} tica irracional, o que seria, portanto, nega \hat{c} o da pr \hat{o} pria natureza de um governo – racional por excel \hat{e} ncia. N \hat{a} o mais circunscrito \hat{a} supervis \hat{a} o do territ \acute{o} rio, a pr \hat{o} pria no \hat{c} o de governo sofre um alargamento e passa a significar a gest \hat{a} o de 03 dom \hat{i} nios: *I. o territ \acute{o} rio; II. os homens que nele habitam; III. bem como a conduta destes*. \acute{E} neste cen \hat{a} rio que emerge a arte de governar liberal.

O liberalismo, que \acute{e} um “princ \hat{i} pio e um m \hat{e} todo de racionaliza \hat{c} o do exerc \hat{i} cio do governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 432), vai introduzindo no debate da \acute{e} poca uma quest \hat{a} o que at \hat{e} hoje \acute{e} conjugada \hat{a} s discuss \hat{o} es das pr \hat{a} ticas de governo: *governa-se em demasia ou discretamente?* A arte de governo nova promover \hat{a} uma governamentalidade atravessada pelo princ \hat{i} pio *sempre se governa demais*. O

governante deve sempre partir deste princípio, deve sempre suspeitar que governa demais. É o método da suspeita sistemática sobre o *quantum* de governar.

Para Foucault (2008a), não se deve ver no liberalismo uma grade de reflexão jurídica tampouco uma análise econômica, mas uma reflexão crítica sobre as práticas governamentais. Temos, doravante, uma arte de governo que não terá mais no Direito seu centro regulatório exclusivo. Portanto, *a questão do governo não se reduzirá tão somente à legitimidade ou ilegitimidade do governante*. A teoria do direito divino, a justificativa do reinado pela ascendência direta a Deus sai da ordem do dia. A questão toda se centrará em como *não* governar demais. Neste ínterim, a Economia Política torna-se o saber fundamental e fundante da reflexão governamental. Vejamos como paulatinamente dá-se esse centramento.

O liberalismo instaura um princípio de limitação da arte de governar anterior – a razão de estado –, que, como vimos, se era limitada externamente, era ilimitada do ponto de vista das práticas internas de um governo. É justamente essa regulação interna da racionalidade governamental o que dá condições de possibilidade para o surgimento de um saber denominado *Economia Política*, em meados do século XVIII na Europa. A Economia Política é definida como “todo método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação” (FOUCAULT, 2008b, p. 19) ou, na definição clássica de Jean-Jacques Rousseau na Enciclopédia, como “a reflexão geral sobre a organização e a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade” (*apud* FOUCAULT, 2008b, p. 19).

Grosso modo, o *estatuto da limitação externa* estabelecido pela Economia Política pode ser reduzida a cinco pontos:

- I. não se trata apenas de princípios, de indicações de prudência. Trata-se de algo mais amplo, de algo inerente ao bom governar. O governo que não observar estas limitações tenderá a ser visto como um governo inábil;
- II. por não se tratarem de conselhos, há uma efetividade dos princípios: trata-se de “princípios que são sempre válidos em todas as circunstâncias” (FOUCAULT, 2008b, p. 15);
- III. o fundamento primeiro do governo não está na natureza nem em uma concessão divina: este fundamento é interno à prática governamental e deve ser procurado nos objetivos do governo;

- IV. fica estabelecida uma demarcação entre o que convém e o que não convém fazer. Demarcação agora da conduta do governante, e não mais dos súditos, como outrora;
- V. essas delimitações não são impostas pelos que governam aos que são governados: “tudo isso são peripécias que têm por efeito estabelecer finalmente na prática de governar uma demarcação de fato” (*idem ibid.*, p. 17) entre aquilo que convém ao governante fazer e aquilo que convém não fazer.

Em resumo, para deixar claro:

Dizer que há uma limitação de fato na prática governamental quererá dizer que o governo que desconhecer essa limitação será simplesmente um governo [...] não ilegítimo, não usurpador, mas um governo inábil, um governo inadequado, um governo que não faz o que convém (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

A reflexão se esvai, portanto, da legitimidade do governo para os efeitos da prática governamental: “a economia política reflete sobre as práticas governamentais, e ela não interroga essas práticas governamentais em termos de direito para saber se são legítimas ou não. Ela não os encara sob o prisma da sua origem, mas dos seus efeitos” (FOUCAULT, 2008b, p. 20-21). A questão clássica do *direito divino do soberano* resta agora ultrapassada. Enquanto a questão da legitimidade remete à origem, à natureza, ao estado puro e primevo, a questão das práticas governamentais será analisada pela grade do sucesso/ fracasso. Foucault dirá que na arte de governar liberal o maior mal de um governo não é ele ser ruim, mas ser ignorante. Ignorar pode ser fatal.

Eis que emerge uma nova Europa. Ora, se o mercantilismo é uma reflexão da arte de governar a fim de coibir a escassez alimentar através do incitamento aos produtores lançarem seus produtos no mercado, o liberalismo é precisamente uma reflexão crítica sobre os efeitos político-econômicos provocados pelo mercantilismo. O liberalismo pensa não um reino, não um estado, não uma nação, mas seu conjunto: a Europa.

O mercado não é mais Flandres, Gênova ou Córdoba, mas a extensão da velha Europa. Antes, o mercado é o mundo! É justamente a abertura do mercado mundial o que permite a superação de um jogo econômico de resultado nulo, como era o metalismo mercantil: “é a abertura de um mercado mundial que vai permitir que o jogo

econômico não seja finito” (FOUCAULT, 2008b, p. 76). É esta abertura do mercado o que vai promover a garantia da paz perpétua, como queria Immanuel Kant.

É a primeira vez que a Europa pensa o mundo através do prisma econômico. Temos, doravante, uma Europa do crescimento coletivo, uma Europa que pensa a si mesma como um sujeito econômico uno, grupal. Mais que a mundialização do mercado, temos a mundialização do mercado europeu: “o jogo é na Europa, mas o que está em jogo é o mundo” (FOUCAULT, 2008a, p. 77). O liberalismo, com seu clássico chavão *laissez-faire, laissez-passer: le monde vai de lui-même*¹⁰, não se fia apenas no deixar fazer, visto que promove toda uma tática intervencionista, apesar do Estado. A questão toda passa a ser como fazer, como permitir que as regras (supostamente) *naturais* do mercado não sejam afetadas pela intervenção do Estado. Eis que nasce o Mercado como o imperativo categórico da modernidade. Sua mão invisível, também.

O que caracteriza essa nova arte de governar [...] é muito *mais o naturalismo do que o liberalismo*. Essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc., é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos. Até em Kant, que não é afinal tão economista assim, que é muito mais um jurista [...] a paz perpétua é garantida não pelo dinheiro, mas pela natureza (FOUCAULT, 2008b, p. 83-84 – grifos meus).

Temos, nesta segunda arte de governar, a liberal, uma robustez da economia política, que toma a dianteira em qualquer reflexão sobre as práticas de governo. Seu saber, daqui em diante, sempre será convocado para analisar o que se faz como governo dos homens. Se há na primeira arte de governar uma tentativa de instauração do Estado através da tecnologia do Estado de Polícia – um modo de burocratização estatal a fim de permitir a administração do Estado pelo próprio Estado – temos, na segunda arte de governar, um modo de governo que já não tem compromisso algum em instalar o Estado. Pelo contrário, o Estado é aquilo *apesar do qual* a prática governamental deve fazer as leis naturais da Economia girarem.

A economia política descobre, então, não mais os direitos naturais ao exercício da governamentalidade como em outros tempos, mas uma “naturalidade própria da prática mesmo do governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 22). Logo, se existe uma natureza na forma de governar, claro está concluir-se que uma prática de governo só pode ser, só pode atuar se for em consonância com essa natureza. Eis a nova arte de governar: auto

¹⁰ “Deixar fazer, deixar passar: o mundo vai por ele mesmo”.

limitativa de si mesma. É aqui que temos a grande virada dos economistas sobre os clássicos conselheiros dos príncipes:

Os prudentes conselheiros que outrora definiam os limites da sabedoria em função da presunção do príncipe já não têm nada a ver com esses especialistas econômicos que estão aparecendo e, por sua vez, têm por tarefa dizer na verdade a um governo quais são os *mecanismos naturais* do que ele manipula (FOUCAULT, 2008b, p. 24 – grifos meus).

Exposto isso, frisa-se que para além das clássicas leituras do liberalismo a partir do *laissez-faire* ou da mão invisível do mercado, interessará a este estudo o fato de que a partir do século XVIII a noção de *governo dos homens* torna-se essencial. É a *era das condutas*, segundo Foucault (FOUCAULT, 2008a). Conduzir a conduta dos homens vivos torna-se o mais importante atributo político para o exercício do poder. Tudo porque a arte de governo nascente no período – ou seja, a racionalidade liberal – opera provocando uma duplicação subjetiva: o sujeito da prática política deixa de ser apenas um súdito e torna-se, também, membro de uma população. *Sujeito*, pois, a uma dupla gestão governamental: 1. sobre seu corpo individual; 2. sobre seu corpo tornado parte de uma população (FOUCAULT, 2008b).

2.3.1 O sujeito de interesses: o *homo oeconomicus*

O exercício do poder liberal, então, assume um caráter necessariamente individualizante, “o que exigirá um conhecimento analítico, detalhado e minucioso sobre os indivíduos para aprender, manipular, suscitar, induzir seus interesses” (LAVAL & DARDOT, 2016, p. 267). Onde surge a noção fundamental para o pensamento liberal clássico: a noção de *interesse*¹¹. Interesse, atributo inalienavelmente individual, particularidade inventada pelo empirismo inglês (FOUCAULT, 2008b).

O interesse é aquilo que todos temos e contra o qual nenhum de nós trabalha, vão dizer os liberais. A noção assume centralidade discursiva de tal ordem no século XVIII que, depois da descoberta das leis do movimento pela Física, as leis do interesse

¹¹ Em sentido etimológico, o vocábulo *interesse* deriva de duas palavras latinas: *inter* (entre) + *esse* (forma verbal ser/ estar no infinitivo). Literalmente falando, teríamos “estar entre”. Da mesma forma verbal latina *esse*, por exemplo, temos a palavra *essência*, que significa “o núcleo mais natural do ser (ou da coisa)” nas principais línguas do ocidente europeu (CUNHA, 2010). Registra-se também, por curiosidade, que a palavra espanhola para interesse é *interés*, que também pode ser traduzida para nosso idioma como *juros* referentes ao excedente financeiro que alguém paga a outrem a título de “aluguel” por dada quantia de dinheiro tomada de empréstimo. A expressão *sin interés* (“sem interesse”) em espanhol tanto pode designar “ação desinteressada” como “pagamento sem juros”.

foram a segunda grande descoberta do século (AVELINO, 2016). Ora, se o movimento é quem governa o mundo físico, o interesse é quem governa o mundo moral (FOUCAULT, 2008a).

Neste sentido, pode ser dizer que o comportamento humano torna-se alvo de governo. Se é verdade que o governo é o motor do liberalismo, então se pode dizer que, em consequência disso, o agente homem torna-se um lugar de visibilidade política. A noção de interesse é elevada à categoria do *si mesmo* pela arte de governo liberal, sobretudo, por intermédio do empirismo inglês. Aquela é equiparada a esta: *interesse é igual a si mesmo*. O interesse de alguém é o si mesmo deste sujeito, seu núcleo mais profundo, com o perdão da redundância, sua *natureza mais natural*. É, em sentido etimológico, o *estar entre* que passa a ser localizado dentro cada indivíduo, representando-o. E qual a natural inclinação, o interesse natural de um sujeito humano? Naturalmente, acumular bens e esquivar-se a perdê-los. O homem, naturalmente tem interesse em beneficiar-se economicamente. Seria deste interesse egoísta e inalienável que depende toda a civilização, visto que o padeiro não faz pão senão porque está interessado em ganhar algo ao vendê-lo, defenderá Adam Smith (1988).

Nos anos 1830 Stuart Mill leva à radicalidade a hipótese do natural interesse humano por acumular a maior quantidade material possível para abarcar suas necessidades – quanto para alcançar alguns luxos –, chegando a propor um parâmetro comportamental o qual seus críticos nomearão de *homo oeconomicus*. No período neoclássico da economia, ou seja, último quartel do século XIX, o inglês William Santley Jevons (1835-1882) assim como os franceses León Walras (1834-1910) e Vilfredo Pareto (1848-1923), criam modelos matemáticos alicerçados nesta ideia de um homem *naturalmente interessado* – com a permissão do pleonasma – em procurar e perseguir *seu próprio interesse* (PAULANI, 2005), ou seja, o *homo oeconomicus*.

No liberalismo econômico, portanto, o sujeito de interesses (ou *homo oeconomicus*) é um dado natural – naturalmente produzido. Fazer esses interesses coincidirem com a racionalidade econômica de então é, talvez, o grande mérito operado pelo liberalismo clássico. Governar este homem de interesses, concebido como um dado natural, é a grande tarefa política do momento: “é preciso igualmente direcionar os interesses: cultivar os bons interesses, eliminar os maus interesses; produzir interesses úteis, bloquear os inúteis” (AVELINO, 2016, p. 267).

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008b) vai dizer que a pergunta política de relevo, então, passa a ser: *como governar esse homem econômico* sem que

reste nele destruída ou bloqueada sua capacidade de movimento e seu desejo pela liberdade? Em outras palavras, como produzir um sujeito que se veja, a um só tempo, livre para jogar o jogo do mercado; e obediente às regras deste mesmo jogo? Como produzir sujeitos que pensam e que ajam assim? Para entender de modo suficientemente adequado, é preciso voltar ao curso *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008a), com o propósito de compreender como a arte de governar liberal resolveu esta questão.

Embora uma cronologia sequencial possa parecer estranha para um trabalho autodenominado foucaultiano, didaticamente ela pode ter seu valor. Esquematiza-se abaixo, portanto.

Entra em cena, retirado dos porões empoeirados e esquecidos da medievalidade europeia, uma tecnologia de poder que incide diretamente sobre todos mas também sobre cada um: o poder pastoral. Há uma importância nevrálgica do poder pastoral na produção do *homo oeconomicus*, pois, se por um lado a arte de governar liberal exige um conhecimento mais abrangente do que analítico; por outro lado o poder pastoral é mais minucioso, mais analítico que aquela. Por outros termos, o poder pastoral é aquilo que se pode chamar de poder *omnes et singulatim*, ou seja, em seu exercício contempla a todos e a cada um.

O pastorado reclama um conhecimento pleno e total de cada ovelha a ser pastoreada. E o opera sobretudo por meio de duas técnicas, a saber, o *exame* e a *direção da consciência* (FOUCAULT, 2008a). Se a governamentalidade liberal tem uma atuação mais totalizante e focada na população, na governamentalidade pastoral temos um exercício do poder de modo mais individualizante e individualizado. Ambas as modalidades de poder associadas tornam a arte de governar liberal mais potente para conduzir a conduta dos homens para a direção que deseja.

No âmbito desta Tese importa que, localizado dentro de uma forma específica de exercício do poder intitulada *poder pastoral*, vamos ter desde a Idade Média europeia um *dispositivo para a direção da consciência*, que exigirá do sujeito a renúncia da própria vontade para salvar sua alma (FOUCAULT, 2008a), por meio da *técnica do exame da própria consciência*. A governamentalidade pastoral, portanto, exige – há séculos! – do sujeito aderente ao cristianismo a abdicção aos seus próprios interesses, mormente quando envolvem prazeres sexuais – a fim de que esteja garantida a gozosa vaga no paraíso eterno e imaterial.

Um pouco mais tarde, em uma Europa agora cintilada pelas *luzes* do movimento Iluminista, teremos a criação da figura do *homo juridicus* por meio do liberalismo jurídico inglês. Neste continua-se a observar um indivíduo constrangido a renunciar à própria vontade, entretanto, com um fim distinto de salvar sua alma em um mundo imaterial. Trata-se de salvar sua própria vida num mundo absolutamente material: é a guerra de todos contra todos que fez os homens cederem sua vontade em favor do Estado com o propósito de conviver civilizadamente com os demais, salvando sua existência neste mundo físico (HOBBS, 2003). A figura do *homo juridicus*, claramente, representa um instrumento negativo da vontade, alcançado por meio de uma renúncia contratual.

Com o advento do modelo do *homo oeconomicus* acima exposto – o sujeito do liberalismo político –, ao contrário, temos um instrumento positivo operado por intermédio de uma incitação ao interesse humano – este concebido como natural. Há aqui a afirmação de comportamentos, não sua elisão ou sua proibição. É por meio do incentivo que o sujeito do liberalismo é forjado – não há constrangimento algum para a renúncia de algo: ao invés do homem da renúncia o homem agora é *homo oeconomicus*, dotado de interesses mercantis e deve buscar agir no mundo a fim de alcançar suas vontades. Agir no mundo significa, naturalmente, acumular bens – por que isso seria o interesse natural da espécie. O homem, na acepção liberal novecentista, persegue naturalmente a acumulação de bens e de riquezas materiais, fugindo – também de modo natural e atávico – aos prejuízos de ordem fiduciária.

O que o a arte de governar liberal produzirá é uma espécie de luminosidade excessiva do *homo oeconomicus* em relação aos outros modelos até então existentes. E como não há região de luz sem que a isso corresponda uma região de sombra, os outros modelos acabam ensombrados. De tal modo que o homem de interesses é elevado à mais alta categoria: a do próprio homem. O *homo oeconomicus* é igualado ao próprio *homo sapiens*. O sujeito de interesses liberal, portanto, sofre a transformação de *um modelo* explicativo para o *único modelo* válido para compreensão e explicação do comportamento humano.

Evidentemente, que essa passagem entre os modelos não se processa de modo homogêneo e liso, segundo uma concepção ingênua de que ao primeiro modelo sucederia o segundo e este seria sucedido pelo terceiro. O que temos é um complexo dispositivo no qual os três modos entrelaçam-se e coexistem sem haver sobreposição absoluta de algum em relação aos outros dois. Não se trata da eliminação dos outros

modelos. Trata-se de um triângulo de coexistência, não de uma linha reta de exclusividade.

Em face do exposto, destaca-se o seguinte: o que se observa emergir, no seio da reflexão econômica liberal é, antes do mais, uma crescente atribuição, uma gradativa correlação de importância política à atividade dos homens, à ação humana, ou, no limite, à própria vida humana, enfim. Das técnicas do poder pastoral (exame e direção da consciência associadas) *omnes et singulatim* e de sua apropriação para forjamento do *homo juridicus*; ao sujeito de interesses do liberalismo – ou *homo oeconomicus* – concebido argumentativamente como um dado natural, o que temos na arte de governo liberal é uma incidência de luz cada mais renitente sobre a conduta dos homens. Donde se depreende o aumento do interesse teórico-político no que concerne às atividades propriamente humanas na então nascente Economia Política.

A subjetividade humana, por meio da conduta individual, é colocada na ordem do dia. De modo sumário, o comportamento dos indivíduos passa a abrigar uma dimensão política. Na arte de governar neoliberal isso será levado à radicalidade.

2.4 A arte neoliberal de governar: a nova razão do mundo

Passa-se agora à análise da terceira arte de governar, a *arte de governar neoliberal*. Esta já não compreende o Estado como algo contornável, um mal necessário, mas como um estorvo, algo a ser abolido. Donde a expressão de Foucault, *fobia de Estado*. Embora se trate do neoliberalismo, inicia-se esta sessão abordando o liberalismo precisamente porque se este é o efeito de uma crise no modelo de governamentalidade anterior a si, o neoliberalismo também é o resultado de uma crise na arte de governar antecedente. Portanto o neoliberalismo nada mais é do que o *efeito de uma crise* do liberalismo. E não uma *atualização* deste.

2.4.1 A crise da arte de governar liberal

A arte de governar liberal estabeleceu-se de modo mais vigoroso nos Estados Unidos da América. Aliás, segundo Foucault (2008b, p. 299) o liberalismo desde o século XVIII se apresenta com um “princípio moderador em relação a uma razão de Estado preexistente” nos EUA. Naquele país há uma espécie de foro de necessidade, de um debate sempre reativado, perenemente atualizado. Um domínio político configurado

de tal sorte que possui ancoragem tanto à esquerda quanto à direita do espectro político: “não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundadora do Estado” (*idem*, p. 300). Mais do que uma alternativa política, portanto, o liberalismo seria algo como uma reivindicação global dos habitantes daquela nação desde seu nascimento:

O liberalismo americano não é (...) simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. *O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados*, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados (FOUCAULT, 2008b, p. 301 – grifos meus).

Foucault aponta que o liberalismo é o sistema que incita e produz a liberdade. O liberalismo consome liberdade, logo, obriga-se a produzi-la. E a organizá-la também. Liberalismo não é liberdade, é produtor dela: “a liberdade é o que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. [...] é o que se propõe a fabricá-la a cada instante” (FOUCAULT, 2008b, p. 88). E é justamente nessa intensa e cotidiana produção da liberdade que Foucault vê o início da centelha da crise da arte liberal de governar.

No remédio eleito para convalescer o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929¹², o que teremos? Práticas governamentais que promovem ainda mais, e de modo bastante perigoso, mais liberdade para os indivíduos:

[...] era uma maneira de garantir e de produzir, numa situação perigosa de desemprego, mais liberdade: liberdade de trabalho, liberdade de consumo, liberdade política, etc. A que preço? Ao preço, precisamente, de uma série de intervenções econômicas diretas no mercado, que foram as medidas fundamentais do *Welfare* (FOUCAULT, 2008b, p. 92).

É justamente o paradoxo da liberdade produzido pelo liberalismo clássico que enseja uma nova forma de reflexão, uma nova arte de governar. A crise da governamentalidade liberal instala-se ao fim do sec. XIX e dura em torno de cinco

¹² Oportuno o registro de que o 29 de outubro de 1929 é apenas o mais famoso episódio de falência do modelo de economia capitalista, não se configurando como o único. Houve, por coincidência, inclusive *outra* Sexta-Feira Negra, esta no século XIX em 11 de maio de 1866 em Londres – coração político do exercício da economia de mercado até então. Sylvia Nassar (2012) aponta a relação entre a Sexta-Feira Negra de Londres e a publicação do primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), que morava na capital inglesa. A autora mostra a pertinência cronológica entre a bancarrota do sistema cambial inglês e a tendência (apontada por Marx nesta obra) do capitalismo para o próprio auto esfacelamento.

décadas: 1880-1930. É esta crise que dá condições de possibilidade para a emergência de uma reflexão teórico-política, de uma nova governamentalidade na década de 1930, chamada de *neoliberalismo*. Importante ficar muito claro: o *neoliberalismo*, em Foucault, não será concebido como o seguimento retilíneo, a necessária sequência, o próximo passo, uma atualização do liberalismo clássico. O prefixo *neo* pode ser enganoso no caso. O neoliberalismo traz consigo suas singularidades.

A nova arte de governar, ou seja, *a reflexão sobre a melhor forma de governar de melhor modo possível* é simbolizada pelo Colóquio Walter Lippman¹³. Desde este evento vemos duas grandes correntes teóricas neoliberais emergirem: uma corrente intitulada ordoliberalismo alemão, com os expoentes Walter Eucken (1891-1950) e Wilhelm Röpke (1899-1966); uma segunda corrente, essa americana, representada pelos austríacos Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek (1899-1992) primeiramente, depois por Theodor Shultz (1902-1998), Gary Stanley Becker (1930-2014) e Milton Friedman (1912-2006), estes últimos eminentes figuras do que se convencionou chamar de Escola de Chicago. Em um terceiro momento o neoliberalismo estadunidense dará condições de possibilidade para o surgimento um campo autônomo de saber, espécie de híbrido entre a Economia Política e a Psicologia Experimental, a disciplina *Economia Comportamental* – foco e objeto desta Tese. As figuras mais proeminentes deste último campo de estudo são o americano Richard Thaler (1945-) e o israelense radicado nos EUA Daniel Kahneman (1934-)¹⁴.

2.4.2 O neoliberalismo como um ethos

O pensamento político francês da segunda metade do século XX dedicou-se, com certa insistência, a refletir sobre a doutrina econômica neoliberal. Nos anos 1960, por exemplo, Raymond Aron – conhecido pensador liberal – criticava o excessivo

¹³ Colóquio de intelectuais e economistas liberais acontecido em agosto de 1938, em Paris, na França, organizado pelo filósofo francês Louis Rougier (1889-1982). O nome do evento é uma homenagem ao jornalista estadunidense Walter Lippmann (1889-1974), máxime participante do evento, que publicara, em 1922, a obra *An Inquiry into the Principles of the Good Society* (no Brasil traduzido com o título *Opinião Pública*, pela Editora Vozes, precisos 80 anos depois da publicação original, em 2002). Muito da motivação em realizar o Colóquio foi em função da versão francesa deste livro, que causou certa polvorosa nos círculos liberais parisienses. Deste Colóquio surgem os apodos “liberalismo positivo” e “ordoliberalismo”, com este último sendo escolhido para representar a reforma que os envolvidos queriam promover no liberalismo clássico (FOUCAULT, 2008b, NASAR, 2012, WHAPSHOTT, 2016).

¹⁴ Importante pontuar que F. Hayek (1973), T. Shultz (1979), G. Becker (1992), D. Kahneman (2002) e R. Thaler (2017) foram laureados com o Prêmio Nobel de Economia.

individualismo na concepção de liberdade contido no pensamento de Friedrich Hayek. O pensamento do austríaco será melhor explicado no terceiro capítulo deste estudo. Por ora, registra-se que nesta crítica Aron faz referência à obra mais famosa daquele, a saber, *O Caminho da Servidão*¹⁵, (publicada em 1944), na qual defende que governos intervencionistas não liberais (socialistas, keynesianos, fascistas, etc.) tendem, necessária e (quase) matematicamente, ao totalitarismo. Por consequência, governos intervencionistas não liberais resultariam na anulação das liberdades individuais de cada sujeito. Aron critica, basicamente, o fatalismo contido na análise hayekiana, o que configuraria uma espécie de marxismo com polo invertido (AVELINO, 2016).

Coetâneo a Raymond Aron, o historiador Pierre Rosanvallon também propôs sua análise original acerca do neoliberalismo materializado no livro *Capitalismo Utópico*¹⁶ no ano de 1979. Pierre Rosanvallon, assim como Michel Foucault, participa da *deuxième gauche*¹⁷ francesa, movimento político de esquerda que se opunha à *première gauche*¹⁸ – esta ligada ao Partido Comunista Francês. Segundo Rosanvallon (2006) o liberalismo econômico resulta numa despolitização da sociedade uma vez que subtrai do liberalismo político a tarefa de regular a sociedade, transferindo esta regulação para o mercado, para a economia de mercado. Nesta transferência haveria uma recusa global à esfera da política: inaugurar-se-ia a sociedade de mercado. Não se trata mais da política, tampouco do Direito e seu *checks and balances system*¹⁹, o potencial regulador da sociedade. A regulação social teria seu monopólio e sua operação circunscrita ao mercado. Agora o mercado regula a sociedade (doravante despolitizada), donde o título inicial do livro de Rosanvallon, *Capitalismo Utópico*.

No mesmo ano da publicação de Rosavallon, Michel Foucault profere, no *Collège de France*, seu Curso *Nascimento da Biopolítica*. Nesta série de palestras, inclusive, cita a ambos os autores acima arrolados. Entretanto, a leitura de Foucault, apresenta suas singularidades. O filósofo parte da sua noção de artes de governar dando ênfase à *dimensão ontológica* do neoliberalismo considerando que, ao contrário do que defendia Rosanvallon, o neoliberalismo não é uma teoria econômica, mas uma forma de

¹⁵ Cf. capítulo III desta obra.

¹⁶ Posteriormente reeditado sob o título *Liberalismo Econômico*.

¹⁷ “Segunda esquerda”.

¹⁸ “Primeira esquerda”.

¹⁹ “Sistema de freios e contrapesos”, que seria, no Estado Democrático de Direito, a convivência harmônica e contributiva de três poderes distintos, soberanos e interdependentes entre si, quais sejam: Poder Legislativo; Poder Judiciário; e Poder Executivo.

governo, um modo de conduzir condutas. Portanto, o neoliberalismo não atuaria despolitizando a sociedade. Pelo contrário: *o neoliberalismo constitui uma nova forma de politização da sociedade.*

Mas por que não seguir a teoria política tradicional? Por que inventar algo quando já existiam inúmeros trabalhos interpretativos acerca do mundo neoliberal? Na aula de 14 de fevereiro de 1979 o francês expõe, algo esquemático, as justificativas segundo as quais compreende que era necessário se inventar um novo conceito a fim de se operar uma leitura mais potente do neoliberalismo:

Primeiro, esta: *do ponto de vista econômico*, o que é o neoliberalismo? Nada mais que a reativação de velhas teorias econômicas já surradas.

Segundo, *do ponto de vista sociológico*, o que é o neoliberalismo? Nada mais que aquilo através do que passa a instauração, na sociedade, de relações estritamente mercantis.

Por fim, terceiro, *de um ponto de vista político*, o neoliberalismo nada mais é que uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado [...].

Esses três tipos de resposta [...] fazem o neoliberalismo aparecer como não sendo, afinal de contas, absolutamente nada ou, em todo caso, nada mais que a mesma coisa de sempre piorada. [...] *o que permite portanto não fazer praticamente nada a seu respeito* (FOUCAULT, 2008b, p. 179-180 – grifos meus).

Diversamente ao liberalismo clássico, no qual abertamente pode ser feita uma divisão entre liberalismo político e liberalismo econômico (VERGARA, 1995), expressões como *política neoliberal* ou *economia neoliberal* configurariam formas de reducionismo. Se a arte de governar mercantilista, através do Estado de Polícia, objetivava instalar as práticas de governo no seio do Estado; no liberalismo clássico, a arte de governar propunha o seguimento das leis naturais da Economia para o Estado não atrapalhar justamente essa natureza. Pois bem, a questão no neoliberalismo não é mais como não governar demais e sim *como governar de tal modo que a Economia floresça, aprimore e intensifique as leis naturais do livre mercado*. Processou-se, precisamente, o deslocamento inverso: o Estado, no neoliberalismo, vem a reboque da Economia, vem de carona com ela.

Com o neoliberalismo, o que temos é algo absolutamente novo. O neoliberalismo será doravante, não apenas a instituição fiadora do Estado, mas a responsável por sua criação, por seu nascimento. O que temos é um processo mediante

o qual a Economia torna-se a caução para o surgimento de uma nova arte de governar²⁰. Mas não apenas isso, pois isso em si não traz consigo novidades. A grande inovação no campo da governamentalidade é a proposição de um Estado que esteja a reboque da Economia, justamente o contrário do que tínhamos até então. A questão agora não se reduz ao *laissez-faire* clássico, não é apenas deixar fazer. Trata-se de exercer de tal modo as práticas governamentais que a economia, o livre mercado, as instruções normativas neoliberais, enfim, daqui em diante tenham seus desenvolvimentos potencializados, otimizados.

Mas o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado. O grande erro cometido por aqueles que anunciam a “morte do neoliberalismo” é confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das potências neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 15).

Esse deslocamento na arte de governar (*estado permitir a economia funcionar segundo suas regras supostamente naturais* → *economia assumir a direção da governamentalidade do Estado*) aconteceu em função de duas grandes novidades. A primeira, dentro do caldeirão epistemológico da Economia com a expansão da grade de domínio de suas reflexões. No seio do neoliberalismo estadunidense, temos, a despeito do pouco valor estético dos termos, a um só tempo, 1. *uma deseconomização do domínio epistemológico da economia* e 2. *uma economização do não-econômico*. Ou seja, ao tempo que à Economia não vai interessar mais tão-somente seu objeto clássico – os processos econômicos de trocas mercantis de uma sociedade – vai paulatinamente inclinando-se sobre esferas alheias ao seu objeto clássico, tais como comportamento humano, processos psicológicos, etc. Essa mutação epistemológica da Economia torna seu campo de atuação potencialmente muito mais amplo.

A segunda novidade ocorre no domínio da reflexão política: é o tema da *fobia de Estado*. Temos, ao início do século XX, uma revolução bolchevique na Rússia que instala um regime socialista na União Soviética; a dramática e macabra experiência do nazismo alemão; a planificação da economia inglesa no entre guerras, simbolizado pelo Plano Beveridge (“proteção do berço ao túmulo”); no plano teórico da Economia, o keynesianismo, encarnado no New Deal estadunidense. Todos estes fatos, somados a

²⁰ Foucault (2008b) traz o exemplo do estado alemão criado no pós-Guerra, mas há outros exemplos: Afeganistão, Líbia ou Iraque depois de invasões americanas nas últimas décadas. Para aprofundamento, cita-se, como recurso audiovisual, *Alemanha Ano Zero*, de Roberto Rossellini (ITÁLIA, 1948).

outros de menor magnitude em distintos cantos do planeta, dão condições de possibilidade para uma reflexão na arte de governar que passa a expressar certa fobia, medo, repulsa ao Estado (FOUCAULT, 2008b). Os propositores desta reflexão político-governamental são, sobretudo, os professores de economia inspirados no ordoliberalismo alemão (Escola de Friburgo), que sofrem influência direta da Escola Austríaca de Economia – esta última, objeto do próximo capítulo deste estudo.

Talvez a maior especificidade do neoliberalismo como corrente de pensamento, como modo de governo em relação tanto ao liberalismo quanto ao mercantilismo, é não ser tão-somente uma matriz econômica, mas uma *grade de indução de comportamentos*, uma normatividade. Apesar da frequente associação entre neoliberalismo e *laissez-faire* ou com a famigerada “mão invisível do mercado” Foucault (2008b) sustenta – assim como também autores como o americano David Harvey (2005); a brasileira Ieda Paulani (2005) e, mais recentemente, a também americana Wendy Brown (2018) – que a característica mais luzidia do neoliberalismo é sua promoção ao *empresariamento da sociedade*, o inequívoco impulso ao empreendedorismo individual – liquefazendo a forma empresa por todos os forames do *socius*, tornando a nós todos, mas também a cada um de nós, uma espécie de *empresa de si mesmo*.

Na esteira de Michel Foucault, os franceses Pierre Dardot & Christian Laval em *A Nova Razão do mundo* (2016), tomam-no como um *ethos*, como uma racionalidade contemporânea. De um aparente sistema econômico ou modo de governo dos homens o neoliberalismo transmuta-se em um complexo dispositivo que fabrica e impõe modos de vida: “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 7). Trata-se, na visão destes pensadores, de uma complexidade tão original que preferem, por mais eficiente, a expressão *sociedade neoliberal*: “a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que define não apenas outro ‘regime de acumulação’, mas também, mais amplamente, outra sociedade”. Um *ethos* normativo embasado na ultra liquefação da concorrência por todo o *socius* e na transformação dos sujeitos em microempreendedores individuais (FOUCAULT, 2008b).

Vamos ter no neoliberalismo, portanto, nessa nova arte de governar, uma enorme potência de subjetivação através de uma normatividade corrente. A existência passa a sofrer um processo de empresariamento. O que é, por definição, uma agressão

às potências da vida. Temos, pois, uma fragilização contínua dos sujeitos contemporâneos:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência* isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certas formas de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 16 – grifos no original).

Dito de outro modo, o neoliberalismo atua com o propósito de espriar duas ideias principais – umbilicalmente conjugadas. A primeira, a concepção da *concorrência como princípio formalizador das relações interpessoais*. A segunda é a *dispersão da forma-empresa* por toda a extensão do tecido social. O que temos, portanto, é a instauração dos indivíduos microempresas, é o empresariamento de si. A auto percepção de cada qual passa a ser uma empresa na qual se deve investir tempo, dinheiro, afetividade, educação, habilidades comportamentais, relações de *networking*, enfim. É a Teoria do Capital Humano ocupando-se da vida – esta, que tem inequívocas implicações no domínio da Filosofia da Educação, será apresentada no terceiro capítulo desta Tese.

Em relação ao alargamento da análise econômica aqui considerado como disparador desta pesquisa, importa dizer que há no neoliberalismo uma variação em relação à sua tentativa de conceber o comportamento dos homens. Empareda-se o auto interesse, o homem fundando no interesse econômico, ou seja, o próprio modelo do *homo oeconomicus* passará a ser questionado. Entretanto, este não será descartado, mas reciclado, passando a operar a partir da seguinte modificação: se o *homo oeconomicus* clássico era um parceiro de trocas (assentado na teoria da necessidade/ falta), o *homo oeconomicus* ressuscitado pelo neoliberalismo americano será um empresário de si mesmo (alicerçado na teoria do prazer/ satisfação).

Para finalizar este tópico, relembra-se seu início: o neoliberalismo como uma nova arte de governar surge em função de uma reflexão sobre a crise instalada no modelo anterior. E a crise é justamente oriunda da noção de liberdade, é o *paradoxo da*

liberdade produzido pelo liberalismo no coração das práticas de governo, como visto acima, quem enseja a reflexão neoliberal.

Ora, se a liberdade, ou antes, a garantia de liberdade que o liberalismo prometia, provoca uma reflexão sobre novas práticas de governo dos homens, importa destacar que é ainda sobre esta aparência de liberdade a centralidade do governo.

2.4.3 A centralidade discursiva da Economia por outros domínios de pensamento além da noção foucaultiana de “artes de governar”

Embora possa estar incorrendo em um erro de ilusão retrospectiva quando tenta enxergar os processos econômicos – em suas palavras, a Ordem Comercial – como centrais a todas as sociedades civilizadas humanas, o francês Jacques Attali faz uma interessantíssima leitura da civilização humana em seu *Uma Breve História do Futuro*. O centro da Ordem Comercial teria feito sua trajetória do leste para o este, passando por 09 grandes núcleos urbanos ao longo do último milênio. Atualmente estaria na Califórnia, Estados Unidos, este centro. A leitura que Attali faz é de uma civilização humana que tem no processo de acumulação de riqueza e nas trocas comerciais sua centralidade, “mesmo que os livros de História ainda hoje se interessem mais pelo destino dos príncipes do que pelo destino dos comerciantes” (ATTALI, 2008, p. 37).

Ora, que a economia ocupa o centro do debate no âmbito da governamentalidade não é uma assertiva que deva sua origem a Michel Foucault. Como Foucault, Attali também tem um pensamento similar e, certamente faltariam páginas de *Word* para falar de todas as autoras e de todos os autores que defendem esta ideia. Para ilustrar esta centralidade discursiva a partir de vieses alheios ao pensamento foucaultiano, cita-se o professor cearense Manfredo Oliveira:

Uma das características fundamentais do novo contexto societário é a substituição da política pela economia, ou seja, pelo mercado, sobretudo financeiro, na condução dos processos sociais, *o que quer dizer que a economia se transforma na esfera paradigmática para a organização das relações sociais nacionais e internacionais*. Poder-se-ia falar aqui de realização plena do “telos” imanente a esta forma produtiva, pois, como diz Hösle, o “paradigma econômico” é característico da sociedade moderna enquanto tal e causador, a partir de suas contradições imanentes, das crises que marcam hoje nossa civilização (OLIVEIRA, 2008, p. 11 – grifos meus).

Além de Oliveira, a própria Igreja Católica pode ser importante vetor para se evidenciar a centralidade discursiva aqui colocada. Em maio de 2018, por exemplo, o

Vaticano lançou o documento “*Œconomicae et Pecuniariae quaestiones* – considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro”, no qual traz algumas análises acerca do mundo contemporâneo, atravessado pela lógica econômico-normativa neoliberal. Segundo Belluzo (2018) o documento faz uma interessante e competente leitura das questões financeiras, mostrando como funcionam o processo de securitização e seus derivativos. “É uma combinação — e é muito raro ver isso — entre uma visão cristã e ética e uma dimensão propriamente técnica, ou seja, o documento sabe o que está dizendo, e não desconhece que esses fenômenos são constitutivos e orgânicos desse capitalismo” (BELLUZZO, 2018).

O texto, em seu início, lembra uma citação do atual chefe da Igreja Católica, o Papa Francisco I, registrada em sua primeira Exortação Apostólica²¹, intitulada *Evangelii Gaudium*. Nela o Papa afirma que “o dinheiro deve servir e não governar” – o que facilmente pode ser encontro à noção foucaultiana de governo como algo que não se resume às práticas estatais.

O documento católico é, trocando em miúdos, uma grande crítica ao atual modelo de condução das condutas humanas através do neoliberalismo e seus princípios concorrenciais, de incitação ao empresariamento de si, de defesa do Estado mínimo e de enfraquecimento dos atuais Estados nacionais em favor de conferir uma maior robustez ao livre mercado. O documento entende que a Economia precisa de liberdade de iniciativa, mas também compreende que essa liberdade, do modo como foi estabelecida pelo neoliberalismo “tende a gerar centros de supremacias e a inclinar na direção de formas de oligarquias” (parágrafo 12). E prega que para a necessária correção desta anomalia não pode ser feita sem uma regulação maior que a do mercado: “é evidente que aquele potente impulsionador da economia que são os mercados, *não é capaz de regular-se por si mesmo*” (parágrafo 13 – grifos meus).

Para alguns passou despercebido, diante de tantas aberrações acontecidas no mandato de Jair Bolsonaro, mas até na transformação do Ministério da Fazenda em Ministério da Economia²² devemos saber ver a centralidade discursiva que a economia

²¹ Uma Exortação Apostólica é um documento escrito pelo chefe da Igreja Católica, o Papa, direcionados a determinado(s) grupo(s) componente da Igreja. São, em geral, menos formais que as encíclicas.

²² O órgão público que cuidava da política econômica brasileira era denominado Ministério da Fazenda, e seu titular, Ministro da Fazenda, até o ano de 2018. A partir de 01.jan.2019, por meio da Medida Provisória 870/ 2019, passou à nomenclatura de Ministério da Economia, tendo seu titular o nome de Ministro da Economia. Para aquilo que se quer neste capítulo demonstrar, qual seja, a centralidade gradativa que os saberes da Economia têm assumido no contemporâneo, esta mudança semântica resulta algo bastante significativo.

vem assumindo. Apontando um exemplo mais prosaico, em uma frase do tipo *é a economia, estúpido!*²³ que pulula em nosso cotidiano, temos novamente uma prática discursiva contemporânea tangenciando o dispositivo saber-poder da Economia. Se a nossa questão é compor uma linha reflexiva, atuante e potente de resistência ao neoliberalismo, nossa capacidade analítica há de passar, necessariamente, por aqui. Caso não, grande é o risco de sermos ingênuos. E tão somente ingênuos!

No capítulo que segue empenha-se diretamente sobre dois autores da Escola Austríaca de Economia para buscar, em seus escritos, aquilo que é o objeto do presente estudo: as condições de possibilidade que tornaram possível o discurso econômico interessar-se pelo comportamento humano, culminando na disciplina *Economia Comportamental*. Os economistas-alvo do Capítulo II desta pesquisa são os austríacos Carl Menger e Ludwig von Mises.

²³ Nas eleições presidenciais dos EUA de 1992, James Carville, marqueteiro do pré-candidato Bill Clinton (Partido Democrata), cunhou a frase. O contexto era o que segue: em 1991, sob o governo de George Bush pai (Partido Republicano), os EUA venceram a Guerra do Golfo. Foi a primeira guerra em que os Estados Unidos triunfaram desde a decepcionante derrota na Guerra do Vietnã, um minúsculo país asiático. Em virtude do triunfo bélico, a popularidade do presidente estava em alta, o que o credenciava como franco favorito à reeleição, ainda mais porque seu principal adversário era Bill Clinton, à época um desconhecido governador do estado de Arkansas. No entanto, explorando a recessão econômica advinda da guerra, Clinton foi eleito e a frase “é a economia, estúpido!” transformou-se em um chavão e em sinônimo de *marketing* eleitoral (CONSTANTINO, 2009).

CAPÍTULO II:
A ESCOLA AUSTRÍACA:
Carl Menger & Ludwig von Mises

Para fazer um homem agir, não bastam o desconforto e a imagem de uma situação melhor. Uma terceira condição é necessária: a expectativa de que um comportamento propositado tenha o poder de afastar ou pelo menos aliviar seu desconforto. Na ausência desta condição, nenhuma ação é viável.
[...]
Estas são as condições gerais da ação humana. O homem é um ser que vive submetido a estas condições. É não apenas homo sapiens, mas homo agens.

(Ludwig von Mises, *Ação Humana*).

O presente capítulo tem por objetivo percorrer o pensamento econômico de dois nomes da Escola Austríaca de Economia: Carl Menger (1840-1921) e Ludwig von Mises (1881-1973). Uma vez que o foco de uma investigação genealógica não pode ser perdido em favor de um horizonte dilatado, reitera-se a intenção desta pesquisa: fazer uma genealogia acerca da aproximação entre a reflexão neoliberal e os estudos sobre comportamento humano a fim de estabelecer as condições de possibilidade para a emergência da Economia Comportamental no âmbito do neoliberalismo da Escola de Chicago. Este capítulo traz uma incursão tanto sobre a Escola Austríaca quanto sobre os autores acima citados no que diz respeito à sua aproximação teórica em relação ao comportamento humano.

Registrado isso, então, neste trecho específico a pesquisa detém-se aos austríacos Carl Menger e Ludwig von Mises. Não há muita coisa publicada acerca do primeiro, ao passo que os historiadores, os analistas econômicos, etc. dedicaram numerosas páginas ao segundo. Do criador da Escola Austríaca, Carl Menger, analisa-se aqui a obra *Princípios de Economia Política*, publicada em 1871, em Viena, capital da Áustria. É sua *Magnum Opus* e considerada “o ponto de partida da chamada Escola Austríaca Moderna” (BELTRÃO, CONSTANTINO & LENHART, 2010, p. 20), donde a justificativa de sua escolha.

No que concerne a Ludwig von Mises, autor mais prolífico e de mais densidade no que diz respeito a publicações, faz-se a análise de sua mais difundida e mais famosa obra, *Ação Humana – um tratado de Economia*, publicada em 1949, na cidade de New Haven, nos Estados Unidos. O próprio título da obra evidencia o vínculo temático com o objetivo desta pesquisa e, portanto, justifica sua escolha.

É preciso que se registre: além dos livros citados, as seguintes obras foram fundamentais no processo de escrita deste capítulo. Primeiramente, três livros publicados pelo Instituto Mises Brasil: *O Poder das Ideias*, de Hélio Beltrão, Rodrigo Constantino e Wagner Lenhart; *O Essencial von Mises*, de Murray Rothbar; e *Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca*, de Ubiratan Jorge Iorio. Através destes chegou-se a dados biográficos e conceituais sobre os autores.

Além disso, os livros-manuais *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*, de Kunt & Lautzenheiser; *História do Pensamento Econômico*, de Brue & Grant; e *Dicionário das Teorias e Mecanismos Econômicos*, de Alain Gélédan e Janine Brémond foram essenciais para *Primeiro*: possibilitar uma visão mais panorâmica da Escola Austríaca; e *Segundo*: fornecer a compreensão de conceitos da economia política até então incompreensíveis.

Por fim, cito também os textos *A Imaginação Econômica*, de Sylvia Nasar; e uma resenha de Friedrich Hayek acerca da vida e obra de Carl Menger como importantes para a confecção do presente capítulo. Esta última consta como *Introdução* ao livro de Menger na edição brasileira da Editora Abril – Coleção os Economistas.

Conforme exposto na Introdução deste texto, o Curso de 1979 de Michel Foucault no *Collège de France*, intitulado *Nascimento da Biopolítica*, mormente suas aulas 04 a 08 (03.jan.; 07.fev.; 14.fev.; 21.fev.; e 07.mar.), é obra fundamental para a própria emergência de um capítulo desta natureza no âmbito desta Tese.

3.1 A Escola Austríaca de Economia: o homem, o método

A Modernidade – “configuração de ideias e ideais em cujas ruínas ainda vivemos” (LARROSA, 2005, p. 85) – se inscreve sob o signo da ordem natural das coisas ou dos acontecimentos. O que temos é a profusa invenção de práticas científicas objetivas, corretas, indubitáveis. Tempos de leis da Física (Galileu, Newton, Pascal...), das grandes leis da Química (Lavoisier, Gay Lussac...). Matematização dos saberes, portanto. Ou, antes, matematização de uma forma de pensar o mundo. O método correto

bastaria para a *leitura esclarecida* do mundo: busca da ordem e das leis universais. Procura das regras *certas* para o desenvolvimento; dos mapas do progresso; da racionalização do tempo; etc. Esta efusiva busca tornou-se viável mediante a possibilidade de serem achadas as leis do Universo.

As ciências seriam empreendimentos preditivos que dariam, ou antes, *leriam* as leis do mundo. O universo tem leis, precisa-se aprender a lê-las. Donde o naturalismo – característico do modo de saber das ciências modernas. De seu período neoclássico (século XIX) em diante a economia não passará incólume a esta avalanche de naturalização do próprio objeto de estudo (HUNT e SHERMAN, 2011). A um método rigoroso, sobreviriam leis corretas e naturais da Economia. Bastava saber ler no grande livro da natureza tais princípios. Oportuno relembrar a passagem de Michel Foucault (2009b), em sua análise acerca da arte de governar liberal disposta no capítulo anterior, dizendo que menos que a liberdade, o liberalismo afirmava a *naturalidade* das coisas.

Se retomarmos as coisas de um pouco mais longe, se as retomarmos na sua origem, vocês verão que o que caracteriza essa nova arte de governar de que lhes falava é *muito mais o naturalismo do que o liberalismo*, na medida em que, de fato, essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc., é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos, do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos. Até em Kant, que não é afinal tão economista assim, que é muito mais um jurista [...] a paz perpétua é garantida não pelo dinheiro, mas pela natureza (FOUCAULT, 2008b, p. 83-84 – grifos meus).

A despeito de Menger expressar já no prólogo de *Princípios de Economia Política* (MENGER, 1983, p. 240), que “[...] não se pode, a rigor, falar de uma orientação científico-natural no caso da Economia”, a leitura da obra fornece outro entendimento. O pai da Escola Austríaca considerava as leis econômicas como algo natural, como representante de um estado de naturalidade.

[...] o fato de um conjunto numeroso e relevante de fenômenos não se enquadrar nas leis gerais de uma ciência que os rege constitui, de fato, prova evidente da necessidade de se reformular essas leis, porém não constitui motivo justo para recorrer a artificios metodológicos contestáveis (*ibid.*, p. 316).

No que tange à epistemologia – segundo Alvaro & Garrido (2006) e também Ribeiro (2018) – estava em voga no debate acadêmico alemão da segunda metade do século XIX a discussão acerca da classificação das ciências entre *Naturwissenschaften* (ciências da natureza) ou *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito). Muito

provavelmente, em função da língua e da proximidade geográfica, Menger teve acesso a este debate²⁴. Seu posicionamento é contra a pura e simples transposição do método das *ciências naturais* às *ciências do espírito*, como se pode ler abaixo:

As tentativas até agora feitas no sentido de transferir pura e simplesmente as características do método das ciências naturais para a pesquisa no setor da Economia Política tem levado aos mais graves erros metodológicos (MENGER, 1983, p. 240).

Algo que certamente pode ser registrado como uma das maiores características desta Escola é a preocupação em estabelecer um método rigoroso e austero para seu fazer investigativo. O austríaco indica que o procedimento metodológico padrão da economia política deveria ser o *método empírico*. Justamente por restar impossível ater-se unicamente ao modo de proceder das ciências naturais. Ainda assim, Menger, sustenta que cabe ao leitor julgar se teve “êxito em mostrar que os fenômenos da vida econômica se regem estritamente por leis iguais às leis da Natureza” (1983, p. 240).

Outra característica encontrada na Escola Austríaca é sua concepção mecanicista do mundo. Apesar da existência de filósofos da ciência na Alemanha como Wilhelm Dilthey, Ernest Mach ou Edmund Husserl²⁵, os tempos eram mesmo do francês Auguste Comte. O mecanicismo causal reina praticamente absoluto no que diz respeito à produção de conhecimento na Economia Austríaca. É a partir da óptica do mecanicismo causa-efeito que a Escola verá o mundo e o homem se comportando nele. Noção de *suficiência causal*, segundo a qual basta uma causa estar presente no ambiente para que seu efeito aconteça. É a ideia do nexo causal, fundamental para os austríacos.

Na noção de *bem econômico* de Menger encontra-se tal mecanicismo. A definição conceitual de bem econômico é postulada uma concepção subjetiva da qual dependerá o próprio conceito. Determinado bem só será considerado um *bem econômico* quando um sujeito apresentar necessidade deste: “as coisas que são capazes de serem colocadas em nexo causal com a satisfação de nossas necessidades humanas denominam-se utilidades; *denominam-se bens na medida em que reconhecemos esse*

²⁴ Ludwig von Mises (1995) também toca nessa discussão quando apresenta sua praxeologia de matriz compreensivista (de W. Dilthey) e teleológica.

²⁵ Foucault (2008b) dirá, na aula de 07 de fevereiro, que alguns dos nomes da Escola de Friburgo – onde lecionavam alguns vultos do ordoliberalismo germânico como Walter Eucken (1891-1950) em meados do século XX – aderiram ao método de Husserl ou, ao menos, tiveram sobre seus escritos grandes influência do filósofo. Mas essa referência é a autores do século XX, não a autores do “século de Comte”.

nexo causal” (MENGER, 1983, p. 243 – grifos meus). Trocando em miúdos, há um duplo componente subjetivo na aceção do conceito de bem econômico:

- I. A existência de uma necessidade humana de algo e que esta possa ser aplacada por alguma coisa; e
- II. o reconhecimento, por parte do agente homem, do seguinte nexo causal: esta coisa poderá satisfazer eficazmente àquela necessidade.

Em Mises encontra-se entendimento semelhante acerca da importância do nexo causal mecanicista em sua noção de *ação humana*. Esta diz de um comportamento propositado, sempre deliberado. Ainda assim, a ação humana reclama outro elemento, o nexo causal: o reconhecimento, no sentido de tomar consciência, por parte do agente de um efeito ser concretizado por uma causa determinada: “para poder agir, o homem precisa conhecer a relação causal entre eventos, processos ou situações” (MISES, 1995, p. 24). Do contrário, quando não há a consciência do nexo causal, Mises não classificará a atividade como ação.

Tanto para Menger quanto para Mises, portanto, que o homem venha a ter consciência dessa relação causal – do nexo entre uma causa dada que provoca um efeito determinado – é requisito para suas definições conceituais. Na noção de *bem econômico* de Menger como no conceito de *ação humana* de Mises, o reconhecimento desta causalidade mecanicista é justamente a condição *sine qua non* para a configuração destes conceitos. Adesão, portanto, à teleologia, à ação humana como tendo uma origem causada: “nosso mundo é um mundo de causalidade e de relações quantitativas entre causa e efeito” (MISES, 1995, p. 126).

Em que pese o esforço de Menger dispensado à questão metodológica, não houve adesão dos economistas de seu tempo às suas ideias. A Escola Austríaca conseguiu alguma repercussão na Europa em função dos discípulos Eugen Böhm-Bawerk (1851-1914) e Friedrich von Wieser (1851-1926). Mas sempre de modo secundário. Segundo Rothbard (2010, p. 27) isto se explica em virtude de “no mundo acadêmico insular da Inglaterra e no dos Estados Unidos, nenhum trabalho não traduzido para o inglês consegue causar qualquer impacto”. Entretanto, segundo F. Hayek (1983) havia traduções para outros idiomas europeus das obras dos austríacos ainda no XIX. Diz-se, pois, que a teoria econômica de Carl Menger deparava-se com um silêncio ensurdecido no restante da Europa, pelo que lamenta Hayek: “[...] enquanto na Áustria se formava definitivamente uma Escola, os autores da economia

política da Alemanha, mais que os de outros países, persistiam em sua atitude de rejeição” (1983, p. 221).

Muito deste ostracismo deve-se à ênfase subjetivista dos conceitos econômicos inaugurada por Carl Menger. Os problemas advindos do método subjetivista proposto pelo austríaco podem ser evidenciados, sobretudo, na rejeição à obra nos círculos acadêmicos extra-Viena. Segundo Hayek, a obra foi fustigada não por anunciar premissas econômicas falsas, mas por apresentar premissas econômicas que foram consideradas inúteis para a época:

[...] chegavam bem perto da solução encontrada por Menger. O grande débito da obra de Menger seria [...], para os economistas políticos ingleses da época, voltados mais para a prática, [*que as premissas de Menger*] forçosamente pareciam fugas inúteis para o campo da Filosofia (HAYEK, 1983, p. 215).

A ênfase metodológica no comportamento do agente homem da Escola Austríaca é muito nítida. Tal enfoque é fruto da discordância de Menger no que diz respeito às conclusões práticas da economia inglesa (Escola de Manchester²⁶), dado seu destaque teórico na ação dos agentes humanos na formulação dos conceitos. Evidentemente, para um século positivista e comteano, isso gerará entraves. Uma vez adotado um pressuposto metodológico subjetivo para a teoria econômica, os participantes da Escola Austríaca foram ironicamente nomeados de *Membros da Escola Abstrata*, na Europa, sobretudo na Inglaterra (CONSTANTINO, 2009; IORIO, 2013).

Em todo caso, é justamente sua ênfase subjetiva a característica da Escola Austríaca que mais interessará a esta pesquisa. Ora, se o objeto de estudo desta investigação é traçar as linhas constitutivas da aproximação entre a reflexão econômica e a compreensão do comportamento humano – que reunirá as condições de possibilidade para o surgimento da Economia Comportamental – portanto, tal luminosidade promovida pelos vienenses ao subjetivismo configura-se o foco da análise deste capítulo.

Tal destaque ao subjetivismo em seu método investigativo, inclusive, foi enaltecido como a grande vantagem da Escola de Viena por seus seguidores ao longo do século XX. A grande falha das outras escolas econômicas neoclássicas, teria sido “a

²⁶ Uma das vertentes da Escola Neoclássica de Economia na segunda metade do século XIX, que tem em Alfred Marshall (1842-1924) seu maior expoente. Apontado como o grande economista do seu tempo Marshall exercera notória influência sobre o pensamento econômico da Universidade de Cambridge e, por extensão, do mais famoso economista do século XX, John Maynard Keynes (1883-1946) (NASAR, 2012; WHAPSHOTT, 2016).

tentativa de analisar a economia com base em ‘classes’ e não em ações de indivíduos” vai defender Murray Rothbard (2010, p. 11), um dos maiores representantes do neoliberalismo de Chicago. Analisando de modo mais panorâmico, Friedrich Hayek assim se pronuncia acerca do subjetivismo metodológico de Menger:

[...] se a ênfase sobre o elemento subjetivo conseguiu ser mais completa e convincente nos escritos da Escola austríaca do que em qualquer outro dos demais fundadores da moderna ciência econômica, isso se deve sobretudo à brilhante fundamentação desenvolvida por Menger nessa obra [*Princípios de Economia Política*] (1983, p. 222).

Pelo exposto, afirma-se que é precisamente na Universidade de Viena, marcadamente na figura de Carl Menger, que a genealogia proposta nesta Tese terá ponto de interlocução potente. É Menger quem primeiro defenderá a Economia Política como uma ciência que deve inicialmente debruçar-se sobre o *homem em atividade* e considerar sua subjetividade como importante variável na análise econômica. Com a Escola Austríaca a economia deixa de ser a ciência dos valores de uma mercadoria, dos preços ou do livre comércio e passa a ser a ciência do homem como ator econômico. Desde então a Economia nunca mais foi a mesma.

3.2 Carl Menger, o fundador

Apesar de não ser o foco deste trabalho, seguem breves notas biográficas sobre Carl Menger (1840-1921).

Nascido na pequena cidade de Nowy Sacz, na atual Polônia, foi criado na propriedade agrícola do avô materno, na Galícia ocidental (hoje, território polonês). Segundo Hayek este é um dado importante porque permite concluir que Carl Menger presenciou, em sua juventude, a fase final da servidão camponesa europeia, que “nesta região da Áustria se conservou durante mais tempo do que em qualquer outra parte da Europa, exceto na Rússia” (HAYEK, 1983, p. 216). Menger presenciou, portanto, um modelo feudal de economia – baseado nem no livre mercado tampouco na liberdade individual, mas em relações de vassalagem.

Na vida adulta o professor de economia política da Universidade de Viena Carl Menger fez parte, como membro vitalício, do Conselho do Reinado austríaco, o *Herrenhaus*, chegando a ser nomeado tutor do príncipe herdeiro da Áustria. Em todo caso, avesso a tornar-se elemento da política vienense, recusou convites para o

Ministério das Finanças e retirou-se da vida pública no ano de 1903, quando se aposentou da Universidade. Segundo Hayek “é inútil procurar em suas obras qualquer traços de suas opções políticas”, ainda que aponte alguma simpatia de Menger “[...] até certo ponto, com as reformas sociais, mas nunca o raciocínio social afetou seu raciocínio frio” (HAYEK, 1983, p. 231).

Por outro lado, teve dois irmãos que acabaram destacando-se no cenário político do Império Austro-Húngaro. O primeiro, Anton Menger, se ocupava com os problemas sociais, vinculando a solução destes ao Estado, numa clara oposição ao liberalismo político defendido por Menger. O segundo, Max Menger, foi membro do parlamento austríaco por muitos mandatos. Através deste último Menger acabou por exercer alguma influência sobre a postura político-econômica austríaca no final do século XIX.

3.2.1 A obra *Princípios de Economia Política*

A década de 1870 é considerada a era mágica da economia moderna (HAYEK, 1983; NASAR, 2012; HUNT & LAUTZENHEISER, 2013; ROTHBARD, 2013; BRUE & GRANT, 2016). No período, por uma coincidência cronológica, são lançadas:

- I.** *Princípios de Economia Política* (1871) em Viena, por Carl Menger;
- II.** *Teoria da Economia Política* (1871), em Londres, por Stanley Jevons;
- III.** *Elementos da Economia Política Pura* (1874), em Paris, por Léon Walras.

Três economistas europeus, independentes geográfica e intelectualmente entre si chegam quase que simultaneamente ao conceito de *utilidade marginal*. Segundo Friedrich Hayek, o problema mais interessante a ser colocado é este: como caminhos tão diversos levaram-nos a resultados tão parecidos? O princípio da utilidade marginal – “uma lei psicológico-econômica”, (HAYEK, 1983, p. 214) – demarca um novo tempo para a ciência econômica. E para esta pesquisa cumprirá função seminal, pois

[...] a lei de utilidade marginal não se refere a valor de uso objetivo, mas a *valor de uso subjetivo*. Não lida com a capacidade física ou química que as coisas têm para produzir um determinado efeito, *mas com a sua relevância para o bem-estar de um homem como ele o entende em cada momento e em cada situação*. Não lida com o valor das coisas, mas com o valor dos serviços que um homem espera delas obter (MISES, 1995, p. 124 – grifos meus).

Eis que emerge *o princípio da naturalidade da descoberta*: ora, se caminhos tão distintos levaram três economistas a conclusões tão semelhantes é porque o princípio da utilidade marginal pertence à natureza. Desde então não será considerado um produto da linguagem ou uma abstração, mas algo *per se*, ou seja, um dado natural. As leis econômicas, portanto, existem e são naturais. Basta usar o método certo para encontrá-las. E este caminho *naturalmente* precisaria abranger o homem se comportando.

A característica mais peculiar da Escola Austríaca é justamente seu enfoque subjetivo e pessoal na análise dos fenômenos ditos econômicos (CONSTANTINO, 2009). Alargar o objeto de estudo da Economia para abarcar o elemento humano parecia uma trilha natural, portanto. Não obstante, este destaque dado ao subjetivismo demanda uma drástica revisão dos conceitos fundamentais da Economia de então (HUNT & LAUTZENHEISER, 2013). Segundo Hayek residiria aí a grande contribuição da Escola Austríaca, voltada a aplicar, à teoria do dinheiro, o enfoque subjetivo especial: “[...] um progresso de extraordinária relevância, em comparação com a concepção tradicional da teoria da quantidade sob forma de agregados e valores médios” (HAYEK, 1983, p. 228).

Mais do que à Escola como um todo, tal enfoque deve ser creditado a Carl Menger, mais particularmente à sua obra de 1871. Não será à toa, então, que o professor austríaco vai afirmar, ao final do seu livro que “o objetivo de toda a economia não é o aumento físico dos bens, *mas o atendimento mais completo possível das necessidades humanas*” (MENGER, 1983, p. 330 – grifos meus). Vejamos mais de perto.

3.2.2 Noções subjetivas de bem econômico, preço e valor

A proeminência dada ao *elemento subjetivo como um princípio metodológico* da Escola Austríaca é algo inexorável. Para ilustrar, destaca-se nesta seção os conceitos de *bem econômico*, de *valor* e de *preço* em Carl Menger. O economista ao definir tais noções conceituais o faz de modo a tornar fundamental o caráter subjetivo, dinâmico e contextual sobre os quais as edifica.

Essa implacável sanha austríaca em direção à subjetividade é justificada porque “a necessidade deriva de nossos instintos e impulsos, e estes estão radicados em nossa natureza” (MENGER, 1983, p. 259). Portanto, a economia não deve considerar menos importante o *mundo interno* dos homens. Ainda que esse encontro de Menger ao subjetivismo seja preliminar e não tão sistematizado como em von Mises (1995) no

século XX, para desenhar sua concepção de *bem econômico*, Menger compreende que é “a presença de necessidades humanas por atender [*quem*] constitui um dos pressupostos essenciais para que algo se torne um bem [*econômico*]” (*ibid.*, p. 251).

O professor austríaco vai elencar quatro condições para que um dado bem possa ser tomado como um bem econômico. Registre-se: não são apenas condições, mas condições necessariamente simultâneas. Seguem-nas:

- I. existência de uma necessidade humana;
- II. que uma coisa possua tais propriedades que estabeleça nexos causais com a satisfação desta necessidade;
- III. reconhecimento, por parte do homem, deste nexo causal;
- IV. o homem, efetivamente, dispor dessa coisa para satisfazer a necessidade em tela.

Segundo Menger a tarefa do economista seria, muito precisamente, encontrar o nexo causal entre os bens e as leis que regem este elo.

A importância que um bem tem para nós *por estarmos conscientes de que atendimento de nossas necessidades* depende do fato de dispormos dele, de tal forma que não poderíamos atender a essas necessidades, se não dispusermos do referido bem. Onde não houver este pressuposto não cabe falar em valor [*econômico*] (MENGER, 1983, p. 288 – grifos meus).

Aqueles bens que não cumprem simultaneamente os quatro requisitos acima são conceituados como *bens não econômicos*. São, em sua maioria, os bens que não têm oferta menor que a procura. Como exemplos, Menger cita a água potável para uma comunidade que vive à beira de um rio caudaloso cujas águas não são poluídas; ou o ar que respiramos. De modo presumivelmente irônico, Carl Menger (*ibid.*, p. 273) afirma que “em se tratando desse tipo de bens os homens praticam o ‘comunismo’”.

A noção de *bem econômico* trata-se, pois, de um conceito não-essencialista, mas de um conceito relacional. A característica de um bem econômico não deve ser aferida de uma propriedade interna aos mesmos. Se um bem será econômico ou não *em função de sua demanda ser maior que a oferta*, significará dizer que a noção de demanda em Menger será considerada a partir de um prisma contextual. Esta variará de acordo com a conjuntura, podendo ser bastante dinâmica: “enquanto num país culturalmente subdesenvolvido o ensino primário representa um bem econômico, o mesmo não

acontece em um país desenvolvido, onde o ensino primário é abundante” (*idem, ibidem*, p. 275).

Entendimento semelhante encontra-se nas noções de *valor* e de *preço econômico* mengerianas. *Valor* é um conceito econômico que engloba a noção de *preço* (GÉLÉDAN & BREMOND, 1988). E, como na noção de bem econômico, o conceito de valor em Menger é relacional: “[...] esse valor não é de natureza real, ou seja, ele não se encontra na realidade, já que o valor é algo que só se concretiza no indivíduo, em relação a quantidades concretas de bens” (MENGER, 1983, p. 299). O economista austríaco considera que “o valor não pode ser visto como algo inerente aos bens nem uma propriedade dos mesmos” (p. 304). O valor não existe *per se*. Menger afirma categoricamente que a “medida para se determinar o valor é de natureza inteiramente subjetiva” (*idem, ibidem*, p. 304). Temos, portanto, que não interessará o *valor em si* – pois este é uma fábula, uma invenção – de uma dada mercadoria, mas o valor que um determinado sujeito lhe atribui.

Menger afirmava que a medida do valor é inteiramente subjetiva. Portanto, uma mercadoria pode ter valor maior para um indivíduo, menor para um outro e nenhum valor para um terceiro, dependendo das diferenças entre as preferências dos três indivíduos e o total de receita disponível para cada um deles. Assim, não apenas a natureza do valor é subjetiva, mas também a medida do valor. O valor não tem nada a ver com o custo da produção (BRUE & GRANT, 2017, p. 261).

Quanto ao *preço* das mercadorias estes seriam a derivação lógica de uma lei natural – nos anos 1920 Mises vai se amparar justamente nesta noção ao fazer sua crítica ao sistema socialista em uma das primeiras obras especificamente críticas ao pensamento marxista (FOUCAULT, 2008b; ROTHBARD, 2013). A Escola Austríaca vai dizer, primeiro por Menger, que “[...] o valor que os bens possuem para cada indivíduo constitui a base mais importante para a determinação do preço” (MENGER, 1983, p. 312). Ao depois, com Boehm-Bawerk dirá que “toda explicação satisfatória do preço comporta duas etapas diferentes e separadas, *das quais a explicação do valor subjetivo é apenas a primeira*” (*apud* HAYEK, 1983, p. 220 – grifos meus).

Para finalizar a análise acerca das ideias econômicas de Carl Menger, pode-se dizer sua grande contribuição à Economia Política foi deslocar o foco de análise da figura do produtor para a figura do consumidor. Inaugura-se, pois, uma espécie de empatia ao consumidor, uma tentativa de entender a economia a partir de outro prisma. A empatia mengeriana, se é possível a expressão, consiste em tentar enxergar as práticas

econômicas através do ângulo alheio, de tentar compreender como o sujeito valoriza aquele bem econômico e não de impor-se o valor intrínseco do mesmo. Uma *empatia perversa*, é importante que se diga. Esta empatia será tanto mais perversa quanto mais nos aproximarmos do neoliberalismo da Escola de Chicago.

3.3 Ludwig von Mises, o difusor

Ludwig von Mises nasceu nobre em decorrência de sua ascendência paterna. Donde a partícula *von* acrescida ao seu nome. Veio ao mundo em 1881 na cidade de Lemberg, na antiga Galícia (hoje a cidade se chama Lviv e faz parte da Ucrânia). Em que pese sua adesão, no início de sua carreira, ao sindicalismo como uma possibilidade de “aumentar o padrão de vida dos empregados, além de fazer outras asserções de conotação estatista²⁷” (BELTRÃO, CONSTANTINO & LENHART, 2010, p. 22), Mises será o primeiro nome da Escola Austríaca a fazer sucesso acadêmico fora de seu país.

Mises, professor da Universidade de Viena entre 1913 e 1934, foi recrutado como tenente na I Guerra Mundial, lutando diretamente contra os russos. Em 1917, devido à Revolução Russa, o episódio bélico recrudescera no Império Austro-Húngaro e, em 1918, este último fora desintegrado em várias nações. Na República instalada na Áustria com a queda do Império, Mises foi Ministro das Relações Exteriores de Otto Bauer, que ensaiaria instalar um governo bolchevique no país. Segundo Beltrão; Constantino e Lenhart (2010), Mises o teria demovido da tentativa²⁸ argumentando que o país ficaria isolado de suprimentos alimentícios e que, dali a pouco, haveria fome e rebelião em Viena.

Em função da escalada nazista no norte europeu – que redundará no *Anschlöss* austríaco – Mises, judeu, emigra para Genebra, na Suíça. Em 1940, embarca num transatlântico em Lisboa rumo aos Estados Unidos. Neste país se tornará cidadão naturalizado e, apesar de nunca ter conseguido um emprego como professor em seu sistema universitário – o que “para o mundo acadêmico norte-americano é uma mancha inescusável e vergonhosa” (ROTHBARD, 2013, p. 43) –, estabeleceu os alicerces da Escola Austríaca, mormente seu tomo subjetivista no método da análise econômica.

²⁷ Cf. *Teoria da Moeda e do Crédito*, livro de Mises lançado em 1912.

²⁸ Entretanto os autores que citam o episódio não trazem algo que possa evidenciá-lo como fato.

Ainda na Europa, neste mesmo ano de 1940 publica seu livro *Nationalökonomie*, obra na qual adianta boa parte das teses defendidas em *Ação Humana – um tratado de economia*, publicado em 1949, já do outro lado do Atlântico. Aquele ficou ofuscado pelo conflito bélico ao qual a Europa estava envolvida; este último será objeto de análise abaixo.

3.3.1 A obra *Ação Humana*

Ação Humana é, em poucas linhas, a apresentação de uma nova ciência, que trabalhará em estreito conluio com a Economia. A este campo de saber Mises o nomeia *Praxeologia*. Para conceituar sua nova ciência o economista opera de modo a especificar uma diferenciação entre esta e a Psicologia, então campo de saber já existente dedicado a um objeto semelhante, qual seja, a ação humana. Lê-se no Prefácio à 3ª edição da obra:

[...] nas últimas décadas, o significado do termo ‘psicologia’ tem ficado cada vez mais restrito à psicologia experimental, uma disciplina que emprega os métodos de pesquisa das ciências naturais. Por outro lado, tornou-se usual desprezar os estudos que anteriormente haviam sido chamados de psicológicos, considerando-os ‘psicologia literária’ ou uma forma não-científica de entendimento. Sempre que se faz referência à ‘psicologia’ em estudos econômicos, tem-se em mente exatamente essa psicologia literária (MISES, 1995, p. III).

Importante sublinhar que esta ressalva somente é encontrada no lançamento da 3ª edição de *Ação Humana*, no ano de 1966, quando a Psicologia Experimental era largamente presente no mundo acadêmico estadunidense. Quando publicou, no alvorecer da Segunda Guerra Grande seu *Nationalökonomie*²⁹, Mises ainda morava na Europa, embora tivesse prestes a exilar-se. A Psicologia de então, era um emaranhado discursivo mais plural do que atualmente e carecia internamente de unidade teórica tanto do ponto de vista epistemológico como do metodológico. Quando sai a primeira edição de *Ação Humana*, já nos EUA, a Psicologia Experimental estava ainda se debatendo com as demais psicologias para atingir o *status* de principal referência em psicologia no país. Entretanto, em 1966, esse confronto já estava nitidamente vencido

²⁹ Registre-se que *Nationalökonomie* e *Ação Humana* são obras muito semelhantes entre si no que diz respeito ao conteúdos que abordam.

pela Psicologia Experimental, que arrogava a si o título de *a Psicologia*, no singular³⁰. Presumivelmente por isso Mises sentiu-se constrangido a fazer o aparte.

Mais do que separar a psicologia entre literária e experimental, Mises passa a efetuar o corte epistemológico entre a Psicologia e a sua Praxeologia. Tal gume é feito exatamente no objeto de ambos os campos de saber. Muito embora o economista não defina de modo preciso qual o objeto de interesse da psicologia, apresenta o objeto de estudo da sua Praxeologia: “o campo da nossa ciência é a ação humana e não os eventos psicológicos que resultam numa ação. É isto, precisamente, o que distingue a teoria geral da ação humana, praxeologia, da psicologia” (MISES, 1995, p. 13).

Uma verdadeira profissão de fé pode ser encontrada em Mises no que diz respeito à naturalidade das asserções de seu campo de saber: a Praxeologia “não somente é universalmente válida” também se apresenta como “absoluta e simplesmente humana” (MISES, 1995, p. 23). A este método supostamente naturalista e descritivo das contingências mundanas, Murray Rotbaard (2013) nomeia de raciocínio lógico-indutivo. Em muitos momentos da obra isso pode ser percebido quando o austríaco caracteriza a Paraxeologia. Seguem-se três citações, com o fito de ilustrar que isso se encontra em diversos momentos do texto: 1. “suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São, como a lógica e a matemática, aprioristas. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos” (p. 34); 2. “como a lógica e a matemática, o conhecimento praxeológico está em nós; não vem de fora” (p. 67); e 3.:

Todas as categorias praxeológicas são eternas e imutáveis, pois são determinadas unicamente pela estrutura lógica da mente humana e pelas condições naturais da existência do homem. [...] *o homem não pode libertar-se destas categorias nem ir além delas*³¹ (MISES, 1995, p. 198 – grifos meus).

O que temos – além da exaltação da própria “descoberta” como algo lógico-natural – é a elevação *de uma das* faculdades humanas ao posto de *a mais* importante categoria que nos habita. Esta modalidade cognitiva, evidentemente, é a razão. Não será

³⁰ Embora se trate de um debate interessante, não será o tema desta Tese o processo de behaviorização da Psicologia estadunidense. Para saber mais, *cf.* Ferreira e Gutman (2013); Ribeiro (2018) e Farr (1999).

³¹ Interessante pontuar, por curioso, que a obra mais famosa de outro grande nome do neoliberalismo austríaco, Friedrich Hayek, intitula-se justamente *O Caminho para a Servidão*, na qual defende que Estados Nacionais com políticas não liberais (*Welfare State* ou Socialismo) caminhariam, inevitável e não deliberadamente, para a perda da liberdade de seus indivíduos (*cf.* Cap. 3 deste trabalho). Como se vê, ambos os austríacos tem certa inclinação a criar hipóteses e acreditar nelas com tal veemência que, uma vez criadas, passam a teorizar sobre aquilo que aprisionaria o homem, sobre aquilo do qual o homem não poderia libertar-se. Mas a base do argumento/ raciocínio permanece intacta: puramente hipotética.

à toa, pois, que o homem produz riqueza justamente devido ao fato de ter sido sofisticado pela seleção natural com essa importante capacidade. O homem é o único animal que pode transformar estímulos sensoriais em observações e experiência, além de ser exclusividade sua ordenar as próprias observações e experiências num sistema coerente – sempre através da razão. É a razão, sede da mente humana, o que nos identifica.

Ainda que tenha inaugurado um modelo subjetivista, Carl Menger era parcimonioso ao falar sobre o homem em si, enfocando suas análises nas relações inter-humanas. Por outro lado, o que se encontra em Mises é algo mais avassalador no que concerne à alma humana. Não se sente constrangido em aventurar-se a falar sobre o inconsciente psicanalítico e solenemente enuncia a angústia como inerente ao ato de escolher: “ação, portanto, sempre implica obter como renunciar” (*op. cit.*, p. 13). Veja-se, pois, sua concepção da mente humana:

A mente humana não é uma tábula rasa na qual os eventos externos registram sua própria história. Está equipada com o ferramental necessário para compreender a realidade. O homem adquiriu esse ferramental, isto é, a estrutura lógica de sua mente, ao longo de sua evolução de uma ameba até o estado atual. *Mas as ferramentas são anteriores a qualquer experiência* (MISES, 1995, p. 37 – grifos meus).

Essa glorificação da razão humana pode ser melhor evidenciada a partir de uma breve análise da visão miseniana do *homo oeconomicus*. Inicialmente é preciso deixar claro que o austríaco nega a existência deste modelo como algo epistemologicamente válido. E critica a economia neoclássica que formatou seu pensamento a partir do *homo oeconomicus*.

Este suposto personagem, fruto da imaginação de uma filosofia espúria, não tem, nem nunca teve, contrapartida na realidade. Nenhum homem é motivado exclusivamente pelo desejo de se tornar tão rico quanto possível. [...] É desnecessário, ao se estudar a vida e a história, perder tempo ocupando-se de tal homúnculo irreal (MISES, 1995, p. 65).

Haveria, segundo Ludwig von Mises, dois grandes troncos em ciências que se debruçam sobre a ação humana: a Praxeologia e a História. O conhecimento histórico lida com temas e procedimentos distintos aos das outras ciências, as quais, por sua vez, *não utilizam o método compreensivista*. Consequentemente tipos ideais como o *homo oeconomicus* não podem ser confundidos com conceitos ou categorias das ciências não-históricas. Muito menos com conceitos e categorias praxeológicas. Mises, voltará a

negar o modelo do *homo oeconomicus* para sua ciência precisamente porque os tipos ideais são uma ferramenta das ciências não históricas, o que não seria o caso da Praxeologia.

A razão, a inteligência e a lógica são, portanto, fenômenos históricos. [...] Nada sugere que a lógica, como a conhecemos, seja o estágio final da evolução intelectual. A lógica humana é uma fase histórica entre a ausência de lógica pré-humana por um lado e a lógica sobre-humana por outro (MISES, 1995, p. 35).

Ainda que critique a figura desse tipo ideal, em determinado momento da obra faz adesão ao homúnculo da economia neoclássica – ou ao menos a um padrão humano racionalmente orientado. Quando Mises defende que “por mais insondáveis que sejam as profundezas de onde emerge um impulso ou instinto, os meios que o homem escolhe para satisfazê-lo são determinados por uma consideração racional de custos e benefícios” (MISES, 1995, p. 17).

Ora, mesmo que von Mises negue o *homo oeconomicus* clássico como atributo analítico válido para sua Praxeologia, é preciso ver nesta passagem adesão à mesma lógica do modelo humano (ou tipo ideal) que julga ignorar. Falar de conduta racional em Mises pode assim ser entendido: o homem mediante ao fato de não poder agradar plenamente todos os seus apetites, renuncia exatamente àqueles que considera menos urgentes. Mesmo que negado pelo autor o *homo oeconomicus* – ou ao menos uma concepção de homem racionalmente orientado – pode-se, aqui e ali, ser percebida alguma fagulha ainda a arder e a produzir labaredas.

Importante pontuar que a Economia Comportamental, objeto sobre o qual se debruça esta investigação genealógica – analisada com mais diligência no capítulo IV desta Tese – também faz uma crítica ao modelo do *homo oeconomicus*, por desconsiderá-lo como real. Para tanto Thaler (2017), argumenta que é necessária a exclusão deste homúnculo da análise econômica, pois a espécie humana (o *Homo Sapiens*) não seria passível de definição apenas por sua racionalidade.

Antes de conceber a razão como uma característica definidora da espécie, portanto, a Economia Comportamental nega a esta categoria o trono que a tradição cartesiana a elevou. No entanto, o mesmo Richard Thaler faz a diferenciação entre humanos *econos* e humanos *sapiens* (THALER, 2017): haveria pessoas que naturalmente nasceriam com as características do *homo oeconomicus*, tendo sua conduta racionalmente orientada o mais das vezes. Entretanto seria apenas uma modesta parte da

população, grupo ao qual chama de *econos*. O restante da população humana, ou seja, sua esmagadora maioria, seria *sapiens*. À Economia Comportamental, então, caberia justamente a tarefa de corrigir as falhas no comportamento humano que a seleção natural não o fez para enfim, transformar o *homo sapiens* no verdadeiro *homo oeconomicus*. Este trabalho debruça-se sobre o tema mais detalhadamente no cap. IV.

3.3.2 A Praxeologia ou o alargamento epistemológico da Economia

Retomando a ideia de Michel Foucault (2008b) em *Nascimento da Biopolítica*, acerca do alargamento epistemológico que a Economia vai apresentando ao longo do século XX – tese desenvolvida por Dardot & Laval (2016); ou por Wendy Brown (2018) – analisa-se nesta parte do trabalho as contribuições de von Mises para esta expansão do objeto de estudo do discurso econômico.

Nas primeiras linhas do calhamaço de 900 páginas intitulado *Ação Humana: um tratado de economia*, Mises argumenta que o “o campo mesmo não se expandiu. Mas a Economia abriu para as ciências humanas um domínio até então inacessível” (MISES, 1995, p. 1). Entretanto, dali a algumas páginas, o economista austríaco como que admite o enlarguemento epistêmico a fim de contemplar o comportamento humano.

[...] os economistas clássicos falharam nas suas tentativas de estabelecer uma teoria do valor que fosse satisfatória. Não conseguiram encontrar uma explicação para o aparente paradoxo de valor. Ficaram desorientados diante do pretense paradoxo que afirma ser o “ouro” mais valioso que o “ferro”, embora este seja mais “útil” que aquele. Por isso não puderam elaborar uma teoria geral de valor e não puderam perceber que o comportamento dos consumidores é a verdadeira fonte dos fenômenos de produção e troca no mercado. Esta deficiência os forçou a abandonar o ambicioso propósito de desenvolver uma teoria geral da ação humana (*idem, ibidem*, p. 65 – grifos meus).

Oitenta anos depois de Carl Menger publicar *Princípios de Economia Política*, portanto, seu primeiro discípulo famoso além das fronteiras austríacas, já não terá pudor em estabelecer um novo objeto de estudo para a ciência econômica. Seguro de que os economistas clássicos falharam porque partiram do princípio errado – em vez do enfoque no consumidor final, restringiram suas análises aos produtores das mercadorias – Mises reforça e reverbera as ideias de Menger.

Entretanto, não se pode dizer que Mises era um mero repetidor de seu professor. Muito mais aguerrido (ou mesmo arisco) que seu mestre, é dado a afirmações

peremptórias como “a teoria econômica subjetivista dá lugar a um relato completamente diferente daquele que se baseia em doutrinas mercantilistas” (MISES, 1995, p. 56). Uma vez concluída a leitura da obra, depreende-se certa impaciência do escritor tanto com as teorias marxistas como com as teorias clássicas da economia em geral, e do movimento neoclassicista em particular:

A teoria geral da escolha e da preferência vai muito além dos limites que cingiam o campo dos problemas econômicos estudados pelos economistas, de Cantillon, Hume, e Adam Smith até John Stuart Mill. É muito mais do que simplesmente uma teoria do ‘aspecto econômico’ do esforço humano e da luta para melhoria de seu bem-estar material. *É a ciência de todo tipo de ação humana*. Toda decisão humana representa uma escolha (*idem, ibidem*, p. 3 – grifos meus).

No que diz respeito ao método, a tentativa inaugurada por Menger em estabelecer um rigor científico para o campo investigativo da Economia prossegue. Contudo, a toada de Mises é ainda mais minuciosa quanto ao direcionamento para a compreensão tanto das ações humanas quanto da motivação para estas. Se no século XIX Menger parece um pouco reticente em afirmar o método das ciências da natureza para a Economia, a Mises não restam dúvidas: se o delineamento metodológico das *naturwissenschaften* não pode ser plenamente adotado na análise econômica, ao menos a postura do pesquisador praxeologista deve sê-lo. Apesar de reconhecer que nas ciências humanas resta a singularidade do pesquisador a enviesar os resultados produzidos por uma pesquisa; e não obstante considerar um erro crasso a pesquisa econômica basear-se unicamente no modelo padrão das ciências da natureza, defende a *naturalidade científica*, monopólio destas:

É inútil abordar fatos sociais com a postura de um censor que os aprova ou desaprova segundo padrões bastante arbitrários e julgamentos de valor subjetivo. *Devemos estudar as leis da ação humana e da cooperação social como um físico estuda as leis da natureza*. [...] não mais como uma disciplina normativa de coisas que deveriam ser (MISES, 1995, p. 2 – grifos meus).

Como Menger, Mises advoga pela adoção do método compreensivista³² de Wilhelm Dilthey para as ciências econômicas. Ainda assim, conforme discutido acima,

³² W. Dilthey defenderá que o estudo das *geisteswissenschaften* “para não reduzir o seu objeto e ao mesmo tempo não perder a objetividade, deveria ser *descritivo* e *analítico* e proceder segundo o método histórico” (RIBEIRO, 2018, p. 205 – grifos do autor) em vez de meramente descritivo como o método das *naturwissenschaften*.

Importante registrar que a principal obra de Dilthey, *Introdução às Ciências Humanas* foi publicado em 1883, doze anos após a obra clássica de Carl Menger, portanto.

apesar de vindicarem o compreensivismo de Dilthey como matriz epistemológica, há uma forte coloração positivista nas tintas dos pensadores austríacos – sobretudo na concepção casualística adotada para explicar comportamento humano.

Para von Mises, o ponto de partida é a ação humana como elemento natural sobre a qual incidiriam leis naturais. Fazer a decodificação destas leis para o *economês* seria, de modo bastante sumário, a tarefa do economista. Aliás, convém detalhar um tanto mais o acentuado naturalismo contido nas análises econômicas de Mises, pois é digno de atenção. Registram-se, em sequência, três reflexões concernentes a estas análises, sendo duas primeiras sobre este naturalismo.

Primeiro, a definição do conceito de ação.

Ação é definida como vontade humana propositada, como um comportamento deliberado; subtrai-se da definição, *naturalmente*, tanto comportamentos involuntários quanto o funcionamento dos nossos órgãos dos sentidos, as vísceras. Subtrai-se, também, da noção a atividade dos outros animais: *somente o homem age*, os demais animais apenas reagem ao ambiente, visto que não têm propósito em suas ações.

Uma inclusão importante na definição miseniana de ação: o mundo privado, aquilo que acontece na mente de dado indivíduo, pode ser considerado ação, desde que seja algo propositado: “a suposição popular segundo a qual a economia lida com as condições materiais da vida humana é um grande equívoco. A ação humana é uma manifestação da mente” (MISES, 1995, p. 142). Por considerá-las eventos naturais, Mises defende a imutabilidade e a universalidade das categorias sobre as quais a Praxeologia se debruçará, quais sejam, o pensamento e a ação humanos.

Até mesmo a omissão comportamental pode ser considerada como ação, a depender do contexto: “expressar desejos e esperanças ou anunciar uma ação planejada podem ser formas de ação, na medida em que tenham o propósito de atingir um determinado objetivo” (MISES, 1995, p. 13-14). A ação humana, assim definida, portanto, “é a vontade posta em funcionamento” (*idem*, p. 12), e, para que não restem dúvidas, o austríaco reforça: “a expressão *ação racional* configuraria um pleonasma, uma redundância” (*idem*, p. 20 – grifos meus). Além de ser, evidentemente, um dado natural, um dado sobre o qual existem leis fundamentais.

Segundo, a diferenciação entre ação e atividade.

Falar ou não falar podem ser ações, tanto quanto consumir ou deixar de fazê-lo. Uma atividade humana que não tenha propósito claro para quem a executa não será considerada ação – aqui Mises repete Menger. A categoria ação não se confundirá, portanto, com a categoria atividade, porque não fazer nada, estar-se quieto ou ser preguiçoso também são ações. Uma vez mais emerge o princípio naturalista dos fenômenos econômicos, visto que “algo que não seja nem ação nem não ação é completamente incompreensível para o homem” (MISES, 1995, p. 246).

Terceiro, a mudança do termo empregado para definir a motivação da ação.

Se em Menger temos a categoria “necessidade humana” como noção analítica fundamental, em Mises vamos encontrar o termo “desconforto humano” como seminal para a análise econômica da ação individual. Aqui cabe uma pequena tergiversação de ordem lexical. Em língua vernácula, a palavra utilizada por Menger é *brauchen*, que pode ser traduzida para o português por *necessitar de*, *precisar de*, *carecer de* (LANGENSCHIEDT, 2011). Já o vernáculo utilizado por Mises é *unbehagen*, que é o substantivo *behagen* (traduzido como conforto, contentamento, prazer) adicionado da partícula negativa *un*. A palavra alemã *unbehagen*, portanto, pode ser vertida para nossa língua tanto como *desconforto*, *descontentamento*, *desprazer* como por *mal-estar* (LANGENSCHIEDT, 2011; DUNKER, 2015).

Por que isso é importante? Por que sublinhar uma mudança aparentemente banal quanto ao léxico utilizado por este ou aquele autor? Porque em Mises há uma verdadeira teoria da escolha. No capítulo IV (“Uma Primeira Análise da Categoria Ação”) lê-se: “o agente homem sempre escolhe entre várias oportunidades que lhe são oferecidas. Prefere uma alternativa e rejeita outras” (MISES, 1995, p. 96). Um pouco em seguida, no capítulo VI (“A Incerteza”), o autor reforça, por outros termos: “a ação não lida com unidades físicas ou metafísicas avaliadas de maneira abstrata e acadêmica; *a ação é sempre uma escolha entre alternativas*” (*op. cit.* p. 120 – grifos meus).

Ora, se em Menger temos a necessidade como força animadora da ação humana, chegamos, então, ao homem agindo a fim de preencher uma lacuna. Algo está faltando, há a necessidade de algum elemento para atingir-se a sobrevivência – *racionalização para chegar no alívio, portanto*.

Ao contrário, em Mises há o emprego de um termo que não vai remeter, necessariamente ao aplacamento de uma cavidade faltosa, mas à evolução de um estágio

de mal-estar para um de bem estar, de um ponto de desconforto para um de conforto. Um homem que não age meramente em busca de completar uma falta, uma falha, de subjugar uma necessidade. No limite, temos a *racionalização da ação para se alcançar o gozo, o prazer*.

O homem mengeriano age para a sobrevivência, o homem miseniano, para alcançar um prazer. Murray Rothbard, em seu livro-homenagem a Mises apontará precisamente este como o axioma fundamental da ação humana: “os indivíduos têm metas e agem para alcançá-las, agem necessariamente ao longo do tempo, adotam escalas ordinais de preferência” (ROTHBARD, 2013, p. 35).

É a analítica do poder foucaultiano que cabe aqui ser lembrada. Não é verdade que o exercício do poder moderno impede, corta, anula, proíbe. O poder tem seu exercício justamente incitando, permitindo, agenciando, promovendo (FOUCAULT, 1995). É exatamente o que se encontra em Mises com sua noção de escolha: “não é o recordar que proporciona ao homem as categorias mudança e tempo, *mas sim o desejo de aprimorar suas condições de vida*” (MISES, 1995, p. 101). Assim sintetiza o autor:

Para fazer um homem agir, não bastam o desconforto e a imagem de uma situação melhor. Uma terceira condição é necessária: a expectativa de que um comportamento propositado tenha o poder de afastar ou pelo menos aliviar seu desconforto. Na ausência desta condição, nenhuma ação é viável. [...] estas são as condições gerais da ação humana. O homem é um ser que vive submetido a estas condições. É não apenas *homo sapiens*, mas *homo agens*” (MISES, 1995, p. 15).

O que se depreende da análise é o caráter absolutamente natural conferido ao elemento estudado pela economia, donde a possibilidade de se erigir suas leis de regularidade. É natural, portanto, que o homem busque o prazer. Emerge, então, a possibilidade de uma Praxeologia, uma ciência que se dedicará à *práxis* humana.

Desde a definição do conceito de ação, que se diferencia de atividade e a noção positiva utilizada por Mises para a ação humana, o que temos, como fio condutor da ligação, é a *naturalidade com que concebem aquilo que estudam* os economistas austríacos. Como bem diz Michel Foucault (2008b), o liberalismo seria melhor nomeado se fosse chamado de *naturalismo*.

3.3.3 Sociologia miseniana

Há em Mises toda uma Sociologia. A obra *Ação Humana* está dividida em sete partes. A segunda chama-se “Ação na Sociedade” e compreende os capítulos VIII, IX e X. Neste componente da obra observa-se, tirante os excessos, a compreensão do autor acerca do *socius* como um corpo de indivíduos que age molecular e autarquicamente, apesar de dependentes entre si. Trocando em miúdos, *quem se comporta são os indivíduos de uma sociedade*. A sociedade, a massa, o Estado, as instituições nunca serão seres agentes, apenas seus elementos constituintes é que agem: “é o carrasco, não o Estado, quem executa um criminoso” (MISES, 1995, p. 44). Somente ao agente humano é reservada qualquer possibilidade de ação:

O indivíduo age em vive e sociedade. Mas a sociedade não é mais do que essa combinação de esforços individuais. *A sociedade em si não existe, a não ser através das ações dos indivíduos*. É uma ilusão imaginá-la fora do âmbito das ações individuais (*idem, ibidem*, p. 143 – grifos meus).

Em todo caso, na esteira do liberalismo de Adam Smith (1723-1790), von Mises concebe à sociedade *status* seminal, pois é quem permite aos indivíduos a *cooperação social*. Se Smith (1988) compreende o *socius* como promotor da divisão social do trabalho e, por conseguinte, o progresso e a riqueza, Mises (1995, p. 145) reforça: “a sociedade humana é um fenômeno intelectual e espiritual. É a consequência da utilização deliberada de uma lei universal que rege a evolução cósmica, qual seja, a maior produtividade da divisão de trabalho”. Defenderá o liberalismo há mais de três séculos que o agente homem deverá manifestar suas ações de modo isolado e egoísta – buscando seu próprio interesse – pois isso provoca uma melhora imediata da sua condição de vida e de seu estado de riqueza. De tal sorte que todas as vezes que os indivíduos optaram por agir em coletivo ao invés de manifestar-se individual e egoistamente, o tempo das quimeras se aproximou (HUNT & LAUTZENHEISER, 2013; IORIO, 2013).

Ainda assim, o austríaco julga extrair três *fatós naturais* como facilitadores histórico-evolutivos para a cooperação social que o agente homem eventualmente manifesta:

- I. a inata desigualdade dos homens;

- II.** a distribuição desigual dos recursos não-humanos pelo globo terrestre;
- III.** o fato de algumas tarefas exigirem a força de mais de um homem ao mesmo tempo.

Teriam sido estes três fatores, umbilicalmente ligados, o que proporcionou a cooperação entre os indivíduos e a consequente divisão social do trabalho daí advinda. Já que – “é sempre o indivíduo que pensa. A sociedade não pensa, da mesma forma que não come nem bebe” (*op. cit.*, p. 177). Arremata o economista:

A humanização biológica dos ancestrais não-humanos anteriores do homem e o surgimento dos primitivos laços sociais constituem um mesmo processo. O homem apareceu no cenário dos eventos terrestres como um ser social. O homem isolado, insocial, é uma construção fictícia (*op. cit.*, p. 164).

Embora seja uma asserção contestável, o austríaco defende que os anarquistas teriam deixado de perceber que nas configurações que apresentam as sociedades humanas, alguns indivíduos não conseguiriam sobreviver sozinhos. A sociedade tem responsabilidade sobre todos justamente para mantê-los vivos e, conseqüentemente, a si própria:

Um dos privilégios que o homem desfruta em sociedade é o privilégio de viver apesar de doente ou incapacitado fisicamente. O animal doente está condenado à morte. Sua fraqueza torna-lhe difícil encontrar comida e repelir o ataque de outros animais. Os selvagens surdos, míopes ou aleijados não sobrevivem. Mas estes defeitos não privam o homem da possibilidade de se ajustarem à vida social. [...] As forças eliminadoras da seleção natural são grandemente reduzidas pelas condições sociais (MISES, 1995, p. 165).

Apesar de apresentar sociabilidade secundária (CASTEL, 2008), tal qual atesta a citação acima, a sociedade para Mises evolui mesmo é por egoísmos individuais, com o perdão da redundância. É a noção de interesse, tão cara ao liberalismo (*cf.* capítulo I). O homem torna-se um ser social não por sacrificar seus próprios interesses em favor de uma *abstração* chamada sociedade, mas porque pretende melhorar seu próprio bem-estar – a ação humana é necessariamente egoísta. Mesmo que determinado comportamento vise a aplacar a fome de alguém, ainda assim será necessário ver ali um ato egóico. O homem age a fim de solapar o sofrimento alheio porque o tormento de outrem o faz sofrer. É primeiramente em si que pensa o homem altruísta:

Não é o amor, nem a caridade nem qualquer outro sentimento afetivo, mas sim o egoísmo [...] que originalmente impeliu o homem a se ajustar às exigências da sociedade, a respeitar as liberdades e direitos de seus semelhantes e a substituir a inimizade e o conflito pela cooperação pacífica (MISES, 1995, p. 168).

Depreende-se da leitura da *Opus Magnum* de von Mises, a noção de um poder relacional que não se encontra preso ao Estado nem dele emana: “o poder, portanto, não é algo tangível e material, mas um fenômeno moral e espiritual” (MISES, 1995, p. 188). Para o economista austríaco, o poder não comporta em si uma essência; não se configura como uma propriedade; tampouco pertence ao Estado.

O poder definir-se-ia “como a capacidade de dirigir a ação de outras pessoas” (MISES, 1995, p. 188). É na função de conduzir condutas do poder que Mises mira: “governar é exercer o poder no corpo político. O governo apoia-se sempre no poder, isto é, no poder de dirigir as ações de outras pessoas” (p. 188-189) Com efeito, encontra-se em Mises a concepção do poder como uma atividade, não como uma coisa:

O conselho de um médico, o ensinamento de um professor, o recital de um artista e outros muitos serviços pessoais são objeto de estudo econômico tanto quanto o desenho de um edifício para construir um edifício, a fórmula de um cientista usada na produção de um composto químico ou a contribuição de um autor para a publicação de um livro (MISES, 1995, p. 233).

Trazendo M. Foucault para o debate, convém lembrar que a arte de governar liberal tem a necessidade de atingir o caráter *omnes et singulatim*: “[...] trata-se simplesmente de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, vão poder assegurar sua própria existência” (FOUCAULT, 2008b, p. 196-197). A arte liberal de governo toca a todos mas também a cada um: ninguém ficará imune, nem mesmo doentes, os velhos ou os pobres.

3.3.3.1 Sobre a categoria Trabalho

A mesma grade de análise *satisfação de uma necessidade-busca de um conforto*, pode ser percebida em Mises a respeito da ação humana denominada *trabalho*: o homem prefere o lazer ao trabalho. O animal humano, assim como os demais, têm uma inclinação natural ao descanso, à diversão e não ao desprazer de fazer algo forçado. Eis

novamente o axioma fundamental da praxeologia de von Mises: o prazer é preferível à dor.

O trabalho, nesse sentido, é uma desutilidade. Não é uma atividade que dignifica o homem. O agente homem não trabalha porque quer sentir-se digno, mas porque quer atingir a superação de um estágio de desconforto: “as pessoas trabalham somente porque consideram o rendimento do trabalho maior do que a diminuição da satisfação acarretada pela diminuição da satisfação” (MISES, 1995, p. 131).

Se a atividade laboral gratifica os trabalhadores o faz de forma indireta, “pela supressão do desconforto provocado pela obtenção de um fim” (*idem, ibidem*, p. 136) e não por um modelo mecanicista que colocaria o trabalho como uma causa e dignidade humana como seu efeito. Ainda assim, encontra-se em *Ação Humana* o naturalismo do fenômeno: “a capacidade de trabalho do homem é um dado do universo, como o são as capacidades inerentes ao solo e às substâncias animais” (*idem, ibidem*, p. 141).

No próximo capítulo segue-se a genealogia aqui empreendida. Desta feita, iniciar-se-á a análise acerca da Escola de Chicago.

CAPÍTULO III

A ESCOLA DE CHICAGO I:

O pensamento de Friedrich Hayek e as implicações da Teoria do Capital Humano para a Filosofia da Educação

O pressuposto de um mercado perfeito [...] não significa nada menos que todos os membros da comunidade – mesmo que não seja necessário supor que sejam estritamente oniscientes – devam ao menos saber automaticamente tudo o que é relevante para suas decisões.

Parece que este esqueleto em nosso armário, o “homem econômico” (homo oeconomicus), o qual temos exorcizado com jejum e orações, retornou pela porta dos fundos na forma de um indivíduo quase onisciente.

(Friedrich von Hayek, Economia e Conhecimento)

Atravessando o Atlântico e aportando em Chicago, EUA, no terceiro capítulo desta pesquisa analisa-se brevemente um sistema teórico que atesta o alargamento epistemológico da economia em direção ao comportamento humano referido nos capítulos anteriores: a Teoria do Capital Humano. Registra-se que, como esta pesquisa configura uma Tese de Doutorado em Educação, a análise da Teoria do Capital Humano compreenderá um necessário diálogo com a Filosofia da Educação, para que se justifique o título de Doutor em Educação pretendido pelo autor.

Entretanto, a fim de conferir maior consistência crítica ao empreendimento, inicia-se este capítulo por uma apreciação analítica acerca de outro economista político nascido na Áustria, Friedrich von Hayek (1899-1992). É preciso que se diga que, do ponto de vista da teoria econômica, apesar deste ter nascido na capital da Áustria, chamar Hayek de “austríaco” é algo comprometedor. Como salienta Michel Foucault, no limite, nem von Mises é puramente austríaco: “gente como Hayek e von Mises, que vão ser os intermediários entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano que produzirá o anarcocapitalismo da Escola de Chicago” (FOUCAULT, 2008b, p.222-223). Hayek pertence ao quadro neoliberal dos doutrinadores (PAULANI, 2005) com evidentes influências tanto no ordoliberalismo alemão (Escola de Friburgo) como no anarcocapitalismo estadunidense (Escola de Chicago.).

No contexto desta pesquisa, a análise do pensamento hayekiano se justifica porque este promove uma modificação significativa na matriz reflexiva econômica. Apresenta-se substrato analítico concernente a duas obras do economista: *Economia e Conhecimento*, publicada originalmente em Londres (1937) e *O Caminho da Servidão*, também inicialmente publicada na capital inglesa, no anos de 1944.

Justifica-se a escolha das referidas obras. *Primeiro*: “Economia e Conhecimento” é o último texto de “economia pura” de Friedrich Hayek (PAULANI, 2005). Depois da publicação do opúsculo, o austríaco dedica-se mais ao campo filosófico-político da Economia do que exatamente à matriz do pensamento epistemológico deste campo de saber. É um livro esquina, no qual Hayek tece uma tese que amplia o foco epistemológico da economia incorporando de modo definitivo a subjetividade humana à análise econômica neoliberal. É o livro que demarca a passagem do Hayek economicista para o Hayek politicólogo.

Segundo: a obra “O Caminho da Servidão” é a *opus magnus* do autor e, para o que interessa a esta pesquisa, cumpre função seminal visto que conecta o individualismo metodológico, característico da Escola Austríaca, ao modo de proceder analítico do nascente neoliberalismo de matriz germânica (ou seja, o ordoliberalismo). É a obra que vai conferir – junto com “Ação Humana” de Mises – certa robustez acadêmico-intelectual aos (poucos) neoliberais de então e promover uma delimitação, um diferenciação teórica em relação à doutrina hegemônica do ocidente: o keynesianismo.

Após análise das principais concepções econômicas e políticas presentes no pensamento de F. Hayek, este capítulo apresenta uma breve incursão acerca da Teoria do Capital Humano, criada e desenvolvida, respectivamente, pelos americanos Theodor Schultz e Gary Stanley Becker. Porque esta toca no âmago do objeto desta pesquisa – qual seja, apresentar a trajetória econômico-reflexiva que gradativamente interessou-se pelo estudo do comportamento humano, reverberando na possibilidade de nascimento da Economia Comportamental – não se poderia deixar de contemplá-la nesta Tese. Entretanto, a Teoria do Capital Humano é amplamente debatida por Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica*, donde se justifica a brevidade da análise aqui apresentada.

Para a confecção deste capítulo as obras “Modernidade e Discurso Econômico”, de Ieda Paulani; “Keynes x Hayek: as origens e a herança do maior duelo econômico da História”, de Nicholas Whaspoott; além do recorrentemente já citado “Nascimento da Biopolítica”, de Michel Foucault cumpriram papel seminal.

4.1 Friedrich von Hayek: de economista “puro” a economista político

Friedrich August von Hayek nasceu em 08 de maio de 1899 em Viena, então capital do Império Austro-Húngaro e faleceu em Friburgo, na Alemanha, em 23 de março de 1992. Filho de pai médico e professor universitário, além do padrasto que também exercia a docência superior, Hayek teve boa educação do ponto de vista formal e, em suas palavras, “cresci com a ideia de que não havia nada mais elevado do que tornar-se professor universitário” (*apud* WHAPSHOTT, 2016, p. 30).

Combateu na I Guerra Mundial. Seu cargo era oficial de telefonia e foi durante o conflito, enquanto esperava algo emergir dentro do tedioso cumprimento de tal função, que Hayek passou a ler e a interessar-se por teoria econômica. Ao fim do episódio bélico Hayek encontrou sua cidade natal, dantes bela e requintada, reduzida a destroços assim como a economia da sua nação. Sentiu, literalmente no corpo, os efeitos de uma inflação galopante, chegando sua família à total ruína material: “um par de sapatos custava 12 marcos em 1913, mudava de mãos por 32 milhões de marcos uma década depois” (WHAPSHOTT, 2016, p. 34).

No entre guerras Hayek forma-se em Economia pela Universidade de Viena e torna-se próximo de Ludwig von Mises, abandonando sua simpatia inicial pelo socialismo. Nos anos 1930 é levado à *London School Economics – LSE* pelo economista Lionel Robbins a quem interessava fazer da LSE um contraponto teórico à *Cambridge University*, onde reinava as ideias econômicas de J. M. Keynes.

Após a II Guerra Mundial Friedrich Hayek atravessa o Atlântico e estabelece-se na Universidade de Chicago, lá permanecendo entre 1950 a 1962. No período, em 1947, cria a *Mont Pèlerin Society*, espécie de *think tank* para divulgação e produção de ideias neoliberais que teve adeptos como Ludwig von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Eucken, Michael Polanyi dentre outros.

Ao sair de Chicago, o economista austríaco volta à Europa, vinculando-se à Universidade de Friburgo, na Alemanha Ocidental. Lá permanecendo até 1968, quando resolve retornar ao seu país natal, a Áustria, fixando residência na cidade de Salzburgo, trabalhando na Universidade homônima.

No ano de 1974, justamente quando o keynesianismo conhecia sua primeira grande crise teórico-prática – o aparecimento nos principais países do mundo euro-

atlântico da *estagflação*³³ – acontece algo imprevisível ao austríaco. Friedrich von Hayek é laureado com o Prêmio Nobel de Economia³⁴, dando certo ânimo aos defensores do neoliberalismo econômico como força motriz de maior tração para lutar contra o socialismo. Do ponto de vista pessoal, a homenagem teve sobre o espírito do austríaco função terapêutica: “o prêmio foi um considerável incentivo pessoal a Hayek, cujos anos de depressão clínica pareceram desaparecer ao receber o prêmio” (WHAPSHOTT, 2016, p. 306). Após a premiação, já nos anos 1980, dois grandes países capitalistas estavam sendo governados por políticos abertamente simpáticos às ideias hayekianas: Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Inglaterra³⁵.

Por fim, por pura curiosidade bibliográfica, registra-se a efeméride: Friedrich Hayek era primo em segundo grau do renomado filósofo da linguagem Ludwig Wittgenstein (1889-1951).

4.1.1 O pensamento econômico de Hayek: *Economia e Conhecimento* (1937)

Cabível pontuar que esta obra de Hayek é, originariamente uma palestra proferida na *London School of Economics* (LSE), em Cambridge, Inglaterra no dia 10 de novembro de 1936. Semanas depois a comunicação foi publicada como livro, já em 1937. O contexto espaço-temporal desta publicação de Hayek é o mundo euro-atlântico sob o efeito imediato do *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque e que tinha recém recebido a obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, do “rival” teórico de F. Hayek, qual seja, John Maynard Keynes (1893-1946). Esta última é considerada a obra

³³ Para a doutrina keynesiana, seria impossível coexistir, em um mesmo cenário, inflação e estagnação econômica. Ou seja, ou se verificaria inflação ou não se verificaria crescimento. Ambos não seriam passíveis de coexistência, donde a justificativa de J. Keynes acerca do investimento estatal em áreas economicamente sensíveis. Nos anos 1970, no entanto, este aforisma keynesiano foi invalidado pelos fatos com os principais países do ocidente apresentando baixíssimos índices de crescimento conjugados a taxas de inflação gradativamente crescentes (NASAR, 2012).

³⁴ A expressão “Nobel de Economia” na verdade é uma metonímia. Seu nome oficial é *Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel*. O mesmo foi instituído em 1968, ao passo que o Prêmio Nobel foi instituído pelo cientista sueco Alfred Nobel (1833-1896), através de seu testamento, e teve sua primeira premiação em 1901. Desde então, o Prêmio Nobel premia as seguintes áreas anualmente: Física, Literatura, Medicina/ Fisiologia, Paz e Química.

³⁵ Por oportuno, registra-se que as primeiras experiências de governos neoliberais no mundo aconteceram em duas ditaduras latino-americanas ao final dos anos 1970: no Chile e na Argentina. Alguns anos depois, a população destes países foi considerada, *na prática*, cobaia das ideias de F. Hayek e seus executores, alunos e professores oriundos da Escola de Chicago, ficaram conhecidos como *Chicago Boys* (VERGARA, 1995). O ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro, o Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, foi um deles.

inaugural da Macroeconomia no âmbito epistemológico da Economia (WAPSHOTT, 2016).

Em “Economia e Conhecimento”, Hayek vai, inexoravelmente, fornecer à Economia Política uma novidade epistemológica: a ideia de que é *impossível uma análise econômica plena*, precisamente porque ninguém possui a totalidade das informações disponíveis na sociedade (e necessárias) para uma análise desta natureza. Portanto, as análises econômicas devem ser locais e localizadas – o que, se por um lado faz a matriz reflexiva do campo de saber perder em precisão, por outro, promove a extensão da reflexão econômica. Assim se expressa o pensador econômico para evidenciar a impossibilidade de uma análise econômica absoluta por qualquer indivíduo pertencente a determinado contexto social:

[...] dado que alguns dos “dados” sobre os quais uma dada pessoa baseia seus planos serão a expectativa de que outra pessoa agirá de um modo particular, é essencial, para a compatibilidade dos planos diferentes, que os planos de um contenham exatamente aquelas ações que formam os dados para os planos de outro (HAYEK, 2019, p. 37).

E, aqui, afasta-se definitivamente da ideia de um mercado perfeito tão propagada pelo liberalismo clássico (de quebra faz uma crítica acerca da noção de *homo oeconomicus*, que será melhor explanada no próximo capítulo):

O pressuposto de um mercado perfeito [...] não significa nada menos que todos os membros da comunidade – mesmo que não seja necessário supor que sejam estritamente oniscientes – devam ao menos saber automaticamente tudo o que é relevante para suas decisões. Parece que este esqueleto em nosso armário, o “homem econômico” (*homo oeconomicus*), o qual temos exorcizado com jejum e orações, retornou pela porta dos fundos na forma de um indivíduo quase onisciente (HAYEK, 2019, p. 54).

Na esteira da proposição do austríaco, Michel Foucault (2008), na penúltima aula de *Nascimento da Biopolítica*, ao analisar essa ideia de Hayek – fartamente aceita na reflexão do ordoliberalismo alemão e no anarcocapitalismo estadunidense desde então – vai dizer que a Economia é uma *ciência atea*, uma ciência sem Deus, porque lhe falta a força centrípeta à disciplina: “... o mundo econômico é, por natureza, opaco. É por natureza intotalizável” (FOUCAULT, 2008b, p. 383). Em face da impossibilidade epistemológica de proposições macroeconômicas plenas, a teoria econômica neoliberal se torna, em definitivo, uma corrente de pensamento que foca na microeconomia – nos comportamentos de cada sujeito, portanto.

A economia é uma disciplina ateia; (...) é uma disciplina sem Deus; (...) é uma disciplina sem totalidade; (...) impossibilidade de um ponto de vista soberano, de um ponto de vista do soberano sobre a totalidade do Estado que ele tem de governar (FOUCAULT, 2008b, p. 383).

Donde Foucault resgata argumentos já contidos nas propostas inglesa e francesa do liberalismo clássico. Segundo Foucault, é como se Hayek em *Economia e Conhecimento* fizesse a síntese de ideias que já existiam no pensamento liberal mas não foram de todo proferidas. Cita-se dois exemplos. *Primeiro*: “O bem coletivo não deve ser visado. Não deve ser visado porque não pode ser calculado, pelo menos não no interior de uma estratégia econômica” (FOUCAULT, 2008b, p. 380); e *Segundo*, quando, com suprema ironia, o filósofo francês parafraseia Malebranche:

Graças a Deus as pessoas só se preocupam com seus interesses, graças a Deus os comerciantes são uns egoístas consumados, e são raros, entre eles, os que se preocupam com o bem geral, porque, quando eles começam a se preocupar com o bem geral, é nesse momento que as coisas começam a não dar certo (FOUCAULT, 2008b, p. 380).

4.1.2 O pensamento político de Hayek: O Caminho da Servidão (1944)

A obra “O Caminho da Servidão” foi originalmente publicada em 1944, na cidade de Londres, sendo considerada a *Magnus Opus* de Friedrich von Hayek (PAULANI, 2005). “Escrito nas horas vagas entre os anos de 1940 e 1943 enquanto minha mente ainda tinha por ocupação fundamental problemas de teoria econômica pura” (HAYEK, 2010, p. 25), fundamentalmente neste texto Hayek defende que governos intervencionistas não liberais (socialistas, keynesianos, fascistas, etc.) tendem, necessária e (quase) matematicamente, ao totalitarismo de governo. Por consequência, governos intervencionistas não liberais resultariam na anulação das liberdades individuais de cada sujeito. Assim, defende, na obra original, que somente o mecanismo liberal da concorrência permitirá a uma sociedade fornecer liberdades individuais plenas para cada elemento do *socius*, pois tão-somente

A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência, como um meio de coordenar os esforços humanos, [*e, portanto, é capaz de*] não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais (HAYEK, 2010, p. 58).

Alvo de severas críticas na Inglaterra, entretanto, a obra recebe inequívoca aceitação no contexto da sociedade estadunidense. Em prefácio de 1974, na edição comemorativa de 30 anos da publicação, Hayek faz espécie de autocrítica acerca do próprio texto quando indica: “os pontos que hoje considero falhos neste livro [...] o fato de não ter me libertado inteiramente de todas as superstições intervencionistas então em voga, o que me levou a fazer várias concessões que hoje reputo injustificadas” (HAYEK, 2010, p. 27). Ainda assim, o economista defende-se das críticas que o livro recebeu na Grã-Bretanha:

[...] recordar ao leitor que nunca acusei os partidos socialistas de visarem deliberadamente a um regime totalitário [...]. O que afirmei neste livro [...] é que as consequências imprevistas mais inevitáveis da planificação socialista criam um estado de coisas que, persistindo a mesma orientação, as forças totalitárias acabarão dominando (HAYEK, 2010, p. 21).

No mesmo Prefácio, o austríaco, ainda no intento de defender a pertinência analítica contida em sua obra, toca naquilo que é o objetivo desta pesquisa, qual seja, o eminente interesse da grade de reflexão da economia acerca do comportamento humano:

Evidentemente, seis anos de governo socialista na Inglaterra nada produziram que se assemelhasse a um estado totalitário. Mas o que alegam que isso desmentiu a tese de “O Caminho da Servidão” na realidade deixaram escapar uma das afirmações fundamentais do livro: *a mais importante transformação que um controle governamental amplo produz é de ordem psicológica, é uma alteração no caráter do povo* (HAYEK, 2010, p. 19 – grifos meus).

Ou seja, Hayek desloca seu ponto centrípeto da análise de uma questão mais ampla, qual seja, a forma política que um governo de dada nação assume, para os efeitos psicológicos que esta modalidade de governa engendra nos governados. Hayek, 30 anos após a publicação de sua obra defende seu legado trazendo de modo claro para o núcleo da sua análise a subjetividade humana. Ora, o que efetivamente produzirá uma sociedade totalitária não será a simples adoção de um governo não liberal por um país mas o efeito que esta adoção operará no comportamento de cada membro da sua população. Descrevendo os supostos efeitos subjetivos que uma sociedade de governo totalitário imporá a seus membros, o autor assim defende o princípio fundamental de seu argumento, sobretudo por suas deletérias consequências aos mais jovens.

É especialmente na cidade que a esfera de escolhas livres tende a desaparecer. Na escola, no local de trabalho, no vaivém do dia a dia, mesmo no arranjo e no suprimento do próprio lar, muitas das atividades em geral facultadas aos

homens são quer proibidas, quer impostas. Escritórios especiais [...] são criados para guiar o povo desnordeado através do matagal de regras e para indicar aos obstinados as raras clareiras em que um indivíduo ainda pode fazer escolhas. [*o povo resta*] condicionado a não levantar um dedo sem antes se reportar mentalmente a algum regulamento [...]. A inferência de que um jovem da cidade necessita de mais disciplina e de um controle mais estrito é excessivamente apressada. Seria mais certo dizer que ele sofre de uma dose exagerada de controles. Olhando para seus pais e irmãos ou irmãs mais velhos, descobre que também eles estão presos a regulamentos. Ele os vê tão aclimatados a esta situação, que raramente planejam e realizam por conta própria qualquer excursão ou iniciativa social. [...] são obrigados a engolir tantos controles externos sem sentido a seus olhos que procuram a fuga e a compensação numa ausência de disciplina tão completa quanto possível.

A vontade do homem não é destruída, mas amolecida, dobrada e guiada; ele raramente é obrigado a agir, mas frequentemente é proibido de agir. Tal poder não destrói a existência, mas as torna impossível; não tiraniza, mas comprime, enerva, sufoca e entorpece um povo, até que cada nação seja reduzida a nada mais que um rebanho de tímidos animais industriais, cujo pastor é o governo (HAYEK, 2010, p. 20-21).

O que se depreende da leitura da obra de Hayek é que sua análise guia-se claramente na metodologia econômica inaugurada pelo velho Menger no final do século XIX: seu centramento é no comportamento individual, no que cada sujeito faz ou deixa de fazer (seja por proibição, seja por pouco incentivo) em função da adoção de um governo não liberal, que não tenha por princípio a cotidiana promoção da concorrência baseada na ideia de liberdade individual. Repare-se, pois, que Hayek – agora transformado de pensador econômico em pensador político – mantém o indivíduo, o sujeito que de fato se comporta na teia social, como a única referência válida para uma análise metodologicamente robusta e legítima. Dito de outro modo, a ênfase subjetiva de Carl Menger e de Ludwig von Mises é também encontrada no pensamento de Friedrich von Hayek.

Passemos agora à análise que Michel Foucault (2008b) faz acerca da primeira grande contribuição dos economistas da Escola de Chicago ao pensamento econômico neoliberal, ou seja, a Teoria do Capital Humano.

4.2 Teoria do Capital Humano e implicações à Filosofia da Educação

Ao longo desta pesquisa, muito já se falou acerca do alargamento da grade de análise dos economistas a partir do período neoclássico (HUNT & SHERMAN, 2011). É justamente esta dilatação epistemológica o que permitirá a emergência de algo como a Teoria do Capital Humano: “A possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia

ser considerado, e era de fato considerado, não econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 302). A economicização do não econômico, em termos sucintos, seria justamente a tentativa de “(...) utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar as relações não mercantis, para decifrar fenômenos que não são estrita e propriamente econômicos” (FOUCAULT, 2008b, p. 329).

Portanto, claramente temos elementos novos que foram incorporados à grade de análise da Economia, promovendo uma expansão da grade analítica de sua própria aplicabilidade. E esta dilatada grade reflexiva dos economistas opera sobre domínios cada vez mais amplos, tornando possível a captura de elementos subjetivos que historicamente foram consagrados como objetos de estudos da Psicologia.

Tentativa de aplicação da análise econômica uma série de objetos, de campos de comportamentos ou de condutas, que não eram comportamentos ou condutas de mercado. *Tentativa, por exemplo de aplicar a análise econômica ao casamento, à educação dos filhos, à criminalidade* (FOUCAULT, 2008b, p. 365 – grifos meus).

Segundo Michel Foucault, os economistas de Chicago chegaram a esta possibilidade de incorporação analítica do comportamento humano através da percepção de uma falha, de uma lacuna, de um *gap* na análise econômica clássica, a categoria *trabalho*. É sobre esta que se inicia/ se intensifica a dilatação epistemológica da reflexão neoliberal em direção ao comportamento humano.

Importa dizer, portanto, que este alargamento epistêmico-político da economia foi conseguido graças à análise de uma categoria “esquecida” pelos economistas clássicos: o trabalho. Para a economia política clássica a produção de riqueza dependia diretamente de três fatores: a terra, o capital e o trabalho (HUNT & SHERMAN, 2011). Todavia, vão bradar os neoliberais de Chicago, o trabalho foi a página em branco deixada pelos economistas clássicos. Estes nunca a abordaram de modo sério.

Foucault sublinha que isso pode parecer estranho na medida em que a história econômica registra a existência de uma figura como Karl Marx. A este argumento, comenta o francês: “os neoliberais praticamente nunca discutem com Marx por razões que talvez possamos ver como sendo as do esnobismo econômico, pouco importa” (p 304). A questão é que os neoliberais não levam a teoria econômica de Marx a sério³⁶.

³⁶ Desde os anos 1920, quando von Mises (2012) publicou *O Cálculo Econômico sob o Socialismo* que os – à época da publicação, liberais e, posteriormente – neoliberais dizem ter mostrado definitivamente a impraticabilidade do socialismo como matriz econômica. Neste livro o autor austríaco assegura que, em sendo o sistema de preços socialista dirigido por um determinado gabinete burocrático, a este era

Para efeitos desta investigação, eis o que interessa: é precisamente a análise neoliberal desta categoria o que “possibilita aplicar análises econômicas a campos e a áreas que são totalmente novos” (FOUCAULT, 2008b, p. 312). Segundo os neoliberais, é precisamente porque a economia política clássica deixou este hiato sem suas análises que se precipitaram sobre a categoria trabalho reflexões dos mais diversos campos de saber, da antropologia à história, passando pela filosofia, das quais Marx é o representante-mor.

[...] todas as análises sociológicas (porque elas nunca foram econômicas) do consumo de massa, da sociedade de consumo, etc., tudo isso não funciona e não vale nada em relação ao que seria uma análise do consumo nos termos neoliberais da atividade de produção (FOUCAULT, 2008b, p. 306).

A página sobre a categoria “trabalho” estava em branco no grande livro da Economia. É necessário escrevê-la, portanto. A partir de então a análise neoliberal torna-se insistentemente subjetiva, focada no trabalhador mais do que na categoria trabalho: “a aptidão a trabalhar, a competência, o poder para fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa” (FOUCAULT, 2008a, p. 309). O trabalhador neoliberal não é portador de uma essência, que o caracterizaria. A pergunta “*quem é você?*” é transformada na indagação “*o que você faz?*”. Aquilo que Karl Marx nomeia de força de trabalho será transfigurada, na óptica neoliberal de Chicago, e se converterá na noção de capital/ competência. Se na perspectiva marxiana, o trabalhador é lido como uma máquina; na Teoria do Capital Humano, o trabalhador é transformado em uma empresa. Este deslocamento analítico é colocado em prática a partir de uma teoria proposta por Theodor Shultz e, posteriormente, refinada por Gary Stanley Becker, máximos representantes da Escola de Chicago, chamada *Teoria do Capital Humano*.

A economia, no seio do neoliberalismo americano, passará da lógica histórica de um processo de trocas para a análise da racionalidade interna do comportamento humano³⁷. Nesta leitura, a força de trabalho é tida como um capital-competência, de tal modo que o trabalhador é transformado em uma empresa. Ou, no mínimo, a lógica de

impossível espelhar a realidade comercial de modo pleno e, portanto, não conseguiria aferir quanto (ou mesmo se haveria) de lucro o comerciante estava tendo. Onde, segundo sua concepção, a impraticabilidade do sistema econômico socialista.

³⁷ Racionalidade “interna” à lógica da análise feita acerca da emissão de um dado comportamento e não “interna” no sentido psíquico-causal de uma ação.

compreensão de sua conduta é avaliada a partir de uma concepção empresarial, na qual suas ações no mundo representariam acúmulo (ou perda) de capital humano.

Deste modo ações corriqueiras como as horas que uma mãe passa ao lado do seu bebê é precificada a partir desta tábua de valores do capital humano. O indivíduo da Escola de Chicago consome, faz trocas, mas também contrata casamento, comete crimes, tem filhos. Tudo isto entra no cálculo e na análise da economia através da Teoria do Capital Humano. É a aplicação da racionalidade econômica a campos e a áreas totalmente novos.

Nesta teoria, toda e qualquer ação do trabalhador – doravante concebido como um homem racionalmente econômico – todo o seu repertório comportamental, toda a sua conduta, toda a sua subjetividade, enfim, é passível de ser capitalizada. A ênfase da Teoria do Capital Humano recai nos *elementos inatos* e nos *elementos adquiridos* pelos sujeitos humanos ao longo de sua vida. De tal sorte que até mesmo as horas que uma mãe passa ao lado do bebê é tornado elemento analítico de revestida importância, pois incidirá diretamente nos elementos adquiridos por aqueles bebês, que, *naturalmente*, será um trabalhador ao longo do tempo.

Segundo os neoliberais da Escola de Chicago os anos de formação escolar, a entrada (ou não) de um jovem em um curso superior, as horas dedicadas a uma especialização ou cursos formativos tornam-se importantes elementos da reflexão econômica. Portanto, o que temos, operado no seio da Teoria do Capital Humano é o conjunto dos estímulos culturais adquiridos ao longo da vida por um sujeito dotado de capital/ competência que, inevitavelmente tornar-se-á não apenas um trabalhador, mas também um consumidor em tempo integral: “O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua satisfação” (BECKER *apud* FOUCAULT, 2008b, p. 311).

Aquilo que Hayek traz em seu livro mais famoso *O Caminho da Servidão*, a ideia de que a forma de governo de governo adotada por um país é sim fundamental para o crescimento da nação, mas não suficiente para uma análise econômica plena, pois há que se considerar seus efeitos sobre cada indivíduo, é abertamente encontrada nos teóricos da Escola de Chicago. Donde a análise econômica da Teoria do Capital Humano impor curiosa justificativa para países do então chamado Terceiro Mundo, apesar de teoricamente adeptos à economia de mercado, não ascenderem às benesses que atingiram os países do Mundo euro-atlântico.

Neste momento, julga-se oportuno citar excerto de autoria do economista brasileiro Roberto Campos, conhecido por ter sido ministro do Planejamento no governo Castelo Branco, em nossa última ditadura (embora tenha sido Ministro de Estado também em épocas democráticas):

Há países naturalmente pobres, mas vocacionalmente ricos. Há outros que têm riquezas naturais, porém parecem ter vocação de pobreza. Às vezes fico pensando, com melancolia, que talvez estejamos neste último caso. Não nos faltam recursos naturais. Mas sua mobilização exige abandonarmos nossa grave e renitente tradição inflacionária, e um grau maior de abertura internacional. *Nossa pobreza não pode ser vista como uma imposição da fatalidade. Parece antes uma pobreza consentida, resultante de mau gerenciamento e negligência na formação do capital humano* (CAMPOS, 1994, p. 22 – grifos meus).

A questão, portanto, não se resumiria exatamente a adesão ou não à economia de mercado, mas aquilo que os trabalhadores adquirem ao longo de sua vida em termos de capital humano. Afirma Foucault: “... a não decolagem da economia do terceiro mundo (...) está sendo repensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano” (FOUCAULT, 2008b, p. 319). O problema torna-se (o) pessoal.

4.2.1 Teoria do Capital Humano e Filosofia da Educação

O pensamento foucaultiano nega, veementemente, a concepção de uma *natureza humana*, afirmando que as subjetividades são moldadas, fabricadas e produzidas pelas instâncias sociais. Indo mais além, afirma que subjetividades são produzidas em larga escala tal como carros em uma grande empresa multinacional. Tais subjetividades produzidas em série são consequências das instituições sociais estabelecidas, dos dispositivos contemporâneos. A fabricação das nossas subjetividades teriam, como locus fundamental, o sistema pedagógicos, ou seja, o dispositivo educacional. Onde o intrínseco enlaçamento entre a Teoria do Capital Humano e a Filosofia da Educação.

Aliás, a própria concepção de educação como um direito de todos, como política de Estado, não é algo natural às sociedades humanas, sendo, portanto, produto de um emaranhado de práticas e de determinada formatação histórica. Conforme Vasconcelos (2006), a doutrina da “Escola Tradicional” tornou-se necessária para, a partir da inculcação de determinados valores que deveriam ser comuns aos indivíduos, instaurar

uma “unidade nacional” que pudesse superar as diferenças específicas de raça, credo, dialetos etc. Enfim, para criar a própria noção de povo precisou-se educar este corpo social de muitas cabeças. Para tal finalidade, “o melhor instrumento político, portanto, é a escola obrigatória, gratuita e comum”, uma vez que “nela se fundirão as diferenças de credos e de raças, de classes e de origens” (VASCONCELOS, 2006, p. 11).

A Teoria do Capital Humano insere-se, sub-repticiamente em muitas das práticas pedagógicas hoje em dia, inclusive reclamando a si o *status* de reformadoras ou libertadoras, o que permitiria afirmar que as práticas educacionais bancárias (FREIRE, 1970) parecem ter sido abandonadas. Ora, é preciso reparar atentamente em Sílvio Gallo quando afirma: “devemos desconfiar da certeza fácil de que aquilo que é ensinado é aprendido. Ou que aquilo que é transmitido é assimilado” (2003, p. 102-103). Assim, o que assistiríamos é a uma profusão de novos métodos alternativos e novas práticas educativas ditas “progressistas” e/ou “centradas no aluno”.

Expressões largamente utilizadas pelo *marketing* de grandes empresas educacionais, como por exemplo, “investimento em educação” ou “investimento em capital humano” são evidências da descarada apropriação da maquinaria pedagógica pela teoria neoliberal. Entretanto, é auspicioso pensar que somente conservadores reproduzem a lógica neoliberal de pensamento. Cita-se, abaixo, fala de Eduardo Suplicy no Senado Federal no ano de 2010:

(...) em novembro ou dezembro de 1994, me chamou para dialogar sobre aquilo que vieram a ser os dois programas pioneiros no Distrito Federal e em Campinas. E daí se espalhou por dezenas de Municípios no Brasil inteiro. Éramos, portanto, pessoas dos mais diversos partidos, PT, PSDB, todos colaborando. E claro e eu próprio levei à presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma audiência de 50 minutos, em que estava presente Paulo Renato Souza, o Ministro da Educação, e sua equipe, o maior defensor da Renda Básica de Cidadania, Philippe Van Parijs. Ele disse ao Fernando Henrique: “Presidente, a proposta melhor será um dia chegar à renda básica incondicional, mas *iniciá-la com a renda mínima associada à educação, como está sendo proposto aqui, é um bom caminho, é um bom começo, porque se relacionará a um investimento em capital humano*” (SUPLICY, 2010).

Eduardo Suplicy, conhecido ativista do pensamento progressista brasileiro, levantou desde sua mais tenra idade política uma bandeira, a da Renda Mínima Cidadã que, por sua natureza de transferência de recursos, boa parte da esquerda brasileira adere acriticamente. Ocorre que tal empreendimento é fruto da reflexão neoliberal e encontra-se no pensamento hayekiano desde sua guinada de economista para

politicólogo (WHAPSHOTT, 2016). Associá-la, como fez o então senador Eduardo Suplicy, a um projeto educacional para todo o país (note-se a referência ao então ministro da Educação Paulo Renato de Souza) é uma evidência de que até o pensamento supostamente mais progressista da esquerda brasileira está capturado pela lógica neoliberal do capital humano.

O que se observa, pois, é que a educação permanece um lugar – privilegiado, mas certamente não o único – de reprodução/manutenção do instituído pelos neoliberais de Chicago, fazendo-se valer de dispositivos, condutas e práticas que devem ser objeto de uma crítica mais sutil e atenta. Portanto, é aqui, no sistema educacional, na relação de medição de forças presentes nas escolas, universidades e demais instituições formativas, que brota um campo fértil para a produção de subjetividades homogêneas patrocinada pela Teoria do Capital Humano. Tal homogeneidade acionaria e legitimaria os valores, normas, e toda a estruturação simbólica que sustenta a sociedade ocidental. Constituiria, portanto, a Educação um campo propício para a efetivação de um deslocamento e desterritorialização dos valores ordinária e usualmente constituídos em nossa sociedade?

Quando, por exemplo, existe a preocupação de Stanley Becker com aquilo que o sujeito faz da sua própria vida em termos de formação escolar – traduzida pela ideia de *investimento em capital humano adquirido* – o que temos é a captura do *locus* educacional. O dispositivo pedagógico, apesar de teoricamente libertador – quando se permite ser invadido por disciplinas ou conteúdos como Empreendedorismo, Matemática Financeira ou afins – acaba por reproduzir justamente aquilo que pretende abolir: a produção de subjetividades humanas não críticas.

A intensa homogeneização operada pelos dispositivos pedagógicos é um dos trunfos do sistema neoliberal e pensar educação crítica é uma questão bem mais profunda do que aparenta ser. Muitas práticas pedagógicas atuais presentes no Novo Ensino Médio que reclamam a si o nome de libertárias ou pedagogicamente críticas acabam, pelo contrário, pondo em marcha uma maquinaria que muito mais serve à formação de sujeitos aptos ao excludente sistema neoliberal que propriamente à produção de sujeitos capazes de pensamento efetivo que ofereçam resistência séria ao *ethos* neoliberal.

Além dos efeitos políticos de nossas práticas pedagógicas acima apontados algo merece especial destaque. O sistema formal de educação brasileiro obedece a padrões estabelecidos e urdidos a milhas e milhas de nosso país, seguindo modelos de

Conferências da ONU, da UNESCO ou mesmo do BIRD tais como as Conferências de Nova Délhi em 1993 ou a de Salamanca em 1994 (ABENHAIM, 2005). A vinculação entre o alcance de dadas metas e determinado valor financeiro a ser *emprestado* aos países do sul do mundo é clara e salta à vista na leitura dos referidos documentos.

Ora, se há influência direta de organismos internacionais sediados em países que atualmente se ocupam de pôr em marcha a doutrina neoliberal – mormente por intermédio de uma educação baseada na Teoria do Capital Humano – a pergunta é tão saudável quanto necessária: qual o interesse destes organismos em ditar regras na educação brasileira mediante estabelecimento de metas a serem alcançadas para se chegar a determinada cifra de empréstimos? A proposta é igualar, subjetivar, massificar, nivelar... por baixo. E onde residiria o espaço para o diferente, para a alteridade no sistema educacional pátrio? Estaria apenas na marginalização, nos estigmas e nos laudos *psi*? Nos dizeres de Abenhaim,

Será que há realmente um interesse, por parte da Unesco, em realizar alguma coisa, ou há apenas o interesse em manter o controle sobre a educação nos países em desenvolvimento?

Apesar de o BIRD afirmar que reconhece as especificidades de cada país, sua proposta para melhorar o acesso, a equidade, e a qualidade dos sistemas escolares é um único pacote para todos os países em desenvolvimento (ABENHAIM, 2005, 48).

Como se dá, portanto, o encontro entre a diferença e aquilo que é produzido a partir dos dispositivos educacionais tomados pela Teoria do Capital Humano? Seríamos tão reféns de um sistema homogeneizante que dele não poderiam brotar subjetividades que escapam à norma? As singularidades não podem se deixar totalizar, capturar, instituir. Devemos pensar em um dispositivo pedagógico que permitam que as singularidades subjetiva fujam, escapem à sanha neoliberal e ao aparente fatalismo educacional presente na Teoria do Capital Humano e a seu ideal totalizante. Portanto, as singularidades são, em si mesmas, modos de resistências. Quanto a isto, faz-se pertinente atermo-nos as indagações levantadas por Gadelha (2007, p. 33):

(...) os jovens, a quem ela [*a educação*] se destina, estão realmente fadados a tomarem a si mesmos como espécies de ‘micro-empresas’, teleguiadas, regidas pelos preceitos da reengenharia e da qualidade total, experimentado sua educação e sua força como se fossem redutíveis a uma sucessão de provas ou ralis de esportes radicais, glamourizados pelo marketing dos grandes colégios e pelos meios de comunicação? Como se seus itinerários e experiências, como aprendizes, se resumissem à instrumentalização numa série de procedimentos voltados à eficácia e à eficiência, temperados aqui e ali, seja pela leitura descompromissada de livros de auto-ajuda ou pela malhação mecânica e estereotipada nas academias?

CAPÍTULO IV:

A ESCOLA DE CHICAGO II:

Economia Comportamental: a correção da conduta humana

Aos quarenta anos casou-se com D. Evarista da Costa & Mascarenhas, senhora de vinte e cinco anos, viúva de um juiz de fora, e não bonita nem simpática. Um dos tios dele(...) admirou-se de semelhante escolha e disse-lhe. Simão Bacamarte explicou-lhe que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatómicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso(...); estava assim apta a dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes.

(...)

D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos. A índole natural da ciência é a longanimidade; o nosso médico esperou três anos, depois quatro, depois cinco.

(...)

A ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência (...) devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes.

(Machado de Assis, *O Alienista*).

Uma vez realizada a demonstração das condições históricas, teóricas e políticas que possibilitaram a emergência da disciplina Economia Comportamental nos capítulos anteriores, este quarto capítulo refletirá acerca dos principais pressupostos teórico-metodológicos desta disciplina.

Para levar a cabo tal empreendimento, eis as obras utilizadas como substrato analítico: *Nudge – como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade* (2008) além de *Misbehaving – a construção da Economia Comportamental* (2015), de Richard Thaler e colaboradores; *Rápido & Devagar – duas formas de pensar* (2008) e *Ruído – uma falha no julgamento humano* (2021), de Daniel Kahneman e colaboradores.

As referidas obras foram escolhidas em função de serem os principais textos da Economia Comportamental disponibilizados em língua portuguesa. De um ponto de vista acadêmico, o quarteto eleito para análise nesta seção da pesquisa abarca as

principais noções da Economia Comportamental. Complementarmente, justifica-se também a escolha das referidas obras pelo fato de estas serem os livros da disciplina mais vendidas no Brasil segundo sítio eletrônico da *Amazon.com*.

O livro-manual “Guia de Economia Comportamental e Experimental” organizado Flávia Ávila e Ana Maria Bianchi e que contém traduções diretas dos “The Behavioral Economics Guides” 2014 e 2015 também forneceu conteúdo importantíssimo para que este capítulo viesse a efeito. O referido guia foi publicado no Brasil em 2014 e está disponibilizado no formato *pdf* nos principais sítios especializados em Economia Comportamental brasileiros.

Adicionalmente registra-se que há quatro grandes nomes na Economia Comportamental: Amos Tversky, Daniel Kahneman, Robert Shiller e Richard Thaler. Destes, três foram laureados com Nobel de Economia neste século. O único não laureado, Amos Tversky, faleceu em 1998, relativamente jovem, aos 59 anos de idade.

5.1 A Economia Comportamental, campo de saber autônomo

O campo de saber intitulado *Economia Comportamental* é uma unidade discursiva surgida no âmbito da Escola de Economia de Chicago nos anos 1970. A Economia Comportamental é uma disciplina oriunda do encontro entre outras duas: a Psicologia e a Economia – sendo mais preciso, esta emana do diálogo gradativamente robustecido entre Teoria Econômica Neoliberal e a Psicologia Comportamental, ambas desenvolvidas ao longo do século XX na produção de conhecimento universitária dos Estados Unidos da América.

Relembra-se aqui a principal hipótese desta Tese: a reflexão teórico-econômica ampliou-se de tal sorte que passou a abarcar o comportamento humano. Este alargamento reflexivo implicou – como *um* de seus efeitos – na possibilidade de um saber que já não é economia, pois tem por objeto de estudo o comportamento dos homens; mas também não é mais psicologia, uma vez que parametriza sua base teórico-reflexiva por princípios de mercado, a saber, a Economia Comportamental. Metaforicamente, a Economia Comportamental é a fâisca tão-somente possível de ser produzida pelo encontro de dois metais.

Eis como o Guia de Economia Comportamental (ÁVILA e BIANCHI, 2015, p. 14) conceitua o domínio teórico da disciplina:

[...] Economia Comportamental é um campo de pesquisas relativamente recente, proveniente da incorporação, pela economia, de desenvolvimentos teóricos e descobertas empíricas no campo da psicologia. A esses se somaram, mais recentemente, as contribuições da neurociência e de outras ciências humanas e sociais. Parte-se de uma crítica à abordagem econômica tradicional, apoiada na concepção do “homo economicus”, que é descrito como um tomador de decisão racional, ponderado, centrado no interesse pessoal e com capacidade ilimitada de processar informações. Essa abordagem tradicional, que hoje tende a persistir apenas como padrão normativo, considera que o mercado ou o próprio processo de convergência ao equilíbrio são capazes de solucionar erros de decisão decorrentes de uma racionalidade limitada.

Como analisado em capítulos anteriores a ideia de *homo oeconomicus*, ora apresentada, ora negada, é noção fundamental para a reflexão neoliberal acerca das leis que *regeriam* o comportamento humano. Pretende-se demonstrar neste capítulo que é precisamente sobre esta noção que a Economia Comportamental busca estabelecer sua principal crítica à teoria economia clássica a fim de alcançar sua própria autonomia acadêmica.

A crítica aqui apresentada é que a Economia Comportamental, apesar de seu inegável esforço para asfixiar o modelo do *homo oeconomicus*, acaba por, ao contrário, fornecer possibilidades para sua ressurreição enquanto legítimo modelo teórico.

5.1.1 O ambiente comportamental

Retorna-se à *noção de interesse* debatida no capítulo primeiro desta pesquisa. No neoliberalismo o interesse deixa de ser concebido como algo natural ao homem. O interesse, antes sede da razão humana ou o próprio *si mesmo* de cada um de nós, agora é rebaixado a uma categoria menor. O sujeito da arte de governar liberal é diferente do sujeito da arte de governar neoliberal, portanto. A constituição deste último assume a forma da *afirmação de si*. Esta, por sua vez, é essencial para o exercício político do neoliberalismo. Mas não, não será a afirmação de si o que concentrará a atenção dos teóricos neoliberais motivados a descobrir as leis do comportamento humano. Então, se não é mais no interesse humano nem na afirmação de si o *locus* privilegiado da intervenção neoliberal, esta incidirá sobre o quê?

No neoliberalismo, a intervenção passa do sujeito de interesse para o *ambiente* que envolve esse sujeito de interesses. Do interesse, interno ao homem; para o ambiente, externo ao indivíduo. O ambiente passa a ser compreendido como mais amplo que o comportamento humano. Há primazia daquele sobre este. O ambiente no

qual dado comportamento é apresentado determina, ou melhor, *torna mais provável* a emissão das ações dos indivíduos.

Oportuno pontuar que Foucault (2008a) aponta na aula de 14.fev.1979 de *Nascimento da Biopolítica* que já o ordoliberalismo germânico, por meio de Walter Eucken propunha uma intervenção, inclusive, no clima dos países para promover uma otimização da agricultura. Temos, aqui, claramente, um tipo de intervenção ambiental (e, evidentemente, de um exemplo de alargamento da análise econômica), mas não é desta ordem de intervenção ambiental que se trata. É algo mais sutil.

Foucault (2008a) dirá na aula de 07 de fevereiro de 1979 no *Collège de France* que há nos ordoliberais de Friburgo uma evidente influência de Edmond Husserl (1859-1938), famoso epistemólogo das ciências da virada dos séculos XIX e XX. Já na aula do dia 28 de março do mesmo Curso o filósofo vai defender que é claramente demonstrável que os neoliberais de Chicago são influenciados pela matriz psicológica de origem estadunidense mais famosa, o Behaviorismo, em particular aquele tipo específico chamado Behaviorismo Radical, de Burrus Friedrich Skinner (1901-1990). Dito isto, julga-se importante conhecer, ainda que superficialmente, as ideias de B. F. Skinner.

Antes, um adendo acerca da Psicologia Comportamental nos Estados Unidos da América. O historiador da Psicologia Social Robert Farr (1999) dirá que, desde a Guerra Fria, nos Estados Unidos basicamente não se fala mais em *Ciências Sociais*, mas em *Ciências Comportamentais* por uma razão bastante pragmática. No contexto da disputa política entre EUA e URSS, os projetos que saíam das Universidades estadunidenses em direção às entidades governamentais e privadas solicitando financiamento eram solenemente negados justamente porque a associação entre a expressão *social research* e o termo *socialism* era inevitável. Neste sentido, a opção acadêmica pelo uso da expressão *behavior research* foi tão perspicaz quanto eficiente.

5.1.2 A noção de ambiente para a Psicologia Comportamental

Skinner provavelmente é uma das figuras mais injustiçadas das ciências humanas da América Latina (FIGUEIREDO, 1991). Sendo propositor de uma muito original concepção explicativa acerca do comportamento humano, o *Behaviorismo Radical*, constantemente é divulgado como um mero discípulo de John Broadus Watson, o propositor do *Behaviorismo Metodológico*. Em função desta impertinente associação hierárquica entre ambos, as críticas dirigidas ao Behaviorismo Metodológico

deste último acabam sendo acriticamente transpostas para o Behaviorismo Radical daquele. As críticas a Skinner podem e devem ser feitas, mas necessitam passar por uma melhor e mais acurada peneira epistemológica.

As especulações filosóficas acerca do comportamento humano do Behaviorismo Radical, acopladas a um rigoroso sistema empírico-laboratorial, dão aos teóricos do anarcocapitalismo americano aquilo que lhes faltava: a possibilidade de uma análise da conduta humana apartada da metafísica, da difusão teórica e do puro raciocínio lógico-dedutivo.

É Skinner (2011), quando se propõe a criticar aquilo que nomeou *mentalismo* – prática de invocar entidades metafísicas como mente, ego, vontade, personalidade, etc., para explicar o comportamento humano – quem vai possibilitar aos neoliberais americanos uma abordagem mais objetiva do comportamento humano. Sua ênfase é, repare-se na novidade, ambiental. A ênfase subjetiva que ganha tração e robustez desde os primórdios da Escola Austríaca, agora está sendo trocada por uma ênfase ambiental. Não que este foco analítico ponha em plano inferior à concepção subjetivista dos austríacos: a ênfase ambiental que Skinner fornece à Economia Comportamental torna ainda mais acurada sua concepção acerca do comportamento humano, agora definido como produto de uma necessária interação entre o homem e o ambiente circundante.

Em vez de gastar tempo explicando conceitos metafísicos, arranjar as contingências do ambiente físico para tornar a apresentação menos ou mais provável de um determinado comportamento. *É no ambiente, pois, a intervenção.* Promessa enfim realizada pela economia política desde Carl Menger (1983), e amplamente perseguida por von Mises (1995), de uma compreensão pragmática e objetiva acerca do comportamento humano. E é B. F. Skinner, com sua concepção de comportamento humano como variável dependente do ambiente circundante, que permitirá esta objetividade analítica.

A abordagem behaviorista radical de Skinner, portanto, aponta uma nova forma de estudar os comportamentos humanos. Segundo tal abordagem psicológica, o repertório comportamental de uma pessoa é criado/ mantido/ controlado pelas próprias consequências que produz e não por uma modelo mecânico de causa-efeito. Dito de modo mais acurado, os comportamentos humanos – sejam estes públicos como cozinhar ou privados como sonhar – seriam *selecionados* pelo ambiente. Tal modelo de seleção pelas consequências estaria sob o controle de 03 grandes variáveis: a variável filogenética, a variável genética e a variável cultural. Tais variáveis atestariam a

funcionalidade de cada comportamento, e não sua *causalidade*. Aqui outra diferença entre a Economia Comportamental e a Escola Austríaca em relação ao *nexo causal* defendido por esta.

Verifica-se, na teoria skinneriana, duas grandes categorias comportamentais: os comportamentos reflexos (que são eliciados) e os comportamentos operantes (que são emitidos). Reside exatamente no conceito de *comportamento operante* uma das grandes inovações da teoria.

Skinner desenvolveu os princípios do condicionamento operante e a sistematização do modelo de seleção por consequências para explicar o comportamento. O condicionamento operante segue o modelo S^d-R-S^r , onde um primeiro estímulo S^d , dito *estímulo discriminativo (SD)*, que é o contexto onde a ação dar-se-á aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta R (o *estímulo discriminativo* apenas sinaliza que o reforço pode estar disponível, porém não causa o comportamento). S^r é a consequência deste comportamento, que pode ser reforçadora ou punitiva.

Grosso modo, uma *consequência reforçadora* aumenta a probabilidade daquele mesmo comportamento ocorrer (aumenta, mas não necessariamente a causa). Por exemplo, uma criança ao passear com sua mãe em uma loja insiste de modo pouco civilizado até que sua mãe lhe compre determinado brinquedo. Mesmo sem saber ou mesmo querer, ao lhe dar o brinquedo, a mãe está *ensinado* seu filho a fazer birra toda vez que quiser algo. Muito provavelmente a criança apresentará o mesmo comportamento em ocasiões semelhantes, ou seja, quando o estímulo discriminativo estiver presente. Neste caso específico foi a mãe, mas em outro contexto poderia ser o pai, um namorado dali há alguns anos (não necessariamente ela vai chorar, nem pedir um brinquedo, mas talvez faça “cara feia” se este não lhe der uma saia). É sempre na *função* de dado comportamento a ênfase.

Uma *consequência punitiva* diminui a probabilidade de dada ação vir a ser novamente emitida no futuro. Voltando ao exemplo acima, se, por exemplo, a mãe em vez de dar o brinquedo à criança, desse-lhe uma palmada ou não lhe desse atenção, muito provavelmente aquele comportamento cessaria de acontecer (ao menos na presença da mãe tornar-se-ia menos provável). No caso em tela a consequência da resposta da criança (chorar para ganhar um brinquedo) teria sido punida pela palmada ou não reforçada pela falta de atenção da mãe e, segundo a teoria skinneriana, muito provavelmente deixará de ocorrer.

Logicamente que estes conceitos foram apresentados de forma superficial, apenas a título de informação. Mas o que fica, portanto, é que a ênfase está na aprendizagem pelas consequências, ou seja, no ambiente no qual dado comportamento é emitido.

A lógica que impera no deslocamento neoliberal de um sujeito de interesses para o ambiente no qual um indivíduo emite ações é que existe um núcleo causador de comportamento, e que isto seria algo natural. A tarefa teórica é justamente localizá-lo – se antes no interesse, hoje no ambiente – para intervir nos sujeitos e produzi-los conforme um *ethos*. Temos, pois, mais uma vez o alargamento das práticas analíticas operada pela epistemologia econômica no âmbito do neoliberalismo de Chicago: se o humano interesse pelo econômico não é mais um dado natural, portanto, não é mais possível se imaginar uma parte do sujeito na qual não se pode ou não se deve interferir. Por conseguinte, o sujeito neoliberal é um sujeito antes do mais, *governável*.

O núcleo interventivo onde a governamentalidade neoliberal opera já não será mais apenas a velha forma do sujeito de interesses, senão no *ambiente* no qual este sujeito interage. Há no neoliberalismo uma radical desnaturalização do sujeito de interesses liberal: o objetivo será promover modificações a fim de que o sujeito de interesses seja agora um dado, no entanto, não mais um dado natural. E onde se dá esta intervenção? Pois bem, dá-se no ambiente no qual, a partir de agora, dir-se-á que os comportamentos ocorrem. O ambiente circundante ao comportamento sofre dupla modificação com o neoliberalismo: é a um só tempo um ambiente tornado político mas também um ambiente tornado subjetivo (FOUCAULT, 2008a). É o ambiente o que tornará mais ou menos provável a emissão de determinados comportamentos (SKINNER, 2003).

Nesta esteira analítica, pode-se dizer que o neoliberalismo é a arte de governar que promove a politização do desejo. Entretanto, o desejo será aqui concebido como uma função de uma variável ambiental – afinal, do ponto de vista comportamental “desejo é simplesmente um modo de representar uma certa probabilidade de emissão de uma resposta” (BORLOTTI, 2005, p. 74). Seria possível, pois, mediante intervenções específicas no ambiente envolto ao comportamento dos homens, tornar mais provável este ou aquele desejo (este último, de agora em diante, também entendido como um comportamento). O indivíduo neoliberal, portanto, não será “nem princípio subjetivo nem lei natural, o indivíduo é simplesmente uma maneira proveitosa para explicar e analisar o comportamento” (AVELINO, 2016, p. 274).

Mas não se deve ver nesse movimento *sujeito de interesses* → *ambiente do sujeito de interesses* uma supressão da motivação para compreender o mundo privado humano³⁸ (SKINNER, 2003). Esse movimento de externalização não significa um abandono ao projeto da arte de governar (neo)liberal de compreensão do que se passa *sob a pele do indivíduo*, pois o que sustenta tal empreitada é justamente compreender a racionalidade que anima o comportamento humano. E esta racionalidade continua concebida como um dado natural, passível de ser descrita sob a forma de leis universais, portanto, *a racionalidade que regeria os comportamentos humanos seria governável*. É o grande dado de subjetivação promovido pelo neoliberalismo: tornar os sujeitos que se comportam em dado ambiente, governáveis. Como conseguem isso? Escapando do psicologismo que assombra desde o século XVIII “a” psicologia (LEAL, 2013) e aderindo à proposta skinneriana de homem como um sujeito *que faz* e não um sujeito *que é*. A substituição da pergunta *quem é você* por *o que você faz* é aqui catalisada.

O escrutínio sobre a vida, registre-se, ao invés de escamoteado, tornar-se-á cada vez mais detalhado, assim como continuará o processo rumo a uma maximização do conhecimento acerca da dimensão interna dos indivíduos. Tão-somente o ambiente foi acrescentado à equação analítica neoliberal explicativa do comportamento humano. Trata-se, portanto, de um exame pormenorizado, pleno e constante da vida da população, mas também da vida de cada um de nós. Espécie de antropocentrismo às avessas: o homem, agora considerando *parte* do ambiente circundante, e não como uma *parte especial* do universo. Onde a lógica argumentativa da Economia Comportamental: ora, se o comportamento humano nada mais é do que uma variável ambiental é intervindo no ambiente circundante que alcançaremos – a tão sonhada! – eficácia na modificação da conduta humana.

5.2 Morte e vida do *homo oeconomicus*

Segundo Foucault (2008b), a Teoria do Capital Humano proposta pelos economistas de Chicago acabarão por ressuscitar o *homo oeconomicus* clássico, ainda

³⁸ Conforme nota de rodapé nº 01 em Skinner não há uma diferença, do ponto de vista da natureza do fenômeno, entre comportamentos ditos públicos e comportamentos ditos privados. Skinner enfatiza que se há diferença é apenas de acesso: os comportamentos privados só são acessíveis para aquele que o faz, ao passo que comportamentos públicos são acessíveis a mais de um observador ao mesmo tempo. Assim, tanto um quanto o outro seguiriam as mesmas regras comportamentais de multideterminação ambiental de tal sorte que se pode dizer que, em se tratando da natureza do fenômeno, não haveria diferença entre andar de bicicleta e um delírio, por exemplo (SKINNER, 2003).

que de modo não intencional. Ora, o que estaria em jogo seria integrar à Economia – ou, melhor dizendo, à análise econômica neoliberal – as técnicas comportamentais do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner. Seria, *grosso modo*, fazer da economia a “ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente” (FOUCAULT, 2008b, p. 368).

O sujeito econômico na análise neoliberal continua a consumir e a fazer trocas, como em seu primórdio. Entretanto, este mesmo sujeito agora também contrata matrimônio, comete crimes, planeja se terá ou não filhos, etc. É o que o pensador francês vai definir como a “generalização da grade do *homo oeconomicus* a áreas que não são imediata e diretamente econômicas” (p. 336). Nesta ressurreição do *homo oeconomicus* operada pelos neoliberais de Chicago há, basicamente, duas concepções no alicerce:

- I. Definição de todo comportamento racional como passível de ser economicamente realizável;
- II. Inserção da conduta irracional também na grade de análise da economia (esta especificamente empreendida por Stanley Becker)

Convém retornar à crítica que os economistas austríacos fizeram à noção clássica do *homo oeconomicus*. Primeiro, von Mises:

Este suposto personagem, fruto da imaginação de uma filosofia espúria, não tem, nem nunca teve, contrapartida na realidade. Nenhum homem é motivado exclusivamente pelo desejo de se tornar tão rico quanto possível. [...] É desnecessário, ao se estudar a vida e a história, perder tempo ocupando-se de tal homúnculo irreal (MISES, 1995, p. 65).

Agora, Friedrich von Hayek:

O pressuposto de um mercado perfeito [...] não significa nada menos que todos os membros da comunidade – mesmo que não seja necessário supor que sejam estritamente oniscientes – devam ao menos saber automaticamente tudo o que é relevante para suas decisões. Parece que este esqueleto em nosso armário, o “homem econômico” (*homo oeconomicus*), o qual temos exorcizado com jejum e orações, retornou pela porta dos fundos na forma de um indivíduo quase onisciente (HAYEK, 2019, p. 54).

A crítica de Mises ao modelo do *homo oeconomicus* sustenta-se, sobretudo, na alegação de que o pertencimento a dada classe social não pode ser uma dedução

estatística: “um tipo ideal não tem nada a ver com dados estatísticos ou com médias. A maior parte de suas características não é passível de determinação numérica” (MISES, 1995, p. 89). Já a crítica de Hayek assenta-se na sua sistemática negação à conceber entes abstratos (o Estado, a nação, o *homo oeconomicus*...) como algo legitimamente válido para a análise econômica.

Porque o elemento humano era concebido como o sujeito do *laissez-faire* – no liberalismo clássico, em particular e no ordoliberalismo de matriz germânica de modo geral – havia a concepção de que este sujeito era *invulnerável à intervenção*, donde sua sistemática negação com o correr dos anos. O que ocorre agora, posto em marcha pela Economia Comportamental, é a atualização deste modelo do *homo oeconomicus* justamente para tornar possível a intervenção. Em Chicago, O *homo oeconomicus* torna-se manejável, governável. E através de intervenções ambientais.

É precisamente a impossibilidade pragmática da admissão do *homo oeconomicus* como algo natural, o que vai permitir que este modelo seja não apenas teoricamente concebido, mas visto como uma *possibilidade de ser produzido*. Na Economia comportamental o *homo oeconomicus* não é um dado natural, mas uma possibilidade interventiva, portanto. É modificando o ambiente que teremos como possibilidade – não teórica, mas pragmática, o verdadeiro *homo oeconomicus*, dirá Richard Thaler em seu *best-seller* intitulado *Nudge*.

Há quatro décadas [...] venho me ocupando com relatos que contenham alguma das *infinitas maneiras pelas quais pessoas reais diferem das criaturas ficcionais que habitam os modelos econômicos*. Nunca foi minha intenção dizer que há algo de errado com as pessoas; nós somos apenas seres humanos – *Homo sapiens*. Na verdade, o problema está no modelo usado pelos economistas, um modelo que substitui o *Homo sapiens* por uma criatura ficcional chamada *Homo oeconomicus*, que gosto de chamar abreviadamente de Econ (THALER, 2019, p. 18 – grifos meus).

Eis a atualização do modelo do *homo oeconomicus* processada no âmbito do (neo)liberalismo: se antes tido como natural, doravante, tal naturalidade é vista com desconfiança. Os pensadores liberais clássicos, ainda que tenham lançado certa luz sobre as preferências individuais em suas análises, deram pouca atenção à constituição da própria preferência – a natureza pela qual são constituídas as vontades, os interesses de um dado indivíduo acabam tornando-se alvo de análise neoliberal. Embora se diga que a racionalização econômica é levada à radicalidade a partir do *upgrade* operado no

homo oeconomicus pela Teoria do Capital Humano, há fissuras neste modelo mesmo em Chicago.

Enquanto construirmos o mundo à nossa volta pressupondo que as pessoas possuem capacidade cognitiva ilimitada e nenhuma emoção que interfira em nossas decisões, fracassaremos — frequentemente e em escalas cada vez maiores. Porém, *se entendermos verdadeiramente as limitações humanas e projetarmos o mundo com base nessa noção, teremos produtos e mercados que serão muito mais compatíveis com nossa capacidade humana e que nos permitirão, por fim, florescer.* Assim como nunca projetaríamos um carro supondo que as pessoas possuem um número infinito de mãos e pernas para dirigi-lo, também precisamos reconhecer nossas limitações sociais, cognitivas, emocionais e de atenção quando projetamos nosso ambiente (ÁVILA e BIANCHI, 2015, p. 24 – grifos meus).

A análise aqui empreendida aponta para um aparente paradoxo percebido no seio da Economia Comportamental. Ei-lo: por meio da admissão de um modelo de homem naturalmente irracional é que se pode racionalizar sua conduta. Portanto, não seria partindo de uma suposta tendência econômico-racional na espécie *Homo sapiens* que se conseguirá otimizar a conduta desta.

A Economia Comportamental admite um modelo de homem distinto do *homo oeconomicus* da Economia neoclássica, reconhecendo que não estamos naturalmente inclinados a buscar o lucro ou a acumular bens, como queriam os primeiros economistas modernos. Entretanto, ao reconhecer esta falha da seleção natural (THALER & SUSTEIN, 2017) a Economia Comportamental não limita seu diapasão.

O que sustenta a adoção da concepção de homem não coincidente ao *homo oeconomicus* é a possibilidade de redimir esta mácula *natural*. É por meio da aceitação de que o homem não é economicamente racional, pois, que a Economia Comportamental busca fazê-lo economicamente racional. Ou o mais próximo disso. A motivação que parece sustentar o empreendimento teórico da Economia Comportamental pode assim ser resumida: se a filogenia não nos produziu naturalmente como *homo oeconomicus*, que a ontogenia cumpra esta tarefa.

5.2.1 Razão, a humana capacidade

A Economia Comportamental apresenta um claro princípio de negação da ideia do *homo oeconomicus* da economia do período neoclássico (fins do século XIX). Para tanto, argumenta que a exclusão deste homúnculo da grade de reflexão econômica é necessária pois a espécie humana (o *Homo Sapiens*) não seria passível de definição

apenas por sua racionalidade. Antes de conceber a razão como uma característica definidora da espécie, portanto, a Economia Comportamental nega a esta categoria o trono que a tradição cartesiana a elevou.

Admitindo a razão apenas como *uma das* capacidades humanas e não necessariamente a melhor ou a mais sofisticada delas, a concepção da Economia Comportamental implica em reconhecer que trazemos conosco uma falha atávica, que poderia ser lida como um *gap* da seleção natural: os organismos de nossa espécie erram, enganam-se, iludem-se, tomam decisões precipitadas etc. O homem, portanto, é admitido como um sujeito passível de erro. Sobretudo, em seus cálculos econômicos cotidianos.

A razão é vista sob uma óptica menos genética, menos natural da espécie e assume uma dimensão de aprendizagem, sendo menos uma particularidade da espécie do que propriamente de cada membro da espécie e, sobretudo, como uma *variável dependente* do ambiente circundante. Nesta perspectiva, o ambiente seria a *variável independente* sobre a qual deveria incidir as intervenções daqueles realmente interessados em modificar o comportamento humano.

Em outros termos, os organismos humanos são capazes de apresentar condutas racionais, mas isso não é uma tendência natural. A conduta racional do sujeito neoliberal precisa ser estabelecida, incentivada, implantada; em uma palavra, ensinada. Não se admite mais que a natureza tenha dotado, por meio do processo evolutivo, os homens de uma racionalidade econômica. Esta é apenas uma possibilidade do *software*. Há que se mexer no *hardware* (ambiente comportamental) para que se alcance a plenitude prometida pelo *homo oeconomicus* clássico. Donde a absoluta preocupação da Economia Comportamental com a vida de cada indivíduo e com a aprendizagem/aquisição de repertório de cada organismo humano.

Em que pese uma concepção menos ilusória ou menos grosseira sobre o comportamento humano, esta eventual rendição aos "fatos naturais" da nossa conduta operada pela Economia Comportamental resguarda um aparente paradoxo. O que sustenta este modelo de homem pretensamente mais real, mais humano ou, por outro lado, menos geneticamente inclinado à atividade econômico-racional é o desejo de *superar esta falha* que nos legou a natureza.

Portanto, antes de vermos uma humildade metodológico-científica da Economia Comportamental ao render-se à impossibilidade da plenitude econômico-racional humana, importa inspecionar a motivação dos economistas comportamentais: superar

este defeito, este ruído. Esta *aceitação* responde a um objetivo maior. Afinal, reconhecer um problema é a primeira condição para resolvê-lo.

A Economia Comportamental não é a área que teve a *coragem* ou a *humildade epistemológica* – se estas expressões são válidas – de conferir ao homem seus frequentes *bugs*, sua inaptidão genética para o sucesso material, etc. A Economia Comportamental deve ser vista como o saber que entende ser possível superar, controlar, anular (talvez o termo mais preciso seja *curar*) esta mancha, este erro, esta aleivosia da seleção natural. Há, em resumo, duas grandes questões derivadas de uma análise genealógica sobre a Economia Comportamental:

1. a recusa em aceitar o *homo oeconomicus* como um modelo naturalmente válido para definir nossa espécie humana;
2. ao passo que se recusa a aceitar sua naturalidade, admite a possibilidade do *homo oeconomicus* ser alcançado mediante intervenção humana.

Eis aqui, então, o aparente paradoxo contido na Economia Comportamental, por meio da razão, admite que somos também seres irracionais, falhos, defeituosos, claudicantes. Todavia, é precisamente por intermédio da capacidade racional, que este campo de saber ousa consertar esta deficiência. Trata-se de otimizar o que somos através da aceitação de que não somos naturalmente inclinados para cumprir os níveis de eficiência e de exigência da economia de mercado. Se não somos *homo oeconomicus* por definição, devemos sê-lo por meio do triunfo científico sobre um erro que a seleção natural *ainda* não foi capaz de corrigir.

Para a Economia Comportamental, a razão humana, por reconhecer sua falha, ainda seguiria potente a nos encantar. A faculdade da razão, talvez, não tenha sido tão-somente destronada pelo discurso neoliberal da Economia Comportamental. A razão não foi simplesmente destronada. Não lhe sucedeu o guilhotínico corte que vitimou Luis XVI. Ela apenas mudou de cargo.

A antiquada e anti-liberal figura do razão humana como rainha perdeu seu trono e seu cetro, todavia, foi reconfigurada à condição de chefe de estado, mantendo-se como a mais sublime habilidade no humano. E chefes de estado *governam* efetivamente, não apenas reinam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Economia Comportamental, ciência prometeica ou ciência fáustica?

*Tínhamos, na delegação, uma preciosidade,
que era o psicólogo, o doutor Carvalhais.
No seu primeiro contato com Garrincha, o dr. Carvalhais
caiu na mais torva e dolorosa perplexidade.
Pela primeira vez, em toda a sua experiência humana
e profissional, descobria alguém que jamais usara o raciocínio.*

(Nélson Rodrigues, 21.jun.1958)

O epistemólogo português Hermínio Martins (1996) apresenta instigante leitura acerca das ciências modernas e contemporâneas no que diz respeito aos seus objetivos técnicos e políticos. Partindo de autores da filosofia da tecnologia, Martins propõe uma dicotômica classificação sobre os saberes científicos produzidos nas sociedades pós-industriais. Evidentemente esta classificação epistêmica é fruto do “racionalismo europeu” (SANTOS, 2001, p. 21) – para usar os dizeres de Milton Santos.

À primeira modalidade de produção do conhecimento Martins denominou *ciências prometeicas* – tendo derivado seu nome do *mito de Prometeu* na Grécia Antiga. Estas, umbilicalmente ligadas ao racionalismo novecentista, se estenderiam da Revolução Francesa (1789) à Revolução Russa (1917) e traduziriam uma visão instrumental da técnica e uma crença absoluta na racionalidade humana expressada, de modo mais pleno, na produção da técnica pela ciência. Assim, para os prometeicos saberes, o melhoramento da condição humana nada mais seria do que a necessária consequência do domínio científico sobre a natureza. É o mítico fogo dos deuses posto ao alcance da humana espécie.

A segunda modalidade seriam as *ciências fáusticas* – tendo sua nomenclatura derivada do personagem *Fausto*, do poema homônimo de Johann Wolfgang von Goethe. Tal concepção se expande na Alemanha desde a República de Weimar até o III Reich de Hitler e pressupõe uma primazia da técnica sobre a ciência, prescindindo da clássica investigação científica em encontrar a verdade das coisas ou dos fenômenos. A concepção fáustica da ciência teria como objetivo precípuo a compreensão do mundo fenomênico unicamente para previsão e controle daquele. É a tentativa de ultrapassar o humano, não apenas de conhecê-lo. Diabólico pacto.

Na visão fáustica, o *ethos* da técnica moderna consistiria em dominar o homem orgânico, não apenas de apreendê-lo, como na visão prometéica. Não basta o fogo dos deuses, é preciso controlar a natureza humana. Melhorá-la. Corrigi-la. Ainda que para isso se lance mão de procedimentos e condutas moralmente reprováveis pelas demais comunidades científicas. Para os fáusticos saberes, é insuficiente conhecer o mundo. É necessário alcançar seu completo domínio. Não é o bastante decifrar o homem – estas peles, estes nervos, esta carne... O objetivo é ultrapassá-lo.

Uma de suas legitimações seria a superação dos parâmetros básicos da condição humana: sua finitude, contingência, mortalidade, corporalidade, animalidade, limitação existencial, enfim, *a própria condição natural e existencial humana*. [...] [*a epistemologia fáustica*] permite e intensifica, de modo inédito, a manipulação radical da geosfera e do próprio mundo orgânico (MARTINS, 1996, p. 245 – grifos meus).

Exposta a estimulante leitura de Hermínio Martins, faz-se aqui ligeira tergiversação acerca do objeto temático desta Tese. Diante do que foi apresentado e defendido neste estudo, *compreende-se a Economia Comportamental como pertencente às ciências fáusticas*. Ora, se a Disciplina reconhece o *ruído* (KAHNEMAN, 2021), a atávica *falha racional* como elemento inerente à condição humana; só o faz – admitir esta natural perfídia no *Homo sapiens* – com o objetivo de apresentar a possibilidade ontológica de superá-la.

Com sua proposta metodológica de intervir diretamente no ambiente comportamental dos sujeitos humanos – e não mais no sujeito orgânico apenas – para tornar menos ou mais provável a emissão de dados comportamentos, a Economia Comportamental parece, em outras palavras amostrar seu fundamento epistêmico-político: *reconhecer o ruído humano para curá-lo*. Partindo da compreensão de que não há conduta naturalmente econômico-racional na espécie *Homo sapiens*, abre-se o horizonte de possibilidade para a produção destas subjetividades aleivosamente fáusticas.

Procede-se aqui a uma licença poética – mesmo ciente de que tal não existe em estudos de natureza investigativa. Ainda assim, teima-se.

Sucedo que um grande cronista brasileiro, de nome Nélon Rodrigues, está sendo convidado para entrar em campo nos minutos finais desta partida. Luxo de quem escreve poder propor convite de tal envergadura, claro está.

Nélon Rodrigues, a modo de um Nietzsche tropical, faz gemer de dor a filosofia cartesiana ao descrever a icônica figura de Manoel Francisco dos Santos, o *Mané Garrincha*. Na descrição panegírica do modo de atuar do atleta, o cronista não poupa nem elogios ao seu personagem nem primorosa ironia aos que o leem. Neste processo criativo vai, nietzscheamente, desferindo marteladas no edifício racional promovido pelo pensamento europeu durante séculos. Veja-se, por exemplo, o que escreve acerca do humano ato de *pensar* – competência icônica da racionalidade:

Nós pensamos todos os nossos atos. Não fazemos nada sem um penoso processo mental. Antes de atravessar a rua, ou de chupar um Chicabon, o homem normal é lacerado de dúvidas. Ele estaca diante da carrocinha amarela e, acometido de uma perplexidade hamletiana, pergunta, de si para si: “Tomo ou não tomo o Chicabon? Talvez seja melhor não tomar o Chicabon. Ou devo tomar?” (RODRIGUES, 2013, p. 48).

Prosseguindo no mesmo texto, o cronista continua inexoravelmente a dissecar a humana capacidade de raciocinar, apresentando – repare-se na originalidade da análise – as desvantagens de uma existência lógico-racional. Em abordagem absolutamente inovadora para a época, o cronista afiança a *imane*nto relação entre o ato de pensar e o sofrimento mental:

Repito: *o ser humano vive pouco porque pensa muito*. Ora, a máxima característica terrena de Garrincha é a seguinte: — *ele não precisa pensar*. E, por isso, porque não pensa, posso apontá-lo como a única sanidade mental do Brasil. Por ocasião da Copa do Mundo³⁹ foi cômico, ou melhor, foi sublime (RODRIGUES, 2013, p. 48 – grifos meus).

Nélon Rodrigues esbanja sua genialidade literária e sua singularidade estilística ao provocar o europeu acerca do seu orgulho sobre o pensamento racional – máxime característica humana, desdenha o poeta? Há séculos o pensamento ocidental forja e naturaliza o silogismo *a razão deve subjugar a emoção*. Presumivelmente assim também pensam os atletas das seleções do Velho Mundo. E o autor, sarcasticamente,

³⁹ Ambas as crônicas de Nélon Rodrigues utilizadas nesta seção referem-se à Copa do Mundo de 1962, disputada no Chile e vencida pelo Brasil, com lendário protagonismo de Mané Garrincha nos jogos da Seleção Brasileira – já que o outro craque da época, Pelé, machucou-se na segunda partida do certame.

apresenta a inteira inutilidade da lógica cartesiana diante de alguém, tido pelo próprio racionalismo de além-mar, como estúpido ou incapaz:

E, de fato, tido como retardado, Garrincha provou, no Campeonato do Mundo, que retardados somos nós, e repito: — nós que pensamos, nós que raciocinamos. [...] Enquanto os outros se atrapalham e se confundem de tanto pensar, Garrincha age com rapidez instintiva e incontrolável. Foi assim na Suécia. *Ninguém pensa mais do que o europeu*. Mas enquanto o sueco, o francês ou o galês pensavam no que faria “seu” Mané, já o brasileiro se tinha disparado como um tiro, já invadira a área inimiga, com uma velocidade superior à do som, da luz. *Viu-se, então, que o raciocínio é uma draga, uma carroça diante da agilidade vertiginosa do instinto* (RODRIGUES, 2013, p. 49 – grifos meus).

E, suprema ironia, Nelson Rodrigues faz do retardado alguém capaz de ensinar o douto europeu:

Sim, amigos: “seu” Mané ensina-nos que nada é mais lindo do que a velocidade. Ninguém tem, ninguém, a instantaneidade dos seus reflexos! Diante dele, *que não pensa*, todos nós, que pensamos, somos uns lerdos, uns bovinos, uns hipopótamos (RODRIGUES, 2013, p. 50 – grifos meus).

Em outra crônica, acerca da extraordinária participação de Mané Garrincha na Copa do Mundo de 1962, novamente temos o autor brindando seu público leitor com brilhantismos linguísticos de sua inesgotável verve. Nesse texto, intitulado *Escrete de loucos*, o autor argumenta que aquilo que, historicamente, foi motivo de escárnio ou arremedo sobre o protótipo brasileiro por parte do branco europeu – nossa incapacidade de domesticar o instinto por intermédio da razão – converte-se precisamente na maior vantagem para o triunfo esportivo de Garrincha e companheiros. O autor narra o lance em que Mané, em plena partida final de uma Copa do Mundo, zombeteiramente *se diverte* ao prender a bola aos pés:

Garrincha também não se mexe. É de arrepiar a cena. De um lado, uns quatro ou cinco europeus, de pele rósea como nádega de anjo; de outro lado, feio e torto, o Mané. Por fim, o marcador do brasileiro, como única reação, põe as mãos nos quadris como uma briosa lavadeira. O juiz não precisava apitar. O jogo acabava ali. Garrincha arrasara a Tchecoslováquia, não deixando pedra sobre pedra. Se aparecesse, na hora, um grande poeta, havia de se arremessar, gritando: *o homem só é verdadeiramente homem quando brinca!* (RODRIGUES, 2013, p. 35 – grifos meus).

E prossegue Nelson Rodrigues em seu maravilhoso ofício. Mostra ao seu público leitor que o brasileiro se torna esportivamente insuperável porque não adere ao modo racional de viver. Garrincha e demais não sucumbem seu futebol à racionalidade

de além mar. Justo o contrário: o time brasileiro se consagra campeão porque o raciocínio calculista é a mais inútil tática a ser adotada dentro de um campo de futebol – lócus de disrupção:

Após quatro anos de meditação sobre o nosso futebol, o europeu desembarca no Chile. Vinha certo, certo, da vitória. Havia, porém, em todos os seus cálculos, um equívoco pequenino e fatal. De fato, ele viria a apurar que o forte do Brasil não é tanto o futebol, mas o homem. Jogado por outro homem o mesmíssimo futebol, seria o desastre (RODRIGUES, 2013, p. 36 – grifos meus).

O futebol brasileiro, no Chile em 1962, era *pura irresponsabilidade criadora*, segundo o poeta. Por outro lado, “o europeu aparecia com uma seca, exata objetividade, *sem uma concessão ao delírio*. Ele próprio se engradava dentro de um esquema irreduzível. *Ao passo que o Brasil faz um futebol delirante*” (RODRIGUES, 2013, p. 36 – grifos meus). E desta irracionalidade criativa derivou toda a infeliz experiência europeia nos Andes:

Amigos, ninguém pode imaginar a frustração dos times europeus. Eles trouxeram, para 62, a enorme experiência de 58. Jogaram contra o Brasil na Suécia, trataram de desmontar o nosso futebol, peça por peça. *Toda a nossa técnica e toda a nossa tática foram estudadas com sombrio élan*. Sobre Garrincha, eis o que diziam os técnicos do Velho Mundo: — “Só dribla para a direita!” *Era a falsa verdade que se tornaria universal. O próprio Pelé parecia um mistério dominado* (RODRIGUES, 2013, p. 36 – grifos meus). (RODRIGUES, 2013, p. 36 – grifos meus).

Para finalizar esta imprudente licença poética, faz-se a necessária concatenação com aquilo que é o objeto analítico deste estudo. Na esteira do pensamento de Martins (1996), pode-se argumentar que o ilusório modo de raciocinar característico do sistema de pensamento científico faz parte das ciências prometeicas. Por outro lado, a perspectiva europeia de enquadrar cartesianamente os principais atletas brasileiros, em que pese sua ineficiência, configura empreendimento das ciências fáusticas, uma vez que seu objetivo não é a simples compreensão dos fenômenos, mas sua instrumentalização com vistas a um específico fim, qual seja, alcançar uma glória esportiva.

Tal como uma espécie de Economia Comportamental deslocada para atrás no tempo, as fáusticas epistemologias do futebol europeu não alcançaram além daquilo que seus olhos viam. Seria a eterna díade da aparência sendo *derrotada* pela essência? Garrincha, como não gasta seu tempo com cálculos ou raciocínios interventivos acerca

do ambiente comportamental de um indivíduo, ergue a taça e, orgulhoso de seu delirante modo de vida, acrescenta uma nova epistemologia às ciências: a garrínchica forma de divertir-se.

Mas Garrincha levou até a última gota o seu “olé” solitário e formidável. Para o adversário, pior e mais humilhante do que a derrota, *é a batalha desigual de um só contra onze*. A derrota deixa de ser sóbria, severa, dura como um claustro. *Garrincha ateava gargalhadas por todo o estádio*. E, então, os tchecos não perseguiram mais a bola. Na sua desesperadora impotência, estão quietos. Tão imóveis que pareceram empalhados (RODRIGUES, 2013, p. 36 – grifos meus).

REFERÊNCIAS

- ÁLVARO, José Luís & GARRIDO, Alícia. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw Hill, 2006.
- ATTALI, Jacques. **Uma Breve História do Futuro**. São Paulo: Editora Novo Século, 2008.
- AVELINO, Nildo. Do Governo dos Vivos: uma genealogia da obediência. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 19., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo. Poder, Violência e Exclusão. São Paulo: ANPUH/ SP USP, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Nildo%20Avelino.pdf>. Acesso em 17 jul.2012.
- AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2016, n.21, pp.227-284.
- ÁVILA, Flávia & BIANCHI, Ana Maria (org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A economia se deslocou da vida das pessoas. **Instituto Humanitas Unisinos, IHU**, São Leopoldo/ RS, maio/2018. Entrevista concedida a IHU *Online*. Disponível em: <http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/05/17/0360/00773.html#portoghese>. Acesso em 28 jun.2019.
- BELTRÃO, Hélio; CONSTANTINO, Rodrigo & LENHART, Wagner. **O poder das ideias – a vida, a obra e as lições de Lidwig von Mises**. Porto Alegre: IEE, 2010.
- BORLOTI, Elizeu Batista. Abstração, metáfora, sonho e inconsciente: uma interpretação skinneriana. *In: BORLOTI e RIBEIRO (org.). Análise do Comportamento: Teorias e Práticas*. Santo André: Esetec, 2005.
- BRESSER-PEREIRA. **Economia Formal e Economia Política**. São Paulo: Apostila para o curso de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1970. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1970/90-conomiaFormal_EconomiaPolitica.pdf Acesso em 21.jan.2021.
- BENEVIDES, Pablo Severiano. Pesquisar com Michel Foucault. **Texturas**. Canoas/ RS, vol. 18, n. 36, p. 265-285, jan-abr/ 2016.
- BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial – neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- BRUE, Stanley & GRANT, Randy. **História do Pensamento Econômico – 2. ed.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

- CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa: memórias**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1994.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário – 7. ed.** Petrópolis/ RJ: Ed. Vozes, 2008.
- CONSTANTINO, Rodrigo. **A Economia do Indivíduo – o legado da Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – 4. ed.** Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2010.
- DARDOT, Pierre e Christian LAVAL. **A Nova Razão do Mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FARR, Robert. **As Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954) – 2. ed.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder – 3. ed.** Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder – 3. ed.** Rio de Janeiro: Graal, 1995a (p. 15-37).
- FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder – 3. ed.** Rio de Janeiro: Graal, 1995b (p. 277-293).
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV: estratégia, poder-saber** (org. Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 (p. 335-351).
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica – curso dado no Collège de France** (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos – curso no College de France**. Trad. Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade – curso dado no Collège de France** (1975-1976) – 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FONTENELE E SILVA, Thiago Mota. **Direito e Neoliberalismo: tecnologias jurídicas e governamentalidade em Michel Foucault**. Fortaleza: UFC, 2017. Tese de Doutorado em Educação – UFC.

- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GADELHA, Sylvio. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital, Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai/ago 2009.
- GÉLÉDAN, Alain & BRÉMOND, Janine. **Dicionário das Teorias e Mecanismos Económicos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich von. Introdução. *In.*: MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Economistas).
- HAYEK, Friedrich von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: LVM Editora, 2010.
- HAYEK, Friedrich von. **Economia e Conhecimento**. São Paulo: LVM Editora, 2019.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HÜLSMANN, Jörg Guido. **Mises contra os neoliberais** – as origens deste termo e seus defensores. Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=920>. Acesso em 13.ago.2019.
- HUNT, Emery & LAUTZENHEISER Mark. **História do Pensamento Econômico – uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- HUNT, Emery & SHERMAN, Howard. **História do Pensamento Econômico – 26. ed.** Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 2011.
- IORIO, Ubiratan Jorge. **Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- KAHNEMAN, Daniel *et al.* **Rápido & Devagar** – duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.
- KAHNEMAN, Daniel *et al.* **Ruído** – uma falha no julgamento humano. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2021.
- LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última Lição de Michel Foucault** – sobre o neoliberalismo, a teoria e a política. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LANGENSCHIEDT. **Dicionário Portugiesisch-Deutsch-Portuiesisch**. Typografisches Konzept nach: Berlim, 2011.

LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a Educação** – 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEAL, Arthur Arruda Ferreira. & GUTMAN, G. O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. *In.*: JACÓ-VILELA, Ana *et alii*. (org.) **História da Psicologia**: rumos e percursos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

LEAL, Artur Arruda Ferreira. O múltiplo surgimento da psicologia. *In.*: JACÓ-VILELA, A. *et alii*. (org.) **História da Psicologia**: rumos e percursos – 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

MARTINS, Hermínio. **Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social**. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Economistas).

MISES, Ludwig von. **Ação Humana** – um tratado de economia. Tradução de Donald Stewart Jr – 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MISES, Ludwig von. **O Cálculo Econômico sob o Socialismo**. Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2012.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo** – de onde vem? Para aonde vai? São Paulo: SENAC SP: 2001.

NASAR, Sylvia. **A Imaginação econômica**: gênios que criaram a Economia e mudaram a História. Rio de Janeiro: Cia das Letras: 2012.

PAULANI, Leda aria. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo: 2005.

PEÑAZOLA, Rodrigo. Microeconomia em Doses: Homo Oeconomicus. **Medium Brasil**, 29 dezembro 2017. Disponível em: <https://medium.com/@milesmithrae/microeconomia-em-doses-homo-oeconomicus-rodrigo-pe%C3%B1aloza-29-xii-2017-5e373a5ed4c9>. Acesso em 27.out.2019.

RIBEIRO, Felipe. Por que Dilthey não fez escola como Wundt, James, Freud e outros? **Mnemosine**. 2018, vol. 14, n.1, pp. 205-226.

RODRIGUES, Nelson. **A Pátria de Chuteiras**. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 2013.

ROSANVALLON, Pierre. **El Capitalismo Utopico**. Buenos Aires: Editora Fiscal Book, 2006.

ROTHBARD, Murray. **O Essencial von Mises**. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal – 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva: 2008.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano** – 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (Coleção os Economistas).

SUPLICY, Eduardo. **Pronunciamento de Tasso Jereissati em 08/12/2010 no Senado Federal**. Publicado no DSF de 09/12/2010, p. 57.573. Disponível em Pronunciamento de Tasso Jereissati em 08/12/2010 - Pronunciamentos - Senado Federal. Acessado em 12.out.2022.

THALER, Richard *et al.* **Misbehaving** – a construção da Economia Comportamental. Curitiba: Editora Intrínseca, 2015.

THALER, Richard *et al.* **Nudge** – como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

VASCONCELOS, Mário Sérgio. **Difusão das ideias de Piaget no Brasil** – 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governmento. **Currículo sem Fronteiras**. Vol. 5, n. 2, 2005 (p. 79-85).

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades”. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 85-94, set./dez. 2009.

VERGARA, Francisco. **Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Neoliberalismo**. Barueri/ SP: Editora Nobel, 1995.

WHAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek**: as origens e a herança do maior duelo econômico da História. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.